



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 30

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 5 de setembro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se a sessão com a [Verificação de Poderes do Sr. Deputado Rui Miguel Oliveira Martins](#).

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, entrou-se na Agenda da Reunião com a [Interpeção ao Governo Regional sobre “Caos instalado na SATA e as ligações aéreas nos Açores”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), interveio no debate a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*). No seguimento desta intervenção o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) pediu a palavra para um protesto e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) para um contra protesto.

Usaram da palavra para intervir no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Francisco César (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Mendes

(BE), João Corvelo (PCP), Carlos Silva (PS), Artur Lima (CDS-PP), Duarte Freitas (PSD) e a Deputada Zuraida Soares (BE).

Posteriormente, foi apresentado o [Projeto de Resolução n.º 28/XI – “Recomenda ao Governo Regional que reponha a comparticipação dos encargos com o transporte de gado vivo para exportação”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado João Corvelo (PCP), participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Mendes (BE), António Parreira (PS), António Almeida (PSD), Bruno Belo (PSD), Paulo Estêvão (PPM), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Por fim, iniciou-se o debate sobre a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI – “Estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”](#).

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias), participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM), Artur Lima (CDS-PP), Pedro Moura (PS), Paulo Parece (PSD), Francisco Coelho (PS), João Corvelo (PCP), André Bradford (PS) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (BE).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos começar os nossos trabalhos.

Antes, também, o Sr. Secretário da Mesa irá fazer a chamada. Iniciamos hoje uma nova sessão legislativa.

Sr. Secretário da Mesa, faça o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 47 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, antes de entrarmos na Agenda desta reunião temos um ponto prévio referente à **Verificação de poderes do Sr. Deputado Rui Martins.**

Tem a palavra para apresentar o relatório o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DO CANDIDATO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES RUI MIGUEL OLIVEIRA MARTINS

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 31 de agosto de 2017, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Rui Miguel Oliveira Martins.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Graça Silva (Relatora), Catarina Chamacame Furtado (Secretária), Bárbara Torres Chaves, José Contente, Manuel Ramos, Ricardo Ramalho e Pedro Moura do PS, Maria João Carreiro (em substituição do Deputado Jaime Vieira), António Viveiros (em substituição do Deputado João Costa) e Paulo Parece do PSD, Alonso Miguel do CDS-PP, Zuraida Soares do BE e o deputado João Corvelo do PCP (que participa sem direito a voto).

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante de ordem profissional.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o

disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 25 de julho de 2017, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pelo Deputado Alonso Teixeira Miguel, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 1 de setembro de 2017, da suspensão dos respetivos mandatos pelos candidatos Paulo Jorge

Santiago Gomes da Rosa e Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório, a Direção do Grupo Parlamentar do CDS-PP comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato Rui Miguel Oliveira Martins.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 16 de outubro de 2016, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato Rui Miguel Oliveira Martins, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado Alonso Teixeira Miguel.

O candidato Rui Miguel Oliveira Martins não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que o candidato é técnico superior do Quadro de Pessoal do Hospital da Ilha do Faial, tendo suspenso essas funções a 31 de agosto de 2017, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os **Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE** consideram estar verificada a elegibilidade e que o candidato supramencionado não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível o candidato Rui

Miguel Oliveira Martins, e que o mesmo não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 1 de setembro de 2017.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 31 de agosto de 2017

A Relatora, *Maria da Graça Silva*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então proceder à votação deste relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório de verificação de poderes apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, convidava então o Sr. Deputado Rui Martins a ocupar o seu lugar.

Seja bem-vindo, Sr. Deputado, a este Parlamento.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado!

Presidente: Desejo-lhe um bom trabalho.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar início à Agenda da Reunião.

Entramos no ponto um da nossa Agenda: **Interpeção ao Governo Regional sobre “Caos instalado na SATA e as ligações aéreas nos Açores”.**

Esta interpelação foi requerida pela Representação Parlamentar do PPM.

Regem esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, também como estipula o artigo 132.º do Regimento da Assembleia.

Os tempos estão assim distribuídos desta forma: o interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS, 15 minutos; Bloco de Esquerda, 12 minutos e o PCP, 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A operação de verão da SATA constituiu um desastre de enormes dimensões. Inumeráveis atrasos, um número muitíssimo elevado de cancelamentos, insuficiência da resposta operacional da empresa perante as necessidades conjugadas dos fluxos turísticos e da natural necessidade de mobilidade dos açorianos, uma insensibilidade gritante perante os graves constrangimentos colocados aos utentes da empresa e a concretização de negócios ruinosos ao nível do fretamento de aviões e de tripulações externas.

Não é possível olhar para o que aconteceu e não concluir que o planeamento da operação da SATA foi muito incompetente. Um autêntico desastre! Não existem desculpas para esta situação. Existem responsabilidades e existem responsáveis. Existe a necessidade de garantir que esta situação não se repete. A SATA perdeu prestígio, acumulou prejuízos e afetou a vida de muitos açorianos, nacionais e estrangeiros que nos visitaram ao longo deste período.

É verdade que a SATA enfrentou, este verão, uma situação de grande fragilidade devido a um conjunto de decisões prévias, dos sucessivos governos socialistas, que se revelaram desastrosas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Refiro aqui apenas duas, que explicam em grande parte os pés de barro do gigante: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: 1 - O Governo Regional obrigou a empresa a manter, entre 2009 e 2014, um conjunto de rotas altamente deficitárias (em especial as dirigidas aos mercados europeus), que originaram um grave desequilíbrio económico e financeiro na empresa. O Governo Regional sabia - e tinha plena consciência - que a empresa estava à beira da falência técnica e que as rotas deficitárias não estavam a ser compensadas por outras com resultados positivos, mas mesmo assim manteve as orientações políticas que dirigiram a empresa para o abismo e para uma situação de falência técnica.

Depois de obrigar a empresa a cometer uma espécie de haraquíri nas rotas europeias, o expectável é que o Governo Regional tivesse ao menos criado alguma forma de compensação financeira para a empresa. O Governo Regional fez exatamente o contrário: deixou de pagar as indemnizações compensatórias à SATA (a dívida do Governo Regional chegou a atingir uns extraordinários 48 milhões de euros e só os juros suportados entre 2009 e 2014, decorrentes dos atrasos nos recebimentos das entidades públicas, ascenderam a mais de 7 milhões de euros).

Nestas circunstâncias, a empresa foi obrigada a endividar-se a uma escala insuportável (a dívida global da empresa atingiu o astronómico valor de 165 milhões de euros), entrando mesmo em falência técnica. Que justificação e racionalidade têm os atrasos nos pagamentos à SATA, exatamente no momento em que o Governo Regional estava a obrigar a empresa a assumir prejuízos incalculáveis nas rotas europeias? A responsabilidade política do Governo Regional é, neste âmbito, colossal.

Depois de anos de bloqueio à liberalização do espaço aéreo açoriano, o Governo Regional foi vencido, mas não convencido, pelo estado de necessidade

absoluta a que chegou. Com os sectores da construção civil, agricultura e pescas parcialmente destruídos, o Governo Regional decidiu, finalmente, deixar de bloquear o crescimento do sector turístico, algo que tinha obrigatoriamente de passar pela liberalização do espaço aéreo.

Nestas circunstâncias estratégicas - a que acresce o enorme esforço financeiro que a empresa necessita de realizar para renovar a frota - o Governo Regional deveria ter fortalecido a empresa ao nível financeiro, para que ela pudesse suportar o cenário concorrencial. Pelo contrário, o Governo Regional delapidou e destruiu o equilíbrio financeiro da empresa, exatamente no momento em que a mesma teve de enfrentar um dos maiores desafios da sua história. A responsabilidade do Governo – ou melhor, a sua irresponsabilidade – é, neste contexto, ineludível.

2 - A incompetência gritante dos últimos conselhos de administração da SATA nomeados pelo Governo socialista. É incontestável a sua descoordenação e planificação deficiente. As atas e os documentos de gestão corrente demonstram a cada passo - conforme ficou provado na comissão de inquérito ao Grupo SATA que ficou concluída em 2015 -, o total descontrolo, o amadorismo e a irresponsabilidade da gestão da empresa. É neste contexto que se mandam fazer estudos que custam mais de 330 mil euros, para logo a seguir os mandar para o lixo. Destino que também terá o Plano de Negócios em vigor, que – percebe-se agora – constitui uma das melhores peças de ficção, irrealismo e humor produzidas, ao longo deste século, nos Açores.

Quando se fala em realismo e incompetência, é impossível deixar de pensar nas decisões tomadas a nível da aquisição das aeronaves que constituem a frota da SATA. Hoje ninguém discute que os aviões adquiridos se revelaram desadequados às necessidades operacionais da empresa e que os mesmos fizeram disparar, para níveis insuportáveis, os gastos de manutenção. Nesta câmara parlamentar foi denunciada a irracionalidade desta decisão. Recordo-me

bem das sucessivas intervenções do Sr. Deputado Artur Lima nesta matéria. Sem qualquer efeito. O Governo Regional persistiu, contra toda a lógica, no erro.

Percebe-se, aliás, que muitas das decisões estratégicas ruinosas da SATA são da responsabilidade do Governo Regional e da sua permanente intrusão na gestão da empresa. Com a agravante que significa o facto do relacionamento entre a empresa e o Governo Regional não estar, em grande parte, documentado. As instruções e orientações são apenas verbalizadas entre o Presidente do Conselho de Administração e o Governo Regional. É impossível verificar que instruções e ordens deu, de facto, o Governo Regional aos Conselhos de Administração da SATA. Tudo funciona de acordo com as regras da comunicação e tradição oral, que não são muito diferentes das adotadas pelos diferentes grupos humanos no Neolítico.

Este constitui o problema central da SATA: o elevado grau de intrusão do Governo Regional e do partido governamental na sua gestão. A empresa está totalmente submetida aos interesses estratégicos e eleitorais do Partido Socialista. Nestas condições – e destituída de qualquer autonomia e gestão racional – a empresa não tem qualquer hipótese de prosperar. No limite é possível afirmar que não existe qualquer diferença entre o seu Conselho de Administração e qualquer outra secção local do partido governamental.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nos últimos parágrafos descrevi os fatores estruturais e o contexto que antecedeu a atual situação calamitosa da SATA. Vejamos o que sucedeu na atual legislatura, que ainda nem sequer completou um ano.

No Programa de Governo em vigor, o executivo socialista prometeu, e passo a citar, “garantir a sustentabilidade e fiabilidade das acessibilidades aéreas, externas e internas, a todas as ilhas da Região através da monitorização permanente da prestação do serviço de público de transportes aéreos entre a

Região e o exterior e entre as nove ilhas”. Para além disto - que já não era mau – o atual Governo Regional comprometeu-se a “dotar o Grupo SATA dos instrumentos necessários para a sua contínua afirmação nacional e internacional, sem perder o sentido do seu verdadeiro objeto social que é servir sempre e cada vez melhor os Açores e os Açorianos”.

Ora os factos contrariam, de forma cruel, o lirismo do Programa do Governo. Monitorizar de forma permanente o comportamento da SATA, diz o Governo Regional.

Este acompanhamento pormenorizado da empresa permitiu aos membros do Governo Regional informar a população açoriana e explicar o caos que se vive na SATA. O anterior Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, Vítor Fraga, a quem cabia acompanhar o processo de planificação da SATA para este verão, encontra-se em parte incerta, ...

Deputado Francisco César (PS): Já cá faltava!

O Orador: ... a planear, veja-se bem, um plano de mobilidade para Ponta Delgada. Pior que isto, só mesmo reanimar o capitão do “Titanic” e colocá-lo ao leme dos malogrados navios Anticiclone e Atlântida.

Em relação à nova Secretária dos Transportes e Obras Públicas, Dra. Ana Cunha, sei, porque vi, que já tomou posse da pasta. Mas tenho que confessar que não tenho mais nenhuma evidência do facto. Em relação aos problemas da SATA, acho que pensa – com alguma razão, diga-se de passagem – que não são contas do seu rosário. O resultado de tudo isto é que a titular da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas ainda não disse nada sobre uma das mais mal planeadas operações da história da aviação açoriana. Se o Governo Açoriano fosse um grupo de super-heróis, a Sra. Secretária seria o membro feminino do “Quarteto Fantástico”.

Mas nem tudo são fábulas no Governo Regional. A custo, o Presidente do Governo Regional lá reconheceu que nem tudo está a correr “às mil

maravilhas” na SATA. Pode não parecer um grande avanço retórico, mas para quem parecia viver no melancólico ambiente das “Mil e Uma Noites”, tudo isto significa um acordar difícil e traumático. Para empatar jogo, o Presidente do Governo diz agora que está a consultar personalidades.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Falso!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Vinha nas notícias! O Governo não desmentiu!

O Orador: Em síntese, o Governo Regional, nesta questão, “nem está, nem se espera”.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): O Presidente do Governo Regional não disse nada disso!

O Orador: O Governo Regional não está, nem se espera.

Meus senhores!

Pretendo, com esta interpelação, que o Governo Regional dê respostas e admita responsabilidades. Pretendo que aponte soluções. Pretendo que acautele o futuro de uma empresa vital para os Açores. Como região arquipelágica dispersa e ultraperiférica, é vital, para os interesses dos Açores, manter o controlo de uma companhia aérea que garanta as ligações aéreas internas e a nossa acessibilidade ao exterior. A sobrevivência da SATA é crucial para os Açores. Para isso é necessário tomar medidas. Nessa medida, questiono o seguinte:

1. Do que é que está à espera o Governo Regional para mandar realizar uma auditoria global à empresa, de forma a perceber quem foram os responsáveis pela desastrosa planificação e execução da operação deste verão na SATA?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O Presidente do Governo!

O Orador: 2. O Governo Regional admite a privatização parcial da SATA? O Programa de Governo não é totalmente explícito nesta questão, uma vez que diz apenas “que pretende manter o Grupo SATA na esfera pública”. Para o PPM, o

Grupo SATA deve manter-se 100% na posse da Região. Já vimos o que sucedeu na EDA e o que significou a entrada dos privados no capital social da empresa: enfraquecimento da defesa do interesse público e uma recorrente e escandalosa distribuição de milhões de euros de lucros aos acionistas privados da empresa num contexto em que cada vez mais famílias açorianas são confrontadas com dificuldades para pagar o consumo de energia elétrica.

3. O Governo Regional compromete-se a manter a integridade do Grupo SATA?

4. A Representação Parlamentar do PPM considera que as greves realizadas pelos tripulantes de cabine da SATA adquiriram uma natureza predatória e chantagista. Isto tendo em conta que os referidos profissionais usufruem de salários claramente superiores à média nacional e que a empresa, devido ao estado de vulnerabilidade em que se encontra, não está em condições de assumir medidas que impliquem o aumento de despesa. Importa diminuir a exposição da empresa a greves deste tipo. O Governo tem algum tipo de plano em relação a este assunto?

Deputado André Bradford (PS): O Bloco não diria melhor!

O Orador: 5. Os factos demonstram que, para além de melhorar a qualidade da gestão, a reestruturação da empresa é algo incontornável. O Governo Regional tem algum plano a este respeito? Se tem, solicito que o descreva.

6. O Governo Regional mantém a confiança no Conselho de Administração da SATA? Atribui-lhe algum tipo de responsabilidade no âmbito do cenário caótico que a empresa está a enfrentar?

Como se viu nesta intervenção, a Representação Parlamentar do PPM quer verdadeiramente discutir os problemas da SATA. Uma Interpeleção Parlamentar implica a formulação de perguntas por parte dos interpelantes e a disponibilidade do Governo para as responder.

Os açorianos exigem respostas. O Governo Regional tem o dever de responder de forma clara e honesta.

É isso que espero!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional. Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna permitam-me que comece por saudá-los a todos e por vos desejar uma continuação de um bom trabalho em benefício das açorianas e dos açorianos na defesa intransigente dos Açores.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Também vou à tribuna!

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

A Oradora: É para mim uma honra fazer parte do Governo dos Açores. Assumi o compromisso de trabalhar com o meu melhor empenho e dedicação, esperando com isso contribuir ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Tem de responder à interpelação!

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... de forma positiva para o desenvolvimento e bem estar das açorianas e dos açorianos. Deixo a garantia de que é isso que farei da melhor forma que souber e com toda a minha força enquanto desempenhar estas funções.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que motiva esta interpelação ao Governo dos Açores foi, é e sempre será tema de debate, de opiniões e de entendimentos variados por uma razão simples: a SATA foi, é e continuará a ser fundamental para os Açores na

ligação entre todas as ilhas e destas para o exterior, sendo também por isso um símbolo e um instrumento estratégico e de afirmação da nossa autonomia.

A companhia aérea açoriana deve ser defendida pelo seu acionista em todo e em qualquer momento, ou seja, nos bons e nos menos bons e acrescentaria por todos os açorianos.

Da parte do Governo dos Açores podem estar certos que essa defesa será sempre feita de forma intransigente dentro do quadro legal que disciplina o seu relacionamento com as empresas do Grupo SATA.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Num setor tão complexo como o do transporte aéreo, sujeito a tantas variáveis, tantas condicionantes, é difícil, senão impossível não haver perturbações na operação com os incómodos que daí advêm. Estará aliás para nascer a companhia aérea cuja operação esteja isenta de incómodos e perturbações. Para constatá-lo basta acompanhar o fluxo noticiário diário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tudo o que aconteceu foi normal!

A Oradora: Se até nas grandes companhias aéreas é difícil ultrapassar essas perturbações sem causar incómodos aos passageiros, nas companhias aéreas de menor dimensão, com menos equipamento e meios humanos, tal tarefa é ainda mais complicada, senão impossível. Acresce que no pico da operação, ou seja, no período de mais intensa atividade em que a operação da companhia está mais exposta, mais difícil se torna ultrapassar as perturbações que possam acontecer. A SATA, a nossa companhia aérea, não é exceção.

Este ano, fruto de um conjunto de circunstâncias em boa parte furtivas, a operação da SATA sofreu perturbações que afetaram os seus passageiros, causando incómodos, obrigando a mudanças de planos a quem viajava.

Essas perturbações foram sempre prontamente assumidas pela empresa, tendo a SATA desenvolvido todo o trabalho ao seu alcance para ultrapassá-las e assim

repor a normalidade da operação o mais rapidamente possível em ordem a minimizar o impacto das mesmas nos planos de viagem e nas vidas dos passageiros com menor incómodo possível.

É isto que se exige à SATA e em concreto ao seu conselho de administração: que trabalhe para ultrapassar rapidamente as contingências com que se defronta, repondo o quanto antes a normalidade da sua operação diária e assim minimizando o impacto que estes percalços têm na vida dos seus passageiros.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Presidente do Governo agora vai ter de dizer umas coisinhas!

A Oradora: À SATA exige-se que faça o diagnóstico e evite, no que dela depender e na medida do possível, que este género de situações se repita e é isso que a empresa tem vindo a fazer.

Aliás, não convém esquecer, porque mais não fosse, a SATA tem todo o interesse em realizar uma operação livre de percalços e de contratempos.

Ao Governo dos Açores exige-se que defenda a SATA e que a capacite para que possa dar resposta adequada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores está, como já foi afirmado, consciente das perturbações que a operação da SATA sofreu nos últimos tempos.

A falta de fiabilidade operacional de algum do seu equipamento, as falhas no planeamento, a greve de pessoal de voo que originaram atrasos e cancelamentos. Ainda assim os cancelamentos realizados por razões operacionais e técnicas representam no período de janeiro a julho deste ano 2,9% do total dos voos realizados, sendo que cerca de metade desta percentagem fica a dever-se essencialmente aos incidentes registados em Boston e Lisboa e às greves.

O Governo dos Açores apoiará e suportará o conselho de administração da SATA na resposta a todas estas contingências, no que for preciso e não dando quaisquer instruções no sentido de excluir qualquer cenário.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: O acionista está na linha da frente na defesa da SATA e está disponível, não sendo no entanto a administração. É a esta que compete analisar e adotar as medidas gestionárias que a cada momento da vida da empresa entende adequadas.

Não podemos, no entanto, tomar a parte pelo todo. É preciso ser justo e rigoroso. Situando-nos para termos a perfeita noção da dimensão que a operação da SATA atingiu nos últimos anos em particular, e em particular já este ano, que nos permite antecipar uma conclusão: a de que nunca a SATA voou tanto, nunca transportou tantos passageiros, nem serviu tantos os Açores, as açorianas e os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Para que não restem dúvidas vamos a números.

Em 2016, a SATA efetuou 19.892 voos, ou seja, mais 2.483 voos do que em 2015, o que representa um acréscimo de 14%.

Em termos de passageiros, em 2016 foram transportados 1.448.886, mais 15% do que o ano anterior, ou seja, mais 187.916 passageiros.

Já comparando 2016 com 2017, e tendo por referência o período de janeiro a julho deste ano, no inter-ilhas a SATA realizou 8.585 voos contra os 7.800 voos realizados no ano passado, ou seja, a SATA este ano realizou mais 785 voos inter-ilhas. Mas o acréscimo no número de voos não se fica pelo inter-ilhas.

A Azores Airlines realizou de janeiro a julho deste ano 2.853 voos entre os Açores e o continente e os Açores e a Madeira, enquanto que no ano passado realizou 2.260, ou seja, este ano realizou mais 593 voos.

Convém ainda fazer uma outra conta.

Nas rotas com obrigações de serviço público, a Azores Airlines realizou este ano, no período já referido de janeiro a julho, 970 voos contra os 868 do ano passado, mais 102 voos realizados este ano, portanto.

Nas rotas liberalizadas este ano foram realizados 1.883 voos, tendo sido efetuados em igual período o ano passado 1.392, ou seja, mais 491.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Presidente é que escreveu este texto!

A Oradora: Também para a América do Norte houve um aumento significativo do número de voos.

Para os Estados Unidos foram efetuados 450 este ano e no ano passado 330. Para o Canadá, se em 2016 foram realizados 202, este ano foram realizados 227.

Das ligações ao continente europeu verificou-se também um aumento. Sempre tendo como referência o referido período de janeiro a julho, este ano foram efetuados 340, quando em 2016 tinham sido efetuados 217.

A tudo isto acresce ainda a nova ligação para Cabo Verde, a operação charter e outras rotas operadas a partir de Lisboa e da Madeira que totalizam 309 voos realizados.

No total, entre janeiro e julho deste ano foram efetuados pelo Grupo SATA 12.764 voos, ou seja, mais 1.507 do que em idêntico período no ano anterior, o que representa um aumento de 13%.

Mas falemos também no número de passageiros transportados que aumentou em todos os mercados que referi anteriormente, novamente sempre por referência ao período de janeiro a julho.

No inter-ilhas a SATA transportou este ano 398.631 passageiros enquanto que no ano passado tinha transportado 355.668, ou seja, este ano já transportou mais 42.963 passageiros nas nossas nove ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é um desrespeito à Assembleia! Não responde!

A Oradora: Na ligação ao continente e à Madeira, no que às rotas sujeitas a obrigações de serviço público diz respeito, foram transportados este ano 88.154 passageiros contra os 77.943 do ano passado, mais 10.211 passageiros transportados este ano.

Já nas rotas liberalizadas foram transportados 253.161 passageiros este ano, quando no ano passado foram 200.182, mais 52.979 passageiros transportados.

Nas ligações entre os Açores e os Estados Unidos da América foram transportados 80.273 passageiros este ano, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Podemos ficar descansados porque está tudo bem!

A Oradora: ... quando no ano passado foram transportados 67.376, mais 12.897 passageiros transportados este ano.

Na ligação entre os Açores e o Canadá ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alguém lhe perguntou isso?

A Oradora: ... a Azores Airlines transportou 52.374 passageiros em 2017, tendo transportado 38.437 no ano passado, num acréscimo de 13.937 passageiros.

Nas ligações entre os Açores e os vários destinos europeus foram transportados este ano 28.976 passageiros, enquanto no ano passado viajaram 19.307 passageiros, um aumento de 9.669 passageiros transportados.

A tudo isto há que somar 51.097 passageiros transportados na nova ligação entre Açores e Cabo Verde na operação charter e noutras rotas operadas a partir de Lisboa e da Madeira.

No total, entre janeiro e julho deste ano foram transportados pelo Grupo SATA 952.666 passageiros, ou seja, mais 136.662 passageiros que em idêntico período do ano anterior o que representa um aumento de 17%.

Em suma, apesar do cenário retratado como caótico estes indicadores vêm provar que a produção da SATA tem vindo a crescer nos últimos anos e de forma progressiva.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não prova nada!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Estes números põem ainda em evidência que a SATA não deixou de servir o seu propósito: assegurar a mobilidade das açorianas e dos açorianos entre ilhas, destas para o continente com as mais importantes comunidades residentes no estrangeiro, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

A Oradora: ... fomentando a coesão territorial dos Açores e projetando a nossa Região no exterior.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Oradora: Demonstram ainda que a SATA está desperta e viva, ajustando a oferta à procura e crescendo na sua dimensão.

O Governo dos Açores assume, pois, a defesa da nossa transportadora aérea em função do seu verdadeiro objetivo social: servir sempre e cada vez melhor as açorianas e os açorianos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Oradora: ... fazendo desta empresa uma empresa de referência, capaz de dar resposta com qualidade às necessidades de mobilidade e acessibilidade à Região e a projetar o nome dos Açores no mundo.

É isso que se pretende com a redução da componente de dívida ao Grupo SATA, tendo a Região Autónoma dos Açores efetuado pagamentos à SATA neste ano no montante de 38.7 milhões, dos quais 20.9 correspondem à recuperação de dívida, estando a dívida vencida atualmente em 25.4 milhões,

incluindo a dívida do Serviço Regional de Saúde pelo transporte de doentes no valor de 4.5 milhões de euros.

É isso que se pretende através da renovação da frota com a entrada das novas aeronaves A321 que conferirão maior fiabilidade operacional, flexibilidade e eficiência à operação da SATA, a primeira das quais começará a voar até final deste ano.

É isso que se pretende também com a revisão pelo conselho de administração de processos internos da SATA, sobretudo ao nível do planeamento e com a conclusão do processo de reorganização societária do Grupo SATA, prevista aliás no respetivo plano estratégico, nomeadamente passando as empresas do grupo a serem detidas diretamente pela SATA, SGPS. É isso que se pretende ainda com a conclusão do processo de negociação com o Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil, instando-se à sua conclusão e alertando-se para as consequências imprevisíveis na empresa de uma greve às assistências que perdura.

A paz social é um valor inestimável para acautelar a estabilidade e o futuro da empresa.

Cá estamos e cá estaremos para trabalhar e a continuar a desenvolver esforços para que tal seja cada vez mais uma realidade, porque é para isso que governamos.

O Governo dos Açores tudo fará ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não existe!

A Oradora: ... para defender a SATA, embora (e é bom que fique claro) não está, nem nunca estará disponível para subordinar os interesses do povo açoriano aos interesses da SATA por muito relevantes que sejam.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem várias inscrições.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para realizar um protesto, no sentido ...

Presidente: Um protesto a, Sr. Deputado?

O Orador: Pelo facto do Governo Regional, questionado com perguntas diretas que aliás tive oportunidade de enumerar durante a minha intervenção, não respondeu a nenhuma das perguntas. Realizou uma intervenção que previamente já tinha escrito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, pura e simplesmente desrespeitou a figura regimental da interpelação ao Governo Regional.

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: A obrigação do Governo Regional é responder às questões ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e o Governo Regional demonstrou um profundo desprezo pela atividade dos parlamentares a partir do momento em que não responde às questões que lhe são colocadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, fica registada a sua interpelação.

A Mesa já tem várias inscrições.

Sr. Presidente do Governo, para um contra protesto, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas ele não protestou!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Foi para protesto! O Sr. Deputado está a confirmar que foi para protesto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão protestou. O Sr. Presidente do Governo pediu a palavra para um contra protesto que tem direito no âmbito regimental.

Sr. Presidente do Governo, para um contra protesto.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Apenas para fazer um contra protesto, porque esta intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão pretende no fundo lançar mais confusão do que ajudar ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não!

O Orador: ... a esclarecer aquilo que deve ser esclarecido.

O Sr. Deputado fez uma intervenção inicial em que colocou algumas questões num debate que tem a duração de ...

Quantas horas?

Deputado Paulo Parece (*PSD*): É fazer as contas!

O Orador: ... três horas.

Eu não sei se o Sr. Deputado, por acaso, disse ao Governo “eu quero ver esclarecidos esses assuntos antes” para que na intervenção inicial do Governo, o Governo pudesse já responder.

Da parte do Governo nós fizemos o enquadramento deste debate.

Acho que é importante para todos nós ter consciência que nem isto se trata de um tribunal, porque sei que o Sr. Deputado não considera o debate parlamentar assim, que o Governo está interessado em esclarecer e fá-lo-á ao longo do debate. Agora, não é possível, não é humanamente possível chegar ali, fazer um conjunto de sete perguntas, seis perguntas, e exigir que na intervenção imediatamente subsequente todas essas perguntas tenham a resposta.

Nós estamos num debate. O Sr. Deputado vai ter resposta a todas as suas perguntas, garanto-lhe!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Bem vindo ao Parlamento, Sr. Presidente!

O Orador: Acho lamentável ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: ... (e daí o meu contra protesto) que se queira utilizar esses pequeninos aspetos acessórios à importância deste debate para dar uma má imagem do debate.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

A Mesa já tem várias inscrições.

Vamos dar início então agora ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por cumprimentar a Senhora Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, desejando as maiores felicidades no desempenho das suas funções.

Espero que o seu exercício, ao contrário do que aconteceu com os seus antecessores, em especial com o antigo Secretário Regional da Economia e atual Presidente do Governo, seja marcado pelo realismo, pela coragem e sobretudo por uma visão clara e desejável para o sector dos transportes na Região.

A interpelação que agora se discute neste Parlamento e os motivos que a justificam, são partilhados por todos os açorianos.

A situação do Grupo SATA é atualmente motivo de preocupação generalizada na Região, entre as comunidades de descendentes de açorianos na América do Norte e até a nível nacional, principalmente por três motivos:

- Por questões operacionais, resultantes do mau serviço que tem sido prestado, comprometendo a mobilidade inter-ilhas e dos Açores com o exterior, com graves prejuízos para os açorianos e para a nossa economia, matéria mais que provada diariamente nos últimos meses;
- Por questões laborais que se traduzem num ambiente de grande instabilidade e falta de diálogo construtivo, resultando na convocação recorrente de greves;
- Terceiro, pelo profundo desequilíbrio financeiro e mesmo falência técnica com capitais próprios negativos em quase 100 milhões de euros, fruto dos prejuízos acumulados que comprometem, quase no imediato, a sua permanência no mercado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta situação não é inesperada, seja pela orientação estratégica ou falta dela, preconizada pelo Governo, para o Grupo SATA, sobretudo na última década, seja pela forma de administração displicente e pouco profissional, seja pelos negócios ruinosos que são do conhecimento público mas que nunca foram devidamente escrutinados, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda vai preso! Leva com um processo!

O Orador: ... seja, finalmente, pelos resultados económicos sucessivamente negativos e a consequente degradação financeira daí resultante.

É sabido que as crises empresariais, fruto de erros acumulados de estratégia e de gestão, de que é o exemplo presente, podem demorar muito tempo a desenvolver-se, mas quando emergem, tendem a alastrar de forma rápida e ampla, com efeitos indesejáveis que afetam outros sectores e a vida económica em geral, indiscriminadamente.

E a pergunta que todos colocam é simples: como foi possível chegar até aqui?

Como foi possível uma empresa perder em 10 anos cerca de 130 milhões de euros?

Como foi possível uma empresa, com tão bons e competentes profissionais, assistir à degradação dos seus serviços e à ruína tão profunda do seu nome no mercado?

Afinal quem são os responsáveis por todo este descalabro?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores, como maior partido da oposição, está preocupado e empenhado no futuro da SATA ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda!

O Orador: ... e nesse sentido já apresentou publicamente o que se afigura essencial no enquadramento do problema e nos caminhos que deverão ser seguidos.

Mas temos que salientar que, perante uma empresa tecnicamente falida, desorganizada e sem rumo, a margem de atuação é limitada.

As soluções possíveis são necessariamente difíceis e penalizadoras. O desafio que se coloca, antes de mais, é o de salvar o essencial.

Importa também e face a versões que têm sido divulgadas na comunicação social e não desmentidas que uma das opções em análise pelo Governo Regional seria o do encerramento abrupto de empresas do Grupo SATA, com ou sem a criação de novas empresas com o mesmo objeto, porquanto esta solução constituiria uma absoluta desresponsabilização das empresas (públicas) e, bem assim, do seu acionista único - o Governo Regional - perante compromissos com fornecedores, com a banca e com os trabalhadores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Este cenário, que esperamos não esteja a ser equacionado, comprometeria o bom nome da Região Autónoma dos Açores, com reflexos num vasto sector público empresarial, financeiramente desequilibrado.

Para mais, importa referir que não deixaria de constituir um (mau) exemplo para as empresas privadas em dificuldades.

Urge também, de imediato, que o Governo Regional pague o que deve ao Grupo SATA, quer as dívidas que resultam das contrapartidas de serviço público, quer os encargos e responsabilidades assumidos pela SATA Aeródromos, quer como cliente, através da Administração Pública, do Serviço Regional de Saúde e do Sector Público Empresarial.

O PSD apoiará qualquer alteração orçamental que permita a sua regularização, preferencialmente através da redução de outras verbas inscritas no Orçamento e Plano de 2017.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A SATA Air Açores, que assegura as ligações inter-ilhas, presta um serviço público essencial, com um património histórico de 75 anos. Qualquer solução deve passar sempre, e de forma exclusiva, pela sua manutenção como empresa pública, assegurando uma função estratégica nos Açores e para os Açorianos.

É essencial, prioritário e urgente, quanto à SATA Air Açores, neste contexto:

1º - Consolidar a sua situação financeira com o reforço dos seus capitais públicos que permita a sua estabilidade e sustentabilidade económica e financeira, sujeitando, se necessário, o processo às regras europeias com pedido de autorização à Comissão Europeia;

2º - Adequar a sua frota e a sua capacidade operacional às necessidades atuais e futuras, promovendo a mobilidade interna dos açorianos, a preços mais acessíveis e em melhores condições garantindo, também, a dos turistas que nos visitam, o mercado interno e a coesão entre as várias Ilhas;

3º - Garantir uma administração profissional, competente, independente de interesses partidários, conhecedora do setor e tecnicamente reconhecida pelos seus trabalhadores;

4º - Separar de forma clara e institucional, a atividade da SATA Internacional – Azores Airlines da SATA Air Açores, evitando o contágio de eventuais riscos. Se a SATA Air Açores não reunir rapidamente as necessárias condições em termos operacionais e com equilíbrio económico-financeiro, ficará seguramente limitada em termos concorrenciais para o próximo concurso de concessão de serviço público inter-ilhas, o que seria o fim da empresa e péssimo para os Açores.

A SATA Internacional – Azores Airlines carece, urgentemente, de uma reestruturação estratégica, face aos erros cometidos nos últimos anos que colocaram em séria crise a respetiva viabilidade, sendo também fundamental estabelecer prioridades em termos da sua operação, com realismo face ao mercado e à concorrência e tendo como condição a sua situação financeira e a sua dimensão.

É essencial, quanto à SATA Internacional – Azores Airlines, neste contexto:

1º - Tentar a sua recapitalização através de capitais privados e/ou da TAP ou outros parceiros internacionais e só como última possibilidade injetar capitais públicos;

2º - Garantir a operação da empresa e a concentração de recursos em rotas com o continente e as Ilhas nos Açores em que as alternativas sejam reduzidas ou inexistentes, alargando a sua operação apenas e só depois de asseguradas aquelas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Será a situação da SATA uma exceção no conjunto do sector público empresarial e da própria administração pública regional?

Estamos em crer que não.

A SATA é a ponta do iceberg da má governação regional. É o exemplo em que a demagogia foi insuficiente para, por mais tempo, mascarar a realidade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: A SATA é apenas um exemplo de práticas governativas sem sentido e de falta de estratégia e de visão deste Governo. Demonstra de forma clara e inequívoca o inevitável resultado da colocação das instituições públicas ao serviço dos interesses partidários.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: O principal responsável pelo descalabro da SATA, desde 2008, é o atual Presidente do Governo Regional. Quer como Secretário Regional da Economia, quer nas atuais funções. Deve e tem de assumir as suas responsabilidades. Deve explicações aos trabalhadores e deve explicações aos açorianos.

O PSD está disponível para colaborar, de forma despartidarizada e em nome do interesse regional, na definição e concretização de soluções que garantam o futuro da SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acabou com a anedota, foi?

O Orador: Esperamos que o Governo Regional atue rapidamente com realismo e com a visão desejada, evitando soluções de adiamento ou soluções que no imediato sejam politicamente menos penalizadoras, mas que na prática não resolvem de forma sustentada os problemas da SATA e bem assim dos transportes aéreos nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem agora a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se engane, Sr. Deputado, não se engane!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários:

Permitam-me que comece a minha intervenção por saudar a Sra. Secretária Regional e dizer que é com gosto que o Partido Socialista a vê na bancada do Governo, nomeadamente a debater a situação do Grupo SATA.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fale mais alto que ninguém o ouve!

O Orador: O pior que podemos fazer neste debate é perder a razoabilidade.

O que é que isto quer dizer?

Isto quer dizer que o pior que podemos fazer é chegar a esta câmara com o objetivo de terminar tentar traçar uma imagem do Grupo SATA ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Já está traçada!

O Orador: ... que pura e simplesmente sirva aqueles que são os objetivos de cada um dos partidos.

Eu acho que não é correto que o façamos, porque se formos ver bem, o maior prejudicado disso será obrigatoriamente o próprio Grupo SATA, os trabalhadores do Grupo SATA e os açorianos que são os donos do Grupo SATA.

Portanto, não me parece correto que quer o PSD, quer o PPM, o responsável pela interpelação, venha aqui dizer que tudo correu mal no Grupo SATA e que toda a responsabilidade do que aconteceu neste ano de mau é do Governo dos Açores e da sua administração.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não! A culpa é da oposição!

O Orador: Isto a meu ver não é correto e os açorianos que nos estão a ouvir em casa percebem que não é razoável e não é visível, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A responsabilidade é de ninguém!

O Orador: ... porque se nós tivermos alguma atenção nos dados que nos são fornecidos, se tivermos alguma calma ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem não assume a responsabilidade é irresponsável!

O Orador: Oh, Srs. Deputados a legislatura acabou de começar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já começou há um ano!

O Orador: Tenham calma! Não interrompam ainda. Deixem-me fazer a intervenção.

A sessão legislativa!

Se nós formos ver com algum cuidado os dados que nos são disponibilizados verificamos que o caos que foi supostamente instalado não se verifica. Nós estamos a falar de mais de 1,4 milhões de passageiros transportados, de dezenas de milhares de voos e os problemas que tivemos motivados por questões operacionais, por incidentes, rondam por aquilo que ouvi a Sra. Secretária dizer cerca de 2,9% dos voos. Eu repito: 2,9% dos voos são os motivos que levam ao PPM e ao PSD dizer que há um caos operacional ao nível do Grupo SATA.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Permitam-me que vos diga o seguinte: esta bancada, a bancada do Partido Socialista, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor está “a tapar o sol com a peneira”!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... não vem aqui dizer que correu tudo bem, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ah, veio, veio!

O Orador: ... que houve aspetos que não correram mal. Existiram!

E que as responsabilidades também não se devem a problemas de planeamento. Existiram!

Mas é razoável nesta câmara todos admitirmos que nesses 2,9% de problemas que existiram em toda a operação, metade se deveram a incidentes, ou será responsabilidade deste Governo Regional e do seu Presidente que um carro de catering embata contra um avião?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Claro que é!

O Orador: Será responsabilidade do Presidente do Governo que um trator, que um Push-Back, que empurre um avião bata contra um A-310?

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Mas o problema da SATA não são esses dois casos!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Claro que é!

O Orador: Será responsabilidade que após uma avaria de um avião, um avião de outra companhia aérea ao serviço da SATA, tenha uma ave que entre para dentro do motor?

É responsabilidade do Presidente do Governo?

Sras. e Srs. Deputados, para podermos ter um debate sério nesta câmara os senhores têm que admitir que existiram matérias que não foram da responsabilidade nem da SATA, nem do Governo Regional, ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Foi azar! Isso é da responsabilidade do Governo!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não tem perguntas!

O Orador: ... porque nós nesta câmara vimos dizer que existiram matérias que foram da responsabilidade também do planeamento da SATA.

Mas há algo aqui que também nos deve distinguir ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... e não é só no diagnóstico do problema. Esse diagnóstico está feito. Houve problemas com o aumento da procura, houve problemas de planeamento operacional da empresa, houve problemas com incidentes, houve problemas com greves, houve um conjunto de matérias que efetivamente

afetaram a operação, mas que esses problemas refletiram-se em 2,9% dos problemas da empresa.

Deputada José Contente (PS): Exatamente!

O Orador: Mas os senhores também não poderiam vir aqui revelar ou verificar o que é que se passou na empresa nos últimos anos? No último ano?

Os senhores não admitem que no último ano houve uma redução dos prejuízos para metade, que a dívida da empresa decresceu em 6,6 milhões de euros, que a dívida do Governo Regional decresceu nos últimos dois anos mais de 40 milhões de euros (mais de 40 milhões de euros)?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Aliás, é extraordinário que o PSD venha aqui a esta câmara e venha o Sr. Deputado Duarte Freitas tão preocupado com a empresa falar que o Governo deve 50 milhões de euros à empresa.

Oh, Sr. Deputado Duarte Freitas, nunca este valor foi sequer mencionado. O valor mencionado foi na ordem dos 46,6 milhões de euros há dois anos, valor entretanto reduzido quando neste momento é cerca de 25,4 milhões de euros.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Sabe o que é que isto quer dizer?

Isto quer dizer que o Governo dos Açores deve à SATA menos do que aquilo que é o valor que deve transferir à SATA anualmente em termos de orçamento.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, aquilo que o Governo deve à SATA é menos do que um ano de pagamentos à empresa.

Portanto, também é razoável admitir aqui que a empresa transportou mais passageiros, que a empresa num cenário de liberalização tem uma maior quota de mercado, que tem mais voos, que privilegiou as acessibilidades aos Estados Unidos, que tem mais passageiros transportados para os Estados Unidos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, não sou eu que reconheço que esta aposta é boa. É o próprio PSD que reconhece.

O Deputado António Vasco Viveiros aquando da nomeação do Presidente do Conselho de Administração da SATA diz o seguinte: “elogio a estratégia e a forma de olhar para o mercado americano pelo Governo dos Açores ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): E o que é que é que isso quer dizer?

O Orador: ... sem ser redutora, avaliando o risco do mercado, mas devidamente calculado.”

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Mas isso responde às questões?

O Orador: Portanto, a aposta que o Governo e que a SATA fez no mercado americano foi inclusivamente elogiada pelo PSD/Açores.

Permitam-me que também refira um conjunto de matéria que estão relacionadas com aquilo que é a posição do Deputado Duarte Freitas, do líder parlamentar do PSD, em relação ao Grupo SATA.

O Sr. Deputado, em primeiro lugar, no espaço de duas semanas tem duas posições quase contraditórias.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que está em debate é o líder do PSD! Tão previsível!

O Orador: Na primeira semana envia uma carta ao Sr. Presidente do Governo muito preocupado com a situação quer da SATA Air Açores, quer da SATA Internacional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fale da interpelação!

O Orador: É um debate, Sr. Deputado. É natural que nós possamos trocar ideias.

O Sr. Deputado fala em duas semanas na SATA Air Açores e na SATA Internacional.

O Sr. Deputado na primeira semana está preocupado com a Azores Airlines e com a SATA Air Açores. Quinze dias depois a preocupação com a Azores Airlines desaparece. Aliás, era perceptível e era expectável que a sua preocupação desaparecesse, porque a preocupação do PSD com o mercado americano e com a operação da SATA para o mercado americano sempre foi muito duvidosa.

No próprio programa eleitoral do PSD ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Presidente quase que leva a SATA à falência e o senhor está preocupado com o programa eleitoral do PSD!

Deputado André Bradford (PS): O senhor está incomodado? Não acredito!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Duarte Freitas, se o Sr. Deputado faz propostas é natural que queira ter resposta, a não ser que a noção que o PSD tenha de um debate político seja o PSD diz o que é que pensa e os outros partidos não podem comentar, porque aquilo que tem feito até agora é escrutinar as opções do Governo dos Açores, escrutinar as opções do Partido Socialista, portanto, é natural que num debate isso seja feito.

O Sr. Deputado até levanta a possibilidade de as operações para a América do Norte serem feitas por outra companhia aérea. É isso que o senhor tem no seu programa eleitoral ...

Deputado Marco Costa (PSD): Ainda não respondeu a nenhuma das questões colocadas!

O Orador: ... e parece-me muito estranho que num momento está preocupado com a SATA Internacional, noutro momento a única preocupação que tem é com a SATA Air Açores.

Segundo, todos nós sabemos que a SATA se encontra num processo de estruturação e está inclusive previsto no plano de reestruturação que foi apresentado à Assembleia que prevê, aliás, uma das coisas que os senhores apresentam como novidade, que é a reorganização do Grupo SATA, não da

forma como está, mas de uma forma que permita que cada empresa seja independente uma da outra, mas aquilo que me preocupa é a postura do PSD, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oh, minha Nossa Senhora! Fale da SATA! E não lhe preocupa a SATA?

O Orador: ... porque isto é grave, que é muito semelhante àquela que teve em relação à saúde nos Açores, que é a de que quando há um problema numa empresa, quando há um setor em dificuldades, aquilo que o senhor diz é “vamos perguntar ou a Lisboa como é que se faz ou perguntar a Bruxelas como é que se faz”.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é falso!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Na matéria de recapitalização da SATA e de intervenção na SATA há uma coisa que nós lhe podemos dizer: ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Demagogia levada ao máximo!

O Orador: ... o Partido Socialista nunca aceitará (nunca aceitará!) ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que seja Bruxelas a ditar quais são os termos da reestruturação da SATA Air Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A SATA é uma empresa com mais de 1.200 funcionários. Eles merecem o respeito de serem os acionistas da SATA, os açorianos, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... a dizerem por onde é que a SATA se deve dirigir e não um burocrata em Bruxelas, como o senhor quer, a dizer qual é a reestruturação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não quero nada!

O Orador: O senhor já viu como é que as outras empresas que foram intervencionadas pelo Estado tiveram que fazer a sua reestruturação sem redução da sua operação, sem qualquer tipo de olhar aos seus trabalhadores?

Há uma coisa que nós podemos dizer: a SATA é fundamental para os Açores. A SATA é um instrumento do Governo dos Açores, dos açorianos para servir a nossa terra e ela será tratada assim pelo Partido Socialista, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... para servir os Açores. É esse o compromisso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se nota!

O Orador: O compromisso é servir os açorianos e nós estaremos sempre ao lado da SATA enquanto for esse o propósito da existência da empresa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, pela primeira vez Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No sentido de pugnar, isto nas palavras do anterior Secretário Vítor Fraga, pela melhoria das condições de operacionalidade da SATA, faz agora precisamente um ano o Presidente do Governo Regional garantia que a SATA havia equipado os seus aviões com o sistema de navegação por NRP para operar no aeroporto da Horta.

De que tipo (01, 02, 03) não sabíamos e continuamos a não saber.

Dois meses depois, em novembro de 2016, o Secretário Regional dos Transportes garantia que em dezembro desse ano se iniciariam os voos de certificação desse mesmo sistema NRP.

Seguidamente, não existindo sequer um voo de demonstração do sistema, mais um novo adiamento dos voos de certificação e desta feita para março ou abril de 2017.

Agora, novamente em pleno processo eleitoral há um comunicado em que o município se faz substituir à SATA e ao próprio Governo Regional e diz que são iniciados os voos de certificação de navegação por NRP no aeroporto da Horta.

Tendo em conta a linha de acontecimentos que atrás descrevo afinal de que é que vale a sua palavra?

Afinal de que é que vale a palavra deste Governo?

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Tendo em conta a importância que as acessibilidades têm para o desenvolvimento hegemónico das ilhas; tendo em conta a importância que as acessibilidades têm na fiabilidade de qualquer destino turístico; tendo em conta também a importância da previsibilidade do serviço em ilhas com uma única ligação diária ao continente; tendo em conta a imprevisibilidade que as condições meteorológicas introduzem neste serviço; tendo em conta também a importância que a implementação de um sistema como o NRP AR tem para um aeroporto como o da Horta ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e a previsibilidade que lhe garante, quantos voos são necessários para concluir esta certificação?

Gostava de saber.

Quantos aparelhos tem a SATA equipados para operar com este sistema?

Quantas tripulações de cockpit estão certificadas para a utilização deste sistema?

Também permita-me que lhe pergunte: não tendo a SATA dado conta do recado no que diz respeito à oferta de ligações ao Faial, nomeadamente no verão, no verão IATA, qual é o número de voos semanais que terão disponíveis para o inverno IATA?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E podem os faialenses marcar o seu regresso a casa com a certeza de que irão passar o Natal junto dos seus?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O transporte aéreo é fundamental para a vida dos açorianos e para a nossa economia e já é mais do que tempo de falar com responsabilidade e verdade aos faialenses.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Excelente intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Mais uma vez assistimos aqui a uma intervenção por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através do Sr. Deputado Francisco César, que em grande parte poderia ser até a mesma intervenção que o Bloco de Esquerda traria a esta Casa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... em defesa do serviço público, em defesa da SATA enquanto empresa pública e que ficará sempre na esfera pública ao serviço de todos os açorianos e açorianas.

Deputado Francisco Coelho (PS): É o chamado beijo da morte!

O Orador: Portanto, o Bloco de Esquerda não poderia estar mais perto daquela que é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Só que infelizmente a teoria que aqui traz não bate com a prática e a gestão da SATA tem servido uma narrativa que encerra toda uma lógica que faz com que se assista a um cenário que não é inédito no país. É uma narrativa não tão rebuscada como as narrativas que o Sr. Deputado Paulo Estêvão costuma nos trazer aqui, a esta Casa, e que de facto muito contribui para, muitas vezes, momentos de humor e de boa disposição, mas sempre com um teor crítico mordaz e sempre também assertivo (é verdade!), porque também se pode fazer política com humor, agora também é verdade que a narrativa que assistimos atualmente na Região com a SATA é uma narrativa que encerra em si uma lógica muito mais simples, é a lógica subjacente a todos os processos preparatórios de uma privatização.

Senão vejamos: todos estes incidentes, quer sejam da responsabilidade ou não do Governo Regional (eu não acredito que seja por um suporte de uma carrinha de catering que tenha batido contra um avião que seja da responsabilidade do Governo Regional) ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas o pássaro é!

O Orador: Nem o pássaro!

Mas aquilo que se passou este verão, por exemplo, ainda no passado mês de agosto, na ilha Terceira, na ligação entre a Terceira e Boston, que os passageiros esperaram um dia inteiro no aeroporto e estiveram mesmo prestes a embarcar e acabaram por não embarcar, porque (pasmese!) a tripulação (e com toda a razão porque tudo isso obedece a normas muito restritivas e que são justificáveis que conferem e garantem o descanso necessário aos pilotos e à tripulação) foi impedida de embarcar.

Mas essa era uma situação perfeitamente evitável, o que demonstra um desnorte na forma como se faz o planeamento no Grupo SATA.

Portanto, estamos aqui perante sintomas que demonstram e que levam as pessoas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São pessoas, Sr. Deputado, não são percentagens, são pessoas!

O Orador: ... a ver aquela que é uma degradação de um serviço público, de um serviço público que deveria ser de qualidade. É uma degradação do serviço que traz uma má imagem à empresa. É um facto!

Nós não estamos aqui a inventar. É uma má imagem. Confere uma má imagem à empresa que por sua vez faz com que a empresa tenha que perder financeiramente, porque também existem perdas financeiras, como é claro.

Ora, mas simultaneamente a todo este cenário ... Este cenário serve o quê?

Serve para criar na opinião pública um clima de facto favorável à privatização de um ativo que é de todos nós, de tal maneira que até a direita, o PSD, veio aqui já falar de uma privatização aos bocados da SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual direita? Tenha lá juízo, homem!

O Orador: Não será a SATA Air Açores, mas será a SATA Internacional, ou a Azores Airlines.

Vamos lá privatizar a Azores Airlines!

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Porque se calhar até é apetecível ao setor privado, enquanto que a SATA regional é claro que não é tão apetecível, porque serve um serviço público que não é, nunca será rentável na lógica de um privado, mas que é necessária, que é imprescindível aos açorianos e por isso prepara-se todo um cenário para vender a SATA ao desbarato, tal como se tentou fazer na TAP e até se conseguiu até certo ponto, uma privatização parcial da TAP que em muito prejudicou o serviço público no país e também na Região.

Por incrível que pareça toda esta lógica tem um bode expiatório, um bode expiatório que até o próprio proponente desta interpelação utiliza: os

trabalhadores. Os trabalhadores é que são, por incrível que possa parecer, os responsáveis de toda esta situação ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que disse isso?

O Orador: Foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão que disse.

... devido às suas greves. Porquê?

Os trabalhadores fazem greve, porquê?

Pasme-se! Porque é que fazem greve?

Porque o Governo Regional ... O Governo Regional não, neste caso a SATA, cujo o seu único acionista é a Região, não cumpre os acordos que foram estabelecidos por mútuo acordo.

De facto, esta é a mesma narrativa que presidiu a muitos outros processos de privatização.

É uma narrativa que tem um paralelismo numa outra história só que no sentido inverso, vai do fim para o princípio: a Sinaga.

Vejamos o caso da Sinaga.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Até porque a SATA recebe açúcar da Sinaga! Está tudo ligado!

O Orador: Não vou fugir ao âmbito.

A Sinaga só serve como exemplo, Sra. Presidente.

Ora, a Sinaga era uma empresa privada há uns anos, acumulava prejuízos.

O que é que aconteceu?

O Governo Regional assumiu, regionalizou a Sinaga. Ficou com a Sinaga.

Salvou assim o quê?

Os privados que ficaram sem o passivo da Sinaga ...

Deputado Francisco César (PS): E os postos de trabalho?

O Orador: ... e ainda embolsaram algum capital que foi dado pela Região para ficar com a Sinaga.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Mas isso ainda é da Sinaga?

O Orador: Tudo para quê?

Segundo o Governo Regional para salvaguardar postos de trabalho e nós estivemos ao vosso lado. É importante salvaguardar os postos de trabalho.

Agora, também é verdade que o Governo Regional prometeu que haveria de arranjar um plano de viabilização da Sinaga, mas até agora não conseguiu viabilizar a Sinaga e o que é que se prepara para acontecer num futuro mais ou menos próximo?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, já deu o seu exemplo. Terá que voltar ao tema da nossa interpelação.

O Orador: Se calhar prepara-se para encerrar a Sinaga. Porquê?

Encontrou agora uma justificação bastante conveniente, porque preparam-se para liberalizar ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, peço desculpa, mas não posso ...

O Orador: ... as quotas do açúcar na Europa ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, peço desculpa, mas não posso permitir que continue. Deu um exemplo. Permitted que o fizesse, mas terá que voltar ao tema da SATA que é o que nos traz aqui hoje.

O Orador: Sra. Presidente, agradeço a sua tolerância, mas vou terminar.

Há de facto um paralelismo entre as várias histórias de privatizações e de regionalizações ou nacionalizações.

São de facto exemplos como a privatização é sempre um bom negócio para os privados e as regionalizações só se dão quando servem para livrar os privados da bancarrota.

Duas questões muito simples, uma delas não passa de uma repetição de uma questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua intervenção inicial, mas que ainda não foi respondida.

Qual o projeto e objetivo final da SATA que não a sua privatização ou até mesmo a sua concessão, que é outro cenário possível?

O Governo Regional assume aqui e agora que não está a preparar a privatização da SATA?

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma das conquistas que conjuntamente com a Liberdade em todas as suas vertentes foi, indiscutivelmente, abraçada com entusiasmo pelos açorianos foi a Autonomia político-administrativa da Região, aliás na sequência das ideias autonomistas democráticas que sempre se manifestaram nos Açores, apesar da sua repressão pela ditadura. Questão importante e fundamental na adesão e consolidação do regime democrático e dos seus princípios, o próprio conceito de Autonomia e as próprias instituições autonómicas só conseguiram a adesão da generalidade dos açorianos porque houve a perceção e a urgência de dar uma relevante e imprescindível importância à questão dos transportes e da mobilidade inter-ilhas sobretudo. Daí a aposta em dotar todas as nossas ilhas das infraestruturas necessárias a uma cobertura integral do transporte via aérea, o que foi sendo feito mesmo com alguns percalços, atrasos nalguns casos e decisões indiscutíveis ou discutíveis noutros, mas alcançada porque acima de tudo tínhamos uma companhia aérea regional, a SATA, servida, tal como hoje por dedicados e competentes trabalhadores que tudo faziam e fazem para colmatar a falta de meios e minimizar os efeitos de decisões de políticas e de políticas de gestão incorretas, quanto não propositadamente dirigidas para servir outros interesses (alguns se calhar inconfessáveis) que não o de prestar o

serviço público de mobilidade e transporte a todos os açorianos (os residentes e da Diáspora) bem como aqueles que nos visitam, respondendo até à política de captação de turismo (acerca da qual também muito haverá dizer em próxima oportunidade) que o Governo Regional tanto se ufana de momento.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Desde a indisponibilidade de reservas à falta de aeronaves para assegurar as ligações inter-ilhas, desde intermináveis esperas nos aeroportos até reacomodar passageiros de voos cancelados para os últimos voos do dia seguinte, desde a indisponibilidade de lugares para os residentes se deslocarem por razões turísticas à indisponibilidade de deslocações por razões de saúde, de tudo um pouco assistimos neste verão IATA na nossa Região. Mas tudo isto não sucedeu por acaso, muito menos sem que houvesse responsáveis por toda esta situação, e muito menos ainda sem que tudo isto fosse previsível e evitável. Convém recordar que já no Plano Estratégico 2015/2020 era claro que a SATA vivia numa situação de pré falência, com o passivo da empresa superior ao seu ativo e que a dívida a fornecedores poderia até pôr em risco a operação corrente da empresa, vulgo “a frota ficar no chão”. Que a situação de tesouraria da SATA era deficitária e que apenas dava resposta às despesas correntes por adiantamentos das compensações às Obrigações de Serviço Público, apresentando-as até como garantia de endividamento. Que os problemas que decorrem com a dívida e o serviço da dívida acumulada eram devidos, essencialmente, ao incumprimento pleno das compensações do serviço público prestado e a que a Região está contratualmente obrigada. Relembro aqui estas questões porque todas elas foram colocadas por nós, PCP, em tempo oportuno ao Governo questionando-o sobre quais os planos e medidas que tinha para a sua resolução. Mas nem necessário seria que fôssemos nós PCP a denunciar tais situações se o Governo cumprisse o exercício democrático fundamental de

audição das organizações representativas dos trabalhadores. Há que afirmar aqui com toda a clareza que se não tivessem sido as posições, denúncias e lutas da Comissão de Trabalhadores da SATA e dos Sindicatos representativos dos trabalhadores da SATA e a situação da empresa seria ainda bem pior. Ouvisse o Governo devidamente as organizações representativas dos trabalhadores da SATA e com toda a clareza e convicção o afirmamos, teria relevantíssima informação que lhe permitiria agir atempadamente no sentido de resolver os graves problemas da SATA que tão claramente foram postos a nu e ficaram à vista de todos neste verão IATA.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

A decisão do Governo de colocar a SATA a fazer reencaminhamentos gratuitos de passageiros de companhias aéreas privadas faria qualquer leigo na matéria prever, sem possibilidade de errar, que tal situação seria de todo impossível sem um aumento da frota da SATA, mesmo que não lhe fosse dada a informação sobre novas rotas que a SATA Air Açores também pretendia lançar. Também não seria necessário qualquer especialista na matéria para prever que assim não sendo a mobilidade de muitos açorianos, tão importante para a consolidação do seu espírito de pertença a uma Região uma na qual todas as suas parcelas merecem a mesma dignidade, seria com toda a certeza posta em causa, como de facto o foi. A política seguida pelo Governo Regional de financiamento de privados à custa da destruição da SATA e cuja política dos reencaminhamentos gratuitos é uma das peças, tal como é a recente decisão de colocar uma empresa privada a efetuar o Serviço de Socorros nos Aeródromos geridos pela SATA/Aeródromos, sem que houvesse exigências de monta e inultrapassáveis para que as Associações de Bombeiros não continuassem a assegurá-lo, são infelizmente indicações muito claras e o prenúncio daquilo que o Governo Regional pretende, ou seja, o desmantelamento e o fim da SATA, que quer queiram ou não é a empresa mais estruturante e indispensável da nossa Região.

De tal forma consideramos que a SATA enquanto empresa pública regional é um dos pilares da economia açoriana e presta um fundamental serviço público de mobilidade inter-ilhas e para fora da Região, que só por ditames ideológicos de um liberalismo económico selvagem se pode entender que haja quem defenda a privatização da SATA. Será que nada se aprendeu com o passado? O que ganhou a Região e as empresas açorianas com a privatização do BCA? Será que queremos estar daqui por uma década a chorar a privatização da SATA? Pela nossa parte, tal como os trabalhadores da SATA e as suas organizações representativas poderão contar sempre com a nossa solidariedade para com a sua luta em defesa da empresa e dos seus direitos fundamentais, também poderão contar com a nossa mais firme e ativa oposição a que a destruição da SATA venha a suceder.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste contexto, importa fazer o enquadramento histórico também da importância que o Grupo SATA, quer a SATA Air Açores, quer SATA Internacional e demais empresas, tiveram e ainda têm para o turismo e para a economia regional, sobretudo no período que foi aqui elencado entre 2009 e 2014, um período de crise financeira em que a SATA foi fundamental na manutenção dos postos de trabalho no setor da hotelaria, da restauração e também por consequência nos restantes setores da economia regional, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... permitindo assim trazer turistas quando o país, a Europa, o mundo, mas também os Açores, com uma economia dependente do exterior, estavam envolvidos numa grave crise financeira. Portanto, a SATA teve de investir em prol da economia regional e isso teve consequências na sua rentabilidade, mas foi um investimento a favor dos açorianos e da economia regional.

Atualmente, mesmo com a entrada das low cost, é importante verificar que a SATA é a empresa que mais transporta passageiros para os Açores e basta ver as estatísticas e os mercados emissores para comprovar isso. Se hoje temos o desemprego a reduzir substancialmente isso também deve-se ao papel que a SATA teve nos anos anteriores ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... e que hoje permitiu que as empresas de restauração, de hotelaria, até a própria construção civil consiga retomar um crescimento económico e assim criar postos de trabalho.

Por sua vez, verificamos é que temos uma oposição que exige constantemente e pede intervenção do Governo na salvaguarda de postos de trabalho, mas depois, inclusive em algumas empresas privadas, critica quando o Governo faz isso e quando investe a favor da economia e na salvaguarda dos postos de trabalho.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, há aqui uma vez mais uma incoerência e, até citando o Deputado António Vasco, uma falta de realismo em alguma oposição.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Se verificarmos o relatório e contas do Grupo SATA 2016 verificamos que já há uma recuperação financeira da empresa que também já passa por uma reestruturação. Poderia voltar aqui a citar os resultados operacionais que têm vindo a ser melhorados substancialmente, os rendimentos operacionais que aumentaram 25 milhões em 2016, mas não vou voltar a repetir.

Relativamente ao plano de reestruturação que está em curso, este já prevê, conforme foi aqui abordado pela Sra. Secretária, uma alteração da estrutura societária de forma a que a SATA, SGPS, passe a deter a SATA Internacional. Também importa realçar que no início deste ano foi apresentado pelo Governo um aumento de capital da SATA Air Açores num montante de 21,6 milhões de euros o que indica claramente que o Governo está empenhado em consolidar e recuperar financeiramente a empresa.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Não podemos aceitar que exista, conforme diz a oposição, uma SATA boa e uma SATA má.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não podemos dizer que agora que a SATA Internacional não é essencial, que os trabalhadores da SATA Internacional não são essenciais, como se fossem uma espécie de ativo tóxico, como se fez noutros paradigmas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Temos, sim, um Grupo SATA que é fundamental e muito importante para a economia regional, que é um papel essencial na estratégia do turismo para os Açores nos próximos anos e que é 100% público e regional e que tem empresas com diferentes finalidades e que presta diferentes serviços.

Importa, sim, acautelar que o processo de reestruturação que está em curso aconteça com o mínimo de sobressaltos e que consiga cumprir a sua função.

Também não poderia aqui deixar de realçar uma vez mais algumas contradições do PSD sobre a SATA.

Conforme foi referido, num programa eleitoral afirmam que é preciso melhorar as acessibilidades à América do Norte e valorizar o “mercado da saudade” e agora dizem que a SATA Internacional não é essencial como que se descartando da sua manutenção como empresa pública.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Os seus trabalhadores também, por um lado, dizem que é importante, que aprovam que se faça greve, para defesa dos interesses dos trabalhadores, mas depois dizem que eles não são essenciais. Mais uma vez uma enorme contradição.

Defendem também a redução de tarifas e o aumento de lugares disponíveis nos voos inter-ilhas.

No passado, criticavam porque a ocupação era baixa. Agora, criticam porque a ocupação é alta.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): A sério?! E depois põem os interesse à frente da SATA!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu explico-lhe!

O Orador: Há aqui uma incongruência que eu não percebo.

Se os aviões estão 100% cheios de que forma é que a redução de tarifas vai permitir melhorar o serviço que é prestado?

De que forma é que essa redução de tarifas vai permitir recuperar financeiramente a empresa?

Não percebo sinceramente.

Criticam também uma suposta ingerência do Governo na SATA, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu vou explicar-lhe a seguir como é que se faz!

O Orador: ... criticam uma ingerência, mas fazem muito mais: todos os dias exigem e reivindicam mais serviços, mais voos e mais acessibilidades, mas criticam quando o Governo implementa um plano estratégico e dá instruções para que esse plano e essa reestruturação seja feita.

Exigem mais voos para o Faial, mais voos para as Flores, exigem benefícios no Cartão Interjovem, revisão da situação laboral, listas de espera, etc. ... É mais do mesmo, digamos.

Mais! Pedem intervenção de Bruxelas na recapitalização da empresa ou então a privatização da SATA Internacional, mas não têm aqui a coragem de assumir quais são as consequências de um plano de reestruturação imposto por Bruxelas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Despedimentos coletivos, abandono de rotas entre os Açores e exterior.

Quais seriam os parceiros privados interessados na privatização?

Queriam ficar na dependência total de companhias estrangeiras cujo o único objetivo é o lucro e não o cumprimento das obrigações de serviço público conforme foi aqui abordado, mas depois falam em ingerências?

É também importante referir que o Governo Regional tem feito um esforço em regularizar a dívida à SATA. Foi aqui realçado que esta atualmente representa 25 milhões de euros e não os 50 milhões conforme foi aqui abordado.

Quando se fala em coragem e realismo também seria importante que o PSD viesse agora aqui referir que os 50 milhões que referiu há uma semana atrás não são justificáveis e já não fazem sentido. Isso também seria realismo.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, os desafios que a SATA enfrenta hoje são os únicos, não são os únicos nos Açores. Há companhias europeias que também passaram por processos de reestruturação, companhias com uma dimensão muito maior que a SATA e nos últimos 14 anos cerca de 10 companhias de aviação europeias recorreram a auxílios financeiros do estado e passaram pelos tais planos de reestruturação, como por exemplo a Alitalia, a Cyprus Airways, a Austrian Airlines, a Air Malta, entre outras.

Só para aqui referir que a SATA passa hoje por um processo de reestruturação, também por um processo de crescimento e é normal que tenha alguns casos de dores de crescimento conforme se refere. Isso não significa que correu tudo bem e é importante realçar isso, mas não existe o caos que as Sras. e os Srs. Deputados pintam todos os dias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós já nos habituámos em anteriores interpelações que após as primeiras intervenções ficamos com a ideia de que a interpelação é ao PSD, ...

Deputado Francisco César (PS): O debate!

O Orador: ... ou eventualmente a outros partidos da oposição, mas isso é o debate.

Custa-me ter de gastar algum tempo aqui a corrigir o Sr. Deputado Francisco César, o Sr. Deputado Carlos Silva, porque há outras matérias mais importantes, mas é essencial.

Primeira questão, o PSD falou em 50 milhões de euros, ou cerca de 50 milhões de euros há poucas semanas, porque é exatamente isso que está no relatório consolidado das contas.

O Sr. Deputado se vir na página 56 das demonstrações financeiras tem 40 milhões, tem mais 3 milhões da ATA e tem a dívida do Governo Regional como cliente da SATA.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Qual é a data desse relatório?

O Orador: Aliás, já foi dito pela Sra. Secretária que a dívida do Serviço Regional de Saúde são 4 milhões, se somar isso tudo chega lá. Basta olhar para os documentos.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Exatamente, o problema é esse. É em dezembro. Porquê?

É em dezembro porque os senhores não cumprem a legislação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Nós temos um requerimento de maio de 2010 a exigir que o Governo Regional envie as contas trimestrais das empresas públicas à Assembleia e os senhores não entregam e a resposta que foi dada é absolutamente lamentável: a Vice-presidência remete para a execução orçamental.

Primeira questão: execução orçamental são contas consolidadas;

Segundo, não tem as empresas não reclassificadas e da execução orçamental (eu tenho aqui, o Sr. Deputado Francisco César se precisar posso-lhe dar um quadro) daqui não tira nada.

Se cumprissem aquilo que está na lei nós teríamos as contas do primeiro trimestre de 2017 e se calhar uma parte daquilo que era a dívida em dezembro de 2016 já tinha sido paga e nós tínhamos apresentado os números corretos.

Portanto, a questão aqui passa claramente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os números são incorretos?

Deputado Duarte Freitas (PSD): São os dados que os senhores fornecem!

O Orador: Não! Os números são a 31/12/2017. São os que existem. Qualquer deputado da oposição só tem os números de 31/12/2016 e em agosto de 2018 teremos os atuais.

Se cumprissem o que está em matéria de transparência ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... nós teríamos os dados.

Mas esse é um aspeto que é bom corrigir e nós tomaremos outras iniciativas no sentido que o Governo cumpra aquilo que foi aprovado aqui na Assembleia.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto: o passivo da SATA, Sr. Deputado Francisco César, subiu de 2015 para 2016, o passivo global consolidado subiu de 247 para 254 milhões de euros.

Quantos aos resultados da SATA é verdade que baixaram 8 milhões de euros, não baixaram para metade, baixaram de 22 milhões para 14 milhões. É evidente que é bom.

Há um dado preocupante nessa baixa e vou dizer-lhe qual é.

Deputado Francisco César (PS): Falei em operacionais!

O Orador: O dado preocupante é que a SATA Air Açores, que é uma das componentes do Grupo SATA e que faturou 19 milhões de euros de venda de passagens (o resto são as compensações de serviço público e a prestação de serviço), nos voos regulares da SATA Internacional (ou seja, voos regulares, mercado interno) a faturação da SATA Internacional, mercado

Açores/continente, aumentou 22 milhões de euros, o que representa um aumento de 48%, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tinha que aumentar! É óbvio!

O Orador: ... mas o aumento de passageiros só aumentou 13%. A conclusão que se tira daqui é que o preço médio de venda das passagens aumentou substancialmente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aumentou!

O Orador: Nós não temos dados para chegar à conclusão exata, mas vamos pedir esses dados através do Governo da República, nós precisamos de saber se a SATA não está com a política comercial de como os residentes são reembolsados em que medida é que está a vender passagens muito acima daquilo que era rigoroso no sentido ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é bom?!

Deputado Francisco César (PS): Mas não são a favor da liberalização?

O Orador: Não! Está a por em causa o modelo, ou seja, que sentido é que faz melhorar as contas da SATA ...

Que sentido é que faz adulterar um modelo vendendo passagens a 600, a 500 € regularmente como muitos açorianos pagam, que são reembolsados, mas esse modelo está a ser posto em causa e a melhoria da performance da SATA nesses 8 milhões, que são 8 milhões de euros, é bom que se avalie se resultou ...

(Apartes inaudíveis do Deputado André Bradford)

O Orador: Oh, Sr. Deputado André Bradford, se tiver um bocadinho de paciência ...

Eu sei que a sua posição aqui é difícil, é um deputado inteligente, competente, ...

Deputado André Bradford (PS): Obrigado!

O Orador: ... mas falta matéria aqui para defender o Governo e agora continua com os seus apartes. Não me incomodam.

Deputado André Bradford (PS): Não me custa nada admitir!

O Orador: A questão aqui essencial é se essa política comercial, que acho que é errada, se não está a camuflar o verdadeiro desempenho da SATA. Isso não é a forma do Sr. Deputado Carlos Silva, do Sr. Deputado Francisco César e do Presidente da SATA em junho apresentarem resultados parciais que correspondem a uma narrativa favorável, mas que na prática não resultam de qualquer alteração substancial do desempenho da empresa.

É preciso não esquecer que com o crescimento tão significativo do transporte de passageiros ainda assim temos resultados negativos de 14 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): Há mais voos, mais passageiros!

O Orador: Esta é a realidade. Numa empresa que tem capitais próprios negativos de 94 milhões com reservas do revisor oficial de contas que duvida de 10 milhões de euros que já estão de proveitos ou proveitos potenciais por impostos diferidos.

Deputado Francisco César (PS): Sempre foi assim! Há 10 anos!

O Orador: Portanto, a situação é grave e nós não estamos falando só da situação da operação de junho até agora. Foi isso que o Sr. Deputado Francisco César apresentou, a situação dos últimos meses.

Há aqui um pano de fundo de 10 anos e é isso que tem de ser analisado com seriedade.

A questão (já não é a primeira, é a segunda ou terceira vez que é mencionada aqui) das declarações relativas à audição do Eng.º Paulo Meneses na Comissão de Economia.

Eu fiz um elogio ao Eng.º Paulo Meneses e volto a fazer, porque houve aqui uma inversão da postura dele e depois posso explicar porquê.

O Eng.º Paulo Meneses defendeu e olhou para o mercado americano no seu potencial de 360 milhões de habitantes. Isso é plausível e é uma inversão relativamente àquilo que era a postura do mercado da saúde e essa mudança elogiei e volto a elogiar. É só isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, que eu cumprimento nesta sua primeira intervenção.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer aqui uma, digamos assim, declaração de interesses do Grupo Parlamentar do CDS.

Eu acho às vezes graça quando o PSD, numa necessidade de afirmação, refere-se sempre como maior partido da oposição.

O Sr. Deputado António Vasco Viveiros fez questão de o referir, mas às vezes ser o maior não basta. É como aquela publicidade em que a beleza não basta e, portanto, queria dizer que o CDS é frontalmente contra o desmembramento do Grupo SATA.

O CDS entende que desmembrar o Grupo SATA da SATA Internacional e da SATA Air Açores é um erro estratégico para os Açores e para os açorianos, é um erro que pode levar à destruição da SATA Internacional e o CDS não quer, nem quererá nunca ver-se apenas e só nas mãos da TAP como já se viu no passado. É um erro estratégico, prejudicial aos Açores, desmembrar o Grupo

SATA. Portanto, não contem com o CDS para dar esse peditório. O CDS não dá.

Em primeiro lugar, a SATA Internacional foi um ativo muito benéfico para as acessibilidades dos açorianos. O que fizeram dela é outra questão. Agora que a SATA Internacional foi uma boa aquisição, uma boa aposta para a mobilidade dos açorianos, disso não tenho a menor dúvida e na ligação à diáspora não tenho a menor das dúvidas. O que se fez da SATA é outra conversa que já lá vou.

Portanto, fica esta para que não haja equívocos e quanto a mais uma coisa eu acho que a SATA teve uma época dourada, diria até para ganhar dinheiro e citando a ex-líder do PSD também não havia problema de serem passagens a 699, 700 ou 800 euros.

Aquando da privatização o que o CDS criticou que queria impor um limite ao valor pago pelos açorianos, a Dra. Berta Cabral dizia que não havia problema, pagavam com o cartão de crédito.

Portanto, eu não vejo quais são os dilemas do PSD. É um cartão de crédito, está resolvido!

Agora, que a SATA tenha oportunidade de ganhar dinheiro nesta altura e vender um pouco mais caro ... Faz bem! É um mercado liberalizado, é negócio, tem que ser assim.

Depois, os residentes pagam 134€. É negócio! Tem que ser assim!

Portanto, só entendo isso como uma falta de estratégia e uma falta de oportunidade à SATA Internacional.

Outro assunto, agora virando-me aqui para o Sr. Presidente do Governo e para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Sr. Deputado Francisco César e Sr. Presidente do Governo.

Devo-lhe dizer com algum espanto que vi que os senhores perante um assunto tão sério, como é a situação da SATA, uma situação débil, os senhores vieram aqui fazer uma espécie de teatrinho, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: ... em que um dizia “a avaria é” e o outro dizia “é”. Respondia. Quiseram fazer um teatrinho, quanto a mim de série *b*, mas fizeram um teatrinho com uma coisa muito séria que quem lá estava vê o respeito que têm, pelas intervenções que trazem sérias nesta Casa por parte do Governo Regional e da bancada do Partido Socialista.

Sr. Presidente do Governo, é da sua responsabilidade a renovação da frota da SATA Air Açores.

Sr. Presidente do Governo, é da sua responsabilidade os milhões que se gastaram para se chegar a qual renovação da frota de longo curso da SATA Internacional. Quase um milhão de euros se gastou, Sr. Presidente do Governo.

Sr. Presidente do Governo, é da sua responsabilidade o *business plan* do Grupo SATA.

Sr. Presidente do Governo, é da sua responsabilidade o segundo *business plan* passado um ano que o senhor também autorizou do Grupo SATA.

Sr. Presidente do Governo, é da sua responsabilidade a nomeação dos conselhos de administração da SATA.

Sr. Presidente do Governo, é da sua responsabilidade o facto dos açorianos não terem mobilidade interna hoje para andarem nas ilhas dos Açores.

Sr. Presidente do Governo, é da sua responsabilidade as rotas deficitárias entre 2008 e 2012 que o senhor deixou que se mantivessem enquanto Secretário da Economia, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Presidente do Governo, dir-lhe-ei o seguinte: há um responsável primeiro pela situação a que chegou a SATA Internacional e a SATA Air

Açores e o Grupo SATA, Sr. Presidente do Governo, há um responsável primeiro e derradeiro e chama-se Vasco Cordeiro.

Esta é a realidade. V. Exa. em 10 anos, numa década, em que a SATA se veio em voo uniformemente acelerado em direção a despenhar-se, V. Exa. teve a tutela direta da SATA e do Grupo SATA.

Portanto, se há alguém nesta Região que possa ser responsabilizado mais diretamente, Sr. Presidente do Governo, é V. Exa. Dessa não sei como se há de ...

Na renovação da frota chegou-se à conclusão, no *business plan* que o senhor aprovou e certificou ... O plano parreirão, que até foi na comissão de inquérito bem escrutinado, o senhor apoiou sempre Vítor Fraga a defender esse plano, o *business plan*.

O que é que esse *business plan* queria, Sr. Presidente do Governo?

Alienar um Q-400.

Que erro estratégico teria sido cometido se aquele *business plan* vai à frente. Já com quatro não damos resposta. Imagine só com três, Sr. Presidente do Governo? Imagine só!

Que erro grosseiro, estratégico que o senhor certificou.

Mas há um erro que o senhor é diretamente responsável, Sr. Presidente do Governo, que foi alienar um A-320.

Tínhamos quatro na frota e o senhor passou para três no plano estratégico.

Sr. Presidente do Governo, a responsabilidade é diretamente sua e sabe o que é que acontece, Sr. Presidente do Governo?

É que quando um tem uma avaria (é normal, acontece em qualquer companhia, em qualquer avião) o senhor com dois não serve os Açores e os açorianos, Sr. Presidente do Governo.

A SATA devia ter os quatro 320 ao seu serviço e não os tem e não quero entrar muito na frota de longo curso, Sr. Presidente do Governo, porque aí tínhamos

muito assunto para conversar: é A-330 era o melhor; foi a oposição, digamos assim, insultada, porque discordava da opção; foi gente tecnicamente preparada, desconsiderada ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque achava que o A-330 não era o melhor avião e V. Exa. validou isto tudo.

Depois, corta a meio, já não há mais 330, ficamos só aquele. Um também serve para pouco, Sr. Presidente, para os voos de longo curso, porque não tem na aviação o sobresselente ou o *sper* como o senhor quer dizer. Não tem! Por isso, Sr. Presidente do Governo eu lhe pergunto: dessa gestão quantos voos ACMIS já foram feitos?

Quanto se gastou em ACMIS, Sr. Presidente do Governo?

Quanto se gastou nessa gestão?

É certo que há erros na SATA. É certo que há imprevistos.

Agora, uma má gestão leva com certeza a imprevistos e o que tem acontecido é isto. Má gestão e, portanto, os imprevistos aumentam, com certeza que aumentam.

Sr. Deputado Francisco César, se cancelar 23 voos por mês desde maio até agora não é significativo, estamos conversados.

Deputado Francisco César (PS): 2,9%!

O Orador: Portanto, 23 voos por mês cancelados numa companhia aérea é brutal.

Mais, Sr. Deputado Francisco César! Não contando com os atrasos de três, quatro, cinco, seis, sete horas. Há todos os dias atrasos significativos. Todos os dias! Atrasos significativos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É tudo normal!

O Orador: Portanto, se isso é tudo normal estamos conversados.

Por último, Sra. Secretária Regional, uma pergunta para si.

Tomei nota para não me esquecer e não queria citá-la mal. V. Exa. disse que o Governo “não está nem estará disponível para subordinar os interesses do povo açoriano aos interesses da SATA.”

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não! Não foi isso!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O que é que isso quer dizer?

O Orador: Foi exatamente isto o que a senhora disse.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Foi o contrário!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O que é que isso quer dizer?

O Orador: Eu estive ouvir a declaração. “Não estará disponível para subordinar os interesses do povo açoriano aos interesses da SATA.”

Vou fazer a pergunta, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Portanto, Sra. Secretária, vou repetir para que não haja dúvidas, estou a citá-la: “o Governo não está, nem estará disponível para subordinar os interesses do povo açoriano aos interesses da SATA.”

Os interesses da SATA não são os interesses do povo açoriano?

Quais outros interesses é que a SATA tem que não seja servir os Açores e os açorianos?

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*): É o contrário!

O Orador: Agradeço que V. Exa. me esclareça essa questão.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O debate começou há 2 horas e 34 minutos. Duas horas e 34 minutos depois não tenho nenhuma resposta às questões que coloquei.

Aliás, o Partido Socialista realizou aqui várias intervenções e também não colocou nenhuma questão. Não tem nenhuma dúvida sobre este e outros assuntos, pura e simplesmente limita-se a aplaudir o Governo Regional.

Mas o que eu acho que é fundamental é que numa interpelação (uma interpelação significa que o Governo é interpelado, lhe fazem perguntas e em qualquer sistema partidário isso significa que o Governo responde às perguntas que lhe são feitas) ...

Deputado Francisco César (PS): Parlamentar!

O Orador: ... em qualquer sistema parlamentar o Governo responde às perguntas que lhe são feitas.

Duas horas e 35 minutos depois das seis perguntas que coloquei ainda não obtive nenhuma resposta para qualquer uma delas.

Devo dizer também que é absolutamente surpreendente (até me belisquei! Só para ver se estava nesta realidade, se estávamos na mesma realidade!) quando o Sr. Deputado Francisco César descreveu aqui (vejam bem!) ... O Tribunal de Contas diz que a SATA é uma empresa em falência técnica. Eu tenho aqui dezenas de editoriais e artigos de toda a comunicação social dos Açores, estamos todos nós, os jornalistas, os jornais, as rádios, a televisão, os passageiros, está toda a gente ver uma realidade alternativa. Ou seja, o Sr. Deputado Francisco César pintou aqui uma situação de plena normalidade e de grande eficiência e o que eu pergunto é se isto é um discurso razoável, ou se isto é algo que tem o mínimo de racionalidade.

O próprio Presidente do Governo dizia numa notícia aqui de 3 de agosto “Governo admite perturbação na SATA” e, portanto, até o Governo admite que as coisas não estão a funcionar às mil maravilhas.

Deputado Francisco César (PS): Nós também!

O Orador: Agora para o Sr. Deputado Francisco César este é o melhor dos mundos e depois o que ele disse foi “alguma coisinha correu mal, mas isso foi

uma sucessão de azares. A culpa foi dos passarinhos, foi do trator, foi dos condutores, há aqui uma sucessão, uma enormidade de azares que explica isto”. Eu lembrei-me logo de um célebre filme de 2000 que tem dois protagonistas, o Bruce Willis e o Samuel L. Jackson, que é *O Protegido*, o filme chama-se *O Protegido*, em que um dos protagonistas explica o universo, os azares todos que tem, porque tudo lhe acontece: cai das escadas todos os dias, parte o braço, faz isto ... uma sucessão de azares. Ele tem uma explicação para este tipo de situação: tem de existir alguém com sorte. O azar dele tem de ser compensado. Aqui a SATA, nas palavras do Sr. Deputado Francisco César, é uma espécie de Samuel L. Jackson, em que tudo lhe acontece e, portanto, é tudo uma questão ... Não é má planificação, não é mau planeamento. Até o aumento das necessidades do mercado açoriano e o aumento do fluxo turístico também não era nada previsível.

Portanto, nada aqui tem a ver com mau planeamento por parte da SATA. Tudo aqui é uma sucessão de azares.

Oh, Sr. Deputado, são historietas que o desacreditam a si, porque evidentemente todos os açorianos são testemunhas. Eu acho que devo ter também o mesmo problema que o Samuel L. Jackson, porque eu não apanhei durante o verão um único voo da SATA (e viajei bastante) a horas. Apanhei cancelamentos e atrasos em todos eles. Deve ser uma questão de azar também.

Imagine, Sr. Deputado, que os voos que o Sr. Deputado apanha é tudo à hora e não há qualquer tipo de problema. Nós somos os dois polos opostos do universo.

Deputado Francisco César (PS): Provavelmente!

O Orador: Devo dizer-lhe também que é incrível nesta Região que ninguém é responsável por nada. Isto é que desacredita completamente as instituições governativas e as instituições representativas dos açorianos.

Então não há ninguém responsável?

O que eu pedi (aliás, é uma das perguntas que vos faço) é no conjunto do país onde acontecem um conjunto de tragédias, um conjunto de mal funcionamento de qualquer instituição que prejudique gravemente um conjunto de pessoas são feitas auditorias. Na nossa Região não é necessário. Ninguém se preocupa. Ninguém se preocupa em saber qual é a responsabilidade de cada um, qual é a responsabilidade do conselho de administração, quem é que falhou, como é que se pode melhorar os processos ... Ninguém se preocupa. Na nossa Região não há responsáveis por nada. Siga em frente!

Portanto, meus senhores, a vossa atitude perante o caos da SATA, perante um conjunto de dificuldades que os açorianos tiveram de enfrentar, a vossa atitude é esconder, um colocar a cabeça na areia, dizer que não existe e pura e simplesmente ficar nesse tipo de situação, nesse tipo de atitude. A partir daí é impossível resolver os problemas.

Existe uma primeira condição para resolver qualquer tipo de questão: é reconhecer que essa questão existe e Vs. Exas. não reconhecem o óbvio, que é o estado caótico, a operação dramática, a operação mal construída, a operação altamente prejudicial para os açorianos e para o turismo açoriano da SATA durante este verão. Para os senhores isso não aconteceu.

Termino esta segunda intervenção apelando mais uma vez, 2 horas e 41 minutos depois, a que o Governo Regional se digne responder às questões que lhe coloquei.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós na atividade política às vezes infelizmente acabamos por discutir não o que o outro disse, mas aquilo que gostaríamos que outro tivesse dito. Eu lamento a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Lamento, porque o Sr. Deputado

Paulo Estêvão referiu-se àquilo que ele gostava que eu tivesse dito e não àquilo que eu efetivamente disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E isso a meu ver não é a melhor forma de nós termos um debate.

Eu vou repetir muito rapidamente o que disse, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas a Sra. Secretária fez o mesmo!

O Orador: Eu disse que nós nesta discussão devemos ser razoáveis e olhar para o problema como ele existe e existiram problemas efetivamente na operação da empresa, mas não é justo que nós façamos uma discussão sem olhar para os factos e para os dados e se eu tive esse trabalho em reconhecer e se o Partido Socialista reconhece que existiram essas perturbações com inúmeras responsabilidades, inclusive de incidentes, mas também ao nível do planeamento que responsabiliza obviamente a sua administração e por via indireta também o Governo Regional, o senhor tem a obrigação nesta câmara de dizer “Bom, pois foram 2,9% de toda a operação da empresa”. Custa muito admitir isto?

É que eu estou aqui a admitir que houve também responsabilidades da empresa nessa matéria. Não estou a “tapar o sol com a peneira”. Estou a admitir a verdade com factos e com os dados que foram aqui transmitidos pela Sra. Secretária.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem nomeia o conselho de administração?

O Orador: Tenham os senhores também a coragem (porque às vezes é preciso coragem neste Parlamento) para admitir que nem tudo o que se passa mal nesta Região é responsabilidade do Governo dos Açores.

Portanto, Sr. Deputado, é essa a necessidade que eu acho que deve existir neste debate.

Segunda questão, o Sr. Deputado vem falar de auditorias internas, de auditorias à empresa independentes.

Oh, Sr. Deputado, leia os documentos! Durante o ano foram realizadas auditorias internas às cash e fundo de maneio, como também foram iniciadas auditorias às contabilidades de tráfego visto aquilo que são os riscos de toda a operação, portanto, a própria empresa fez várias auditorias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Da operação da SATA!

O Orador: Eu sei que o Sr. Deputado não tinha visto este documento.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, para nós podermos fazer uma discussão como deve ser feita temos que efetivamente analisar o que aconteceu, porque também é verdade que houve voos atrasados? Houve com certeza.

Houve voos cancelados? Houve com certeza.

Agora os senhores não podem fazer como aquele pai austero em que a criança tem um problema ou tem uma má nota, mas toda a turma teve, e nós dizemos que não me interessa o resto da turma, o que interessa foi a nota que a sua criança teve.

As outras empresas tiveram também problemas. A TAP tem em média os seus voos sempre atrasados, teve problemas ao nível da sua gestão de tripulações. É igual à SATA?

Nós não sabemos. A questão é que nós não podemos ignorar o que se passa à nossa volta e é esse o apelo que nós fazemos aqui, neste Parlamento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por isso é que a SATA não está bem, Sr. Deputado, por causa dessa postura!

O Orador: Mais! É preciso entender o que é que é a SATA nos Açores e o que é que é a SATA no entendimento dos governos do Partido Socialista.

A SATA Internacional foi criada por um Governo do Partido Socialista, com objetivos definidos, e que nós podemos definir por três fases durante o seu funcionamento ou durante a sua criação.

Nós tivemos uma primeira fase que foi terminar com o monopólio da TAP; melhorar a acessibilidade dos açorianos ao continente com reduções na altura na ordem dos 50% em relação ao que existia; melhorar as acessibilidades aos Estados Unidos. Este tempo existiu, a SATA cumpriu a sua missão.

Existiu outro tempo que nós também reconhecemos aqui que é o tempo em que a Região foi afetada por uma crise fortíssima internacional e nacional que afetou o setor turístico dos Açores e aí a SATA mais uma vez foi um instrumento. Nós assumimos isso. A SATA serviu para salvar o setor turístico, para trazer fluxos turísticos aos Açores e, portanto, nesta matéria ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o senhor quer separar as companhias ou não? Diga lá!

O Orador: ... nós estamos à vontade tal como agora o seu objetivo é a sustentabilidade e cumprir uma missão e essa missão é também obrigação de serviços públicos, é o serviço à diáspora e é também alguma regulação de preços.

Portanto, sobre essa matéria estamos à vontade. Nós reconhecemos o problema, tal como reconhecemos que há muito a fazer e há muito trabalho que quer o Governo dos Açores, quer a própria administração da SATA deve realizar no sentido de resolver os seus problemas.

Agora, há algo que nós não abdicamos: quem deve resolver os problemas da SATA são os açorianos e não nenhuma entidade externa como propõe o PSD.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, para uma interpelação!

Presidente: O Sr. Deputado pede uma interpelação, mas eu já tinha dado a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Participo neste debate porque me parece também importante que possa, naquilo que considero ser alguns aspetos importantes, chamar a atenção para eles.

Em primeiro lugar, aquilo que é como nota política na minha leitura que transparece deste debate é a grande contradição política em que a oposição se meteu e da qual não se consegue libertar, porque até agora o Governo era a fonte de todos os males por, nas palavras da oposição, se meter na SATA; agora, o Governo é a fonte de todos os males por, pelos vistos, não se meter o suficiente na gestão da SATA.

Ora, a única razão que se pode encontrar para que isso faça sentido é: não interessa como se diz, o que interessa é bater no Governo, é malhar no Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em segundo lugar, gostava de esclarecer a questão das responsabilidades.

Assumo todas as responsabilidades dos cargos que com muita honra e com muito orgulho exerci nos órgãos de governo próprio da Região.

Assumo aquilo que correu bem e assumo aquilo que correu menos bem também com um sentido de orgulho de em relação àquilo que correu menos bem procurar sempre fazer uma análise de consciência, procurar no fundo corrigir aquilo que correu menos bem.

Portanto, em termos de responsabilidades a minha postura em relação a elas é esta. Assumo integralmente.

Deputado António Almeida (PSD): É o que é preciso fazer!

O Orador: Mas nesta questão das responsabilidades convém não esquecer aquele dito que diz “depois da guerra não faltam os generais”.

É o caso daquele exemplo que deu o Sr. Deputado Artur Lima a propósito da alienação de um Q-400, esquecendo-se, por lapso, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não me esqueci!

O Orador: ... de um pequeno pormenor: é do tempo e do movimento que existia à data em que essa opção foi ponderada e esse é o pormenor que faz toda a diferença, esse e outro – é que não foi vendido nenhum Q-400 afinal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não disse alienado! O senhor está a ser desonesto!

O Orador: E Sr. Deputado Artur Lima já agora se me permite é o seguinte: como se acabou de ver pela sua intervenção eu ao pé de si sou um aprendiz em termos de fazer teatro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É aprendiz não só nessa matéria, também de outras!

O Orador: Muito se diz e muito se tem dito a propósito da SATA.

Eu gostaria de começar entrando no assunto substantivo por elogiar (elogiar!), fazer um elogio a todos aqueles que quotidianamente (de manhã, de tarde e à noite), independentemente da sua categoria profissional, independentemente do local onde prestam serviço, lutam, trabalham e esforçam-se por fazer com que a SATA cumpra e cumpra bem o seu papel, também aqui quando tudo corre bem e sobretudo quando há algum imprevisto para que tudo volte a correr bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: São trabalhadores que muitas das vezes vão bem acima e bem para além daquilo que lhes é formalmente exigível e por isso deve neste debate em que tanto já se falou de caos, de qualidade de serviço, é importante também aqui deixar registado este elogio e este reconhecimento público.

Conhecendo o que se faz (sei que toda a gente sabe a ligação familiar que eu tenho, mas espero que não considerem que é a essa ligação familiar que me refiro) e tendo também conhecimento – é verdade! – do que acontece noutras companhias aéreas, na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, choca-me (a palavra exata é esta) por vezes o juízo intransigentemente severo e severamente intransigente que se faz em relação ao serviço da SATA.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A SATA tem um papel essencial e teve um papel essencial entre 2009 e 2014. Se alguém é responsável por não ter sido ainda mais profunda e dramática a crise que afetou o setor turístico nos Açores, esse alguém é a SATA.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Esse alguém é a SATA! A SATA tem esse mérito no seu património de serviço à Região, como também tem no seu património este ativo de serviço à Região quando a TAP, virando costas inclusive a uma orientação que se diz ter sido transmitida pelo Governo da República do PSD e do CDS, continua a assegurar as ligações de serviço público no Faial, no Pico e em Santa Maria.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O papel da SATA deve ser permanentemente avaliado e permanentemente atualizado.

Há três anos atrás havia duas companhias públicas a operar na nossa Região. Hoje há três companhias privadas e uma companhia pública ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dentro em breve duas!

O Orador: ... e isso tem também que nos fazer refletir da forma como quer enquanto acionista e a própria empresa enquanto nos seus órgãos de gestão avalia, planeia e no fundo estrutura o seu papel.

Portanto, hoje em qualquer destes parâmetros o mercado em que se insere, a concorrência que enfrenta e os resultados da sua atuação, a situação hoje é radicalmente diferente daquela que era há três anos atrás e isso deve implicar também mudanças e alterações da própria SATA.

Uma conclusão que se pode retirar daquilo ... Dito de outra forma: uma conclusão que eu retiro daquilo que se ouviu nesse debate e das várias propostas que aqui surgiram é aquela que dizem que em tempos um professor disse a um aluno num exame: é pena que aquilo que o senhor, ou os senhores estão a dizer no que é bom não é original e no que é original não é bom e passo a explicar.

Não é original naquilo que tem a ver com a reestruturação, naquilo que tem a ver no fundo com esta necessidade de permanentemente pensar, avaliar e decidir a melhor forma da SATA se posicionar e de servir os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não serve os Açores e é sua culpa!

O Orador: Não é nova a questão relativa à própria estruturação do capital social na relação entre empresas do Grupo SATA (é o que consta do plano de reestruturação, isso já foi aqui referido), mas há um dado que é novo e que surgiu aqui que é a SATA abandonar (a Azores Airlines) as rotas dos Estados Unidos e do Canadá. Esse foi um dado novo que foi falado aqui, sim senhor.

Ai, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o senhor vai ter a santa paciência.

Deputados António Vasco Viveiros e Duarte Freitas (PSD): Não!

O Orador: Foi o senhor que disse e já agora o que consta da carta que o líder do PSD me enviou, porque quando o senhor diz que a SATA deve concentrar os seus recursos nas ligações inter-ilhas e nas ligações para o continente o que está a dizer é que deve abandonar as rotas dos Estados Unidos e do Canadá.

Mas mais!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai a cartinha!

O Orador: Que é o mais intrigante nisso tudo: terá sido um lapso de linguagem?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está escrito!

O Orador: Não, não foi.

Não foi, porque já no programa do Governo do PSD das eleições de 2016 era esta a ideia que era avançada e com isto nós não concordamos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não concordamos porque a SATA tem um papel fundamental para garantir as acessibilidades aos Estados Unidos e ao Canadá e para além disso não concordamos, porque a SATA é essencial para a ligação às nossas comunidades emigradas e já agora não concordamos pelas razões que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros referiu na audição do Eng.º Paulo Meneses ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... da importância dos mercados turísticos dos Estados Unidos e do Canadá.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de em relação à questão daquilo que está a fazer neste momento ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vai responder às questões!

O Orador: Vou responder!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vai cumprir a promessa!

O Orador: Vou, vou! tenha calma.

Portanto, em relação a esta situação daquilo que nós ... No fundo foi este ano atípico.

É verdade! Foram 2,9% dos voos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade! É falso!

O Orador: Mas nós temos a perfeita consciência que para um passageiro que estava em Boston para vir para Ponta Delgada ele quer lá saber de 2,9%, foi a sua viagem que ficou comprometida.

Nós temos consciência que para um passageiro que noutras circunstâncias quaisquer foi afetado por uma dificuldade de operação da SATA não lhe interessa esses 2,9%.

Houve perturbação?

Houve, claro que houve, e houve incómodos e houve no fundo também questões que extravasaram a própria companhia e que se repercutem na própria imagem da Região enquanto destino turístico, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não voltas a dizer isso Francisco!

O Orador: ... mas aquilo que se exige a quem faz um juízo é não “tomar a árvore pela floresta” ou “a floresta pela árvore” e se é certo que para cada um dos afetados isso foi a situação que mais o afetou no global o que temos, o retrato, é que 2,9% dos voos, no universo total, é que foram aqueles que foram afetados.

O Governo tem acompanhado esta situação de forma muito próxima e gostava também de dizer o seguinte: todos os cenários estão em cima da mesa. Todos os cenários estão em cima da mesa, mas há algo que não pode deixar de ser garantido, reafirmado solenemente aqui: é que em qualquer circunstância o acionista da SATA honrará os compromisso que foram assumidos no passado, honrará os compromissos que são assumidos no presente e honrará os compromissos que eventualmente venham a ser assumidos no futuro ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... com fornecedores, com entidades bancárias, esses compromissos são para honrar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Governo Regional tem confiança no conselho de administração do Grupo SATA e acredita que o conselho de administração do Grupo SATA tem condições para tomar as decisões que se afiguram necessárias para o futuro da companhia. Uma pergunta respondida.

Segunda pergunta: auditoria. Exatamente aquilo que o Governo está a tomar diligências no sentido de concretizar, mas isso tem que acontecer a seu tempo, porque não é antes de estar estabilizada a situação que nós nos vamos, no fundo, dirigir a essa parte. É necessário primeiro estabilizar essa operação e depois perceber no meio de tudo isto aquilo que pode ser melhorado.

Quanto à questão da abertura do capital social da SATA Internacional. É algo que o Governo Regional vem encarando já há bastante tempo. Tem tido contatos com alguns interessados nessa abertura do capital social, mas há duas ou três premissas que são essenciais.

Primeiro: isso refere-se apenas à Azores Airlines;

Segundo: a maioria do capital social deve continuar a ser pública.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso refere-se apenas à Azores Airlines. A maioria do capital social deve continuar a ser pública.

Portanto, em relação a esta matéria, Sr. Deputado Paulo Estêvão, mais uma pergunta que está respondida.

Integridade do Grupo SATA. Eu não sei a que é que o senhor se refere com isso, mas obviamente que a integridade do Grupo SATA é se manter tendo em conta tudo aquilo e todas as circunstâncias que acabei de referir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quer desmembrar o Grupo ou não?

O Orador: A propósito desta questão da abertura do capital social há algo que eu também gostaria de deixar claro nesta Casa. Tendo em conta o mercado que hoje temos nos Açores e a concorrência que temos nos Açores, nós achamos que é do interesse público reforçar a capacidade da Azores Airlines trazendo um parceiro estratégico para a Azores Airlines.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A TAP!

O Orador: Isso deve ser feito com este sentido estratégico que traga *know how*, que traga reforço de capacidade, que abra novos mercados. São esses os critérios com que nos movemos no trabalho que temos feito em relação a esta matéria.

Plano do Governo face às greves. Respeitar obviamente o direito à greve e retirar as devidas consequências da situação que é criada pelo direito à greve.

Plano de reestruturação. Já foi apresentado, está a ser trabalhado.

Julgo que respondi a todas as perguntas que o Sr. Deputado Paulo Estêvão colocou.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Nós vamos também encerrar para almoço, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa fazer o favor de anunciar os tempos restantes para o debate que retomará da parte da tarde.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes: o Governo Regional dos Açores dispõe de 3 minutos e 46 segundos; o PS, 6 minutos e 50 segundos; o PSD, 8 minutos e 48 segundos; o CDS-PP, 2 minutos e 33 segundos; o Bloco de Esquerda, 3 minutos e 54 segundos; o PCP, 2 minutos e 26 segundos; e o PPM, 11 minutos e 50 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Boa tarde.

Regressamos às 15 horas para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Duarte Freitas. Tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para intervir nesta interpelação relativamente à situação da SATA porque é importante sublinhar duas ou três questões e clarificar uma ou duas também.

Permitam-me que comece por salientar algum espanto na medida em que, para além de uma certa ligeireza inicial que se detetou relativamente aos responsáveis políticos em relação à situação que a SATA atravessava e atravessa, aconteceu aqui algo que não nos espanta, mas que sendo recorrente não deixa na minha visão, na nossa visão, de ser errado.

Esta interpelação foi feita ao Governo. O Partido Socialista está no Governo há mais de 20 anos, qualquer responsabilidade que o PSD tenha na situação a que a SATA chegou é muito ténue, para não dizer inexistente.

Dito isto, a questão que se coloca é a seguinte: no dia em que o PSD/Açores indicar, nomear uma administração para a SATA, no dia em que inaugurar um edifício da SATA, no dia em que tiver responsabilidades de tutela perante a SATA, nesse dia naturalmente pode e deve ser acusado e responsabilizado pelos seus atos.

Neste momento, quem está no Governo é o Partido Socialista, é este Governo e é a ele a quem se tem de pedir responsabilidades pela situação a que chegou a SATA.

Portanto, fazer desta interpelação ao Governo que tutela a SATA, uma interpelação ao PSD ou a qualquer outro partido da oposição não é razoável. O máximo que se pode e deve fazer (isso sim) é quem critica, quem escrutina, quem fiscaliza, deve naturalmente apresentar propostas alternativas, soluções e é isso que nós fizemos, mas até aí é estranho, porque se não apresentássemos propostas alternativas éramos acusados de só criticar e nada propor. Quando propomos soluções, quando demonstramos uma preocupação, mas apresentamos alternativas, aí isso também é usado contra nós.

É bom registar aqui, Sr. Presidente, eu faço-o *en passant*, mas não posso deixar de o fazer, que não tive o gosto de receber a resposta à carta que lhe enderecei, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas vai receber!

O Orador: ... mas tive a infelicidade de o ouvir comentar a carta aqui sem a ter respondido devidamente.

Deputado Francisco César (PS): O senhor meteu na comunicação social a carta!

O Orador: Não é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Francisco César, a carta que foi remetida ao Sr. Presidente do Governo não é pública ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! É privada!

O Orador: Desculpe lá, Sr. Deputado Francisco César, se o senhor tem a carta alguém lha deu.

Deputado Francisco César (PS): Foi um comunicado vosso!

O Orador: Oh, Sras. e Srs. Deputados, a carta que foi endereçada ao Sr. Presidente do Governo não é pública. As posições do Partido Social Democrata naturalmente que são públicas.

Sr. Presidente, estamos disponíveis para clarificar consigo qualquer ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É uma questão de respeito institucional. Pergunte ao Sr. Presidente do Governo o que é que isto quer dizer!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que os apartes não interrompam a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas.

O Orador: Sra. Presidente, aquilo que eu estou a tentar dizer é que o PSD tomou posições e toma posições sobre a SATA, critica, escrutina, fiscaliza, mas apresenta alternativas e soluções. Pode-se concordar ou não com elas e estamos disponíveis aqui para as clarificar.

Agora, o conteúdo da carta que remetemos ao Sr. Presidente do Governo ... Anunciámos que íamos mandar a carta. É verdade! Mas não foi pública. Não é pública, nem deve ser pública, nem esperamos aqui fazer uma análise dessa

carta, embora estejamos sempre disponíveis para com o Sr. Presidente clarificarmos o que for necessário.

Há desde logo uma coisa que é importante clarificar: nós nem no programa eleitoral, nem em nenhum momento defendemos que a SATA devia abandonar o mercado da diáspora. Nunca o defendemos.

Aquilo que dissemos e dizemos coerentemente é que a prioridade das prioridades da SATA Internacional, Azores Airlines, deve ser a ligação entre o continente português e as ilhas onde não há alternativa de ligação direta, nomeadamente o Faial, o Pico e Santa Maria. Para nós é a prioridade das prioridades.

Em relação ao mercado da diáspora, tal como dizíamos no nosso programa eleitoral e continuamos a afirmá-lo, é também uma prioridade. Mas atenção: é que nas ligações ao Faial, a Santa Maria e ao Pico não há alternativa, enquanto que a ligação à diáspora há alternativas e essas alternativas se forem em concorrência até potenciarem a SATA a melhorar o seu serviço é positivo. Isso não tem nada de contraditório e tem de muito sentido em relação aos Açores.

Faço minhas também as palavras que a Sra. Secretária disse: é que mais importante do que a SATA são os Açores. A SATA deve servir os açorianos e não deve prejudicar os açorianos e se a SATA não serve bem os açorianos na sua ligação à diáspora tem de servir melhor, mas para servir melhor ainda tiver que ter concorrência pois que venha a concorrência, porque os açorianos querem é um bom serviço.

Agora, nas ligações ao Faial, Santa Maria e Pico não há alternativa e por isso é que dizemos que deve ser a prioridade das prioridades da SATA Internacional. É preciso que isto fique bem claro aqui em relação a esta matéria e em relação às prioridades que nós aqui definimos.

A terminar devo dizer que o Sr. Presidente do Governo que foi aqui acusado, mas (é verdade) noutras circunstâncias acusado por mim acusado por ser o

responsável, continuo a dizer o mesmo: Sr. Presidente do Governo, há 10 anos que é responsável de forma direta ou indireta pela SATA e nesses 10 anos cavou um buraco de 130 milhões de euros. O mau serviço que a SATA presta também naturalmente tem de ser da sua responsabilidade. Não será exclusivamente da sua responsabilidade, mas é-o também e o senhor é o responsável número um.

Portanto, quando diz aqui que assume as suas responsabilidades eu gostava de saber que consequências é que essa assunção tem. É que neste momento as responsabilidades estão só sobre os açorianos. De nada nos serve a sua retórica a dizer que assume as responsabilidades se quem vai pagar os 130 milhões de euros que estão no buraco são os açorianos e se quem está pagando o mau serviço da SATA hoje em dia são os açorianos.

De que serve o Sr. Presidente assumir as suas responsabilidades?

Não serve de nada. Seja consequente nessas responsabilidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É que não basta assumir responsabilidades! É preciso mais!

O Orador: O que é que o senhor vai fazer para resolver este problema?

O que é que o senhor vai fazer para injetar capital na SATA?

O que é que o senhor vai fazer em relação ao relacionamento entre a SATA Internacional (ou Azores Airlines) e a SATA para evitar os contágios que possam haver?

Porque a SATA Air Açores é menina dos olhos dos açorianos, sempre foi. É o que nos liga.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devia ligar!

O Orador: Para nós a SATA Air Açores deve ser protegida de tudo, inclusivamente dos contágios que possam vir da SATA Internacional, Azores Airlines.

Portanto, o posicionamento do PSD é claro. Não tendo responsabilidades políticas no que se está a passar como partido responsável critica, escrutina e apresenta alternativas e soluções.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são as soluções?

O Orador: Podem concordar, podem discordar, mas Sras. e Srs. Deputados, o que está aqui em causa é uma interpelação ao Governo e às responsabilidades do Sr. Presidente do Governo e do Governo em relação ao caos do serviço da SATA, nomeadamente no último verão. É isso que está em causa.

Como partido responsável, além de criticarmos, apresentamos soluções. Estamos disponíveis para as discutir, o que deve ser feito de forma séria e deve ser feito também de uma forma politicamente responsável. É para isso que nós aqui estamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo.

Presidente: Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo Regional cumpriu aquilo que disse em relação ao facto de ter garantido que responderia às questões que colocámos ...

(Aparte inaudível)

O Orador: É isso que estou a dizer, Sr. Deputado.

... na intervenção inicial.

Devo dizer que em relação à auditoria, esta auditoria é uma auditoria que tem a ver com a presente situação e o que se pretende é que seja uma auditoria independente e que avalie o nível de planificação, a qualidade da planificação e da execução, por parte dos vários níveis de responsabilidade dentro da SATA. Que se avalie esses níveis de responsabilidade e também que erros é que foram cometidos e aquilo que deve ser corrigido.

Penso que esta questão é uma questão fundamental. Portanto, aqui estamos de acordo.

Em relação ao outro anúncio, que é um anúncio que penso que marca este debate, da privatização parcial da SATA Internacional, aqui devo dizer desde já que discordo. Discordo profundamente desta opção.

Aliás, no meu discurso inicial apresentei o exemplo da EDA. Eu, por exemplo, no âmbito da comissão respetiva já tive oportunidade de ouvir os responsáveis da EDA dizerem que há determinados investimentos públicos que nós consideramos estratégicos, que não são realizados porque os privados não os conseguem compreender e eu penso que o mesmo irá suceder com uma SATA em que estejam presentes os privados, em que obviamente defendem interesses que podem, com certeza, em muitas situações não estar de acordo com o interesse público.

Portanto, nesse sentido não posso concordar com essa opção por parte do Governo Regional e desde já anuncio aqui a minha discordância em relação a essa posição.

Depois, em relação às greves.

Em relação às greves eu mantenho aquilo que disse. Acho que tem uma natureza predatória e chantagista. É evidente que é um direito constitucional. Com certeza! Mas há outro direito constitucional que é a liberdade de análise e de expressão. É a minha opinião, é a opinião do meu partido que este tipo de greves perante uma empresa que se encontra em enormes dificuldades não me parece que seja uma opção até muito lógica, porque evidentemente as pessoas querem em primeiro lugar é preservar os seu emprego e ainda por cima são bem remunerados, como é público, ou as suas remunerações não estão abaixo da média nacional de forma nenhuma.

Portanto, nesse sentido é um pouco incompreensível que eles próprios, dizendo que a empresa passa por grandes dificuldades, que a empresa até pode fechar, depois se concretizem um conjunto de greves que prejudicam gravemente a empresa. Não me parece muito racional, não me parece muito responsável e nem sequer me parece que defenda os interesses dos trabalhadores verdadeiramente.

Depois, é a tal coisa que é aquela questão que a uns poucos prejudicam os interesses de muitos outros e esta dependência e esta vulnerabilidade da empresa preocupa-me. Esta vulnerabilidade da empresa preocupa-me, por isso é que eu coloquei a questão que respeitando o direito à greve há com certeza formas de tornar a empresa menos vulnerável a greves deste tipo.

Depois devo dizer finalmente que eu defendo uma sociedade em que o mérito é reconhecido e defendo uma sociedade em que os diversos intervenientes ao seu nível assumem as suas responsabilidades.

Aqui claramente no âmbito do conselho de administração da SATA na análise que nós realizamos (nós, grande parte da população açoriana, esmagadora maioria da opinião pública e também aqueles que analisam esta situação, como por exemplo a comunicação social - porque parece que o Trump aqui, nos Açores, tem discípulos, há gente que fez sua também uma guerra à

comunicação social e aos jornalistas e há gente que desvaloriza: “se isso é dos jornais não é muito credível”. Portanto, parece que o Trump – repito – fez escola também nos Açores entre alguns protagonistas políticos) devo dizer que em relação a esta questão, esta questão da responsabilidade, eu aqui também discordo do Governo. Acho que é evidente para todos que o conselho de administração não esteve à altura das circunstâncias e não me venham dizer que o aumento do fluxo turístico não era previsível. Aliás, o programa do Governo assume claramente que dadas as condições criadas o fluxo turístico irá aumentar.

Portanto, é algo que todos antecipavam e era algo que era fácil de planificar e de prever.

Em relação à mobilidade interna em muitos períodos do verão ficou extremamente reduzida exatamente por ausência de capacidade de resposta da SATA. Mais uma vez esta ausência de capacidade de resposta da SATA deve-se a uma má planificação.

Portanto, na minha perspetiva existem aqui responsabilidades objetivas.

Ora veja-se, por exemplo, quando se tenta desvalorizar a situação ... Cá está mais uma notícia dos jornais que alguns não gostam: “Os atrasos afetam cerca de 30% dos voos na Região”.

Se verificarem o texto não podem ter outra conclusão, até tendo em conta as ilhas, por exemplo, o Faial, que é uma das ilhas em que os atrasos se registam, quem é que voa para o Faial?

Qual é a empresa que voa para o Faial?

Portanto, a única conclusão que é possível retirar é que estes números de 30% nos atrasos dos voos são números muitíssimo significativos e inaceitáveis.

Eu não vejo que estes números sejam números que outras companhias, que outras zonas da Europa tenham. Portanto, isto indicia uma grave perturbação em relação à planificação de viagens por parte das pessoas, em relação aos

passageiros, em relação aos itinerários, em relação às ligações com outros voos. Portanto, isto significa uma perturbação bastante significativa.

Portanto, concluindo nesta fase a minha intervenção, devo dizer que neste debate ficaram esclarecidas algumas questões, mas uma delas, a mais relevante, que é a opção do Governo pela privatização da SATA Internacional, é algo que é preocupante e que merece da parte do PPM uma profunda discordância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar pela questão da carta.

Em momento algum foi dito que a carta tinha sido pública. O que me parece é um pouco estranho que o Sr. Deputado não queira que nós falemos do conteúdo da carta quando no site do PSD existe um comunicado de imprensa publicado a 17 de agosto de 2017 que diz ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fica feio quando o Sr. Presidente não deu resposta à carta!

O Orador: ... que Duarte Freitas remete a carta para Vasco Cordeiro e onde tem citações da carta...

Deputado Mónica Seidi (PSD): O senhor não conhece a carta como sabe que são citações da carta?

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Porque há uma regra em português, Sra. Deputada: está entre aspas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: “Sem a recapitalização da SATA [explicou] não é possível ultrapassar a situação atual da companhia” ... Entre aspas, a dizer o conteúdo e as medidas que propõem à SATA.

Além disso, Sras. e Srs. Deputado, vamos ser claros.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Discurso da Universidade de Verão!

O Orador: Se os senhores mandam um comunicado para a comunicação social o vosso objetivo é dizer o que é que é que está na carta, senão não mandavam o comunicado para a comunicação social.

Em segundo lugar, nós temos de ter aqui uma noção de democracia.

Nós, o Partido Socialista e o Sr. Presidente do Governo, esteve até agora a responder a perguntas. Respondeu a todas as perguntas que foram colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quase todas!

O Orador: Todas as perguntas que foram colocadas pelo Deputado Paulo Estêvão.

O PSD achou que devia dar um contributo para o debate. Fez um conjunto de propostas. Mas que raio de democracia é esta em que quando os senhores nos perguntam a gente tem de responder, quando a gente pergunta ou comenta as suas propostas nós já não podemos, aí já não é correto fazer um debate sobre essa matéria.

Deputado Luís Maurício (PSD): Podia ter sido melhor!

O Orador: Nós, obviamente, que vamos comentar, até porque há matérias que merecem a nossa avaliação e que merecem um comentário.

Quando o PSD diz no seu programa eleitoral que deverão ser incentivadas e equacionadas alternativas de acessibilidade com companhias aéreas da América do Norte ou outras que possam servir a diáspora quer dizer o quê? Quer dizer o quê?

Deputado Luís Maurício (PSD): Complementaridade, Sr. Deputado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Leia tudo!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quando o PSD vem aqui dizer que as prioridades são as ligações domésticas ao continente português, quer dizer o quê?

Quer dizer que a sua prioridade são exatamente essas rotas.

Srs. Deputados do PSD nós discordamos sobre esta matéria. Nós discordamos!

As comunidades açorianas continuam e continuarão a ser para o Governo dos Açores, para o Partido Socialista ...

Deputado Luís Maurício (PSD): E para nós também!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor se lesse tudo...!

O Orador: ... e para a SATA uma prioridade das acessibilidades.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício (PSD): Quase que o citaria: o senhor gostava que disséssemos aquilo que gostaria de ouvir!

O Orador: Aliás, talvez aí se perceba a razão pela qual tendo o Governo já saldado mais de 40 milhões de euros da dívida que tinha ido para a SATA que os senhores venham aqui exigir que ela seja paga rapidamente, é porque os senhores sabem os milhões e milhões de prejuízo que causaria à empresa a saída para as rotas dos Estados Unidos e do Canadá.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Aqui fica o nosso compromisso: nós continuaremos a apoiar a SATA, o Grupo SATA, enquanto este servir de instrumento de coesão para os Açores e de ligação à sua diáspora. Este é um princípio de que nós não abdicamos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Nós também!

O Orador: Podem contar com o Partido Socialista para sermos nós conjuntamente com os açorianos a poder definir o futuro da SATA e não qualquer outra entidade como seja Bruxelas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): *[corte na gravação]*

... bondosa, dizendo ao Sr. Deputado Francisco César que não há divergência nenhuma. Eu vou ler e vou entregar na Mesa o que diz o programa eleitoral do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, terá que entregar na Mesa.

O Orador: “Desenvolver [a verdade toda que o Sr. Deputado Francisco César disse] ...”

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor sabe que não pode ler o documento.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

“Além e par do contributo crescente da SATA que poderá continuar a prestar o serviço à diáspora.”

Já faço chegar à Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, sabe que numa interpelação à Mesa não pode ler o documento e devia tê-lo entregue de imediato assim que lho pedi.

Sr. Presidente do Governo pediu a palavra para?

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tomo nota naturalmente da posição do PPM e de outras posições que já foram expressas neste debate em relação à abertura do capital social da SATA Internacional.

Dizer-lhes também e reiterar aquele que é o nosso entendimento em relação a esta matéria.

Nós acreditamos que este processo, tendo em conta que se alicerça na procura de um parceiro estratégico para a SATA, permitirá o reforço da companhia, o reforço de uma companhia que continuará a ser maioritariamente pública, melhorando as condições que essa companhia tem para enfrentar os desafios que se lhe apresentam no futuro.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o programa do PSD apresentado nas eleições regionais de 2016 é público. A carta que o senhor me enviou não é.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É privada!

O Orador: Portanto, o que o programa do PSD de 2016 de forma bastante elucidativa diz a propósito desta questão é importante, porque a verdade também é esta: eu não sei em que democracia nós estaríamos se porventura na apresentação conforme invocou o PSD de soluções para a SATA estivéssemos impedidos de as debater. Acho que isso é importante. Acho que é importante que se debatam todos os contributos de forma clara. O Governo tem todo o interesse em que se debatam esses contributos.

Não seria certamente uma boa democracia aquela que colocaria as propostas de um partido acima do debate e do confronto democrático.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: A este propósito, Sr. Deputado Duarte Freitas, o que eu gostaria, com pena minha, de lhe dizer é que o que o programa eleitoral do PSD diz não é aquilo que o senhor disse, porque está publicado. É ligeiramente diferente e

cito: “Desenvolver e incentivar de forma ativa alternativas de acessibilidades com companhias aéreas da América do Norte ou outras que possam servir estes destinos para além e a par do contributo crescente que a SATA Air Açores poderá e deverá continuar a prestar promovendo a existência de concorrência.”

A SATA Air Açores não voa para as rotas dos Estados Unidos e do Canadá.

Portanto, aquilo que o senhor diz aqui é exatamente aquilo que de forma ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor sabe que a SATA não voa para essas rotas!

O Orador: ... muito mais sintética disse na carta que me enviou e já agora gostava de dizer o seguinte. O senhor anunciou que me ia enviar uma carta a 17 de agosto. Essa carta tem a data de 22 agosto e foi recebida no meu gabinete a 22 de agosto. Faz hoje exatamente 15 dias. O senhor vai receber a resposta à carta, mas já agora julgo que é importante para este debate desde logo o seguinte: só há uma pessoa que pode tornar essa carta pública – o senhor.

Eu como destinatário não vejo problema nenhum em tornar esta carta pública para se saber exatamente que relevância nestas soluções que o PSD apresenta para o futuro da SATA tem ou não têm as rotas da América do Norte.

Por isso, Sr. Deputado Duarte Freitas, peço-lhe duas coisas em alternativa: ou que me dê autorização para tornar pública a carta, ou desafio-o a si a tornar pública a carta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, tem autorização para tornar pública a carta! Só não a tornei pública por respeito institucional!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Duarte Freitas tinha pedido a palavra ... Não!

Informo que o Governo esgotou o seu tempo.

Pergunto ao Sr. Presidente do Governo se pede a palavra para alguma interpelação?

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a autorização do Sr. Deputado Duarte Freitas, que me enviou a carta, faço chegar a carta à Mesa da Assembleia para distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Isto fica-lhe muito mal, Sr. Presidente! Ter trazido isto ao debate!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados, para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor tem alguma reserva mental na autorização que me acabou de dar para divulgar a carta?

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Tem de se dirigir à Mesa!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isto não é uma interpelação à Mesa!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sra. Presidente, permita-me também que faça uma interpelação à Mesa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Peço-vos a todos um pouco de calma para que também a mim seja permitido poder gerir os trabalhos em condições.

Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, para dizer-lhe que em aparte disse ao Sr. Presidente do Governo que autorizava naturalmente que a carta fosse pública. Só não a tornei pública por respeito institucional, que infelizmente foi aqui ultrapassado pelo Sr. Presidente do Governo, mas temos todo o gosto e se essa carta e a sua divulgação pública servir para resolver os problemas que o senhor causou à SATA ainda bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados!

O documento já foi entregue na Mesa. Será distribuído por todos, mas peço-vos também que o uso da figura regimental da interpelação não seja um expediente para prolongarmos os trabalhos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora deixa!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma intervenção.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar, até porque ainda tenho tempo para intervir no debate, de me dirigir diretamente ao Sr. Deputado Duarte Freitas e perguntar-lhe o seguinte: qual é o respeito institucional que o senhor está a falar ...

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: ... quando é aqui referida uma carta ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não fui eu que referi!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares!

A Oradora: ... que a maioria dos Deputados e Deputadas desta Casa não conhecem de forma nenhuma, o Presidente do Governo Regional pretende divulgá-la democraticamente ...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares!

A Oradora: ... e o senhor entende que é uma questão de respeito ou de desrespeito institucional?

Qual é o nosso papel no meio disto tudo?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Entendam-se com a carta, mas falem connosco.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Zuraida Soares, já excedeu longamente aquilo que a Mesa lhe permitiu.

A Oradora: Isto não foi para uma interpelação.

Presidente: Eu peço desculpa, mas perguntei-lhe se era para uma interpelação e percebi que a Sra. Deputada ...

A Oradora: Não! Eu pedi intervenção. Eu disse intervenção, Sra. Presidente. Peço desculpa.

Presidente: Mas é que para uma intervenção estava inscrito primeiro o Sr. Deputado Artur Lima.

A Oradora: Oh, Sra. Presidente, mas não me foi dito isso.

Presidente: Mas como eu percebi que a Sra. Deputada tinha pedido a palavra para uma interpelação logicamente que as interpelações ...

A Oradora: Intervenção!

Presidente: Sra. Deputada, mas tem que permitir que eu sou humana e como tal posso também não perceber e as interpelações têm prioridade sobre as intervenções e foi nesse sentido que lhe dei a palavra e peço desde já desculpa por a ter interrompido e peço desculpa ao Sr. Deputado Artur Lima, porque de facto passei a sua vez.

Sra. Deputada Zuraida Soares, muito obrigada pela sua intervenção.

Sr. Deputado Artur Lima, agora sim, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Não de quê pedir desculpa, Sra. Presidente, mas se me permite farei uma referência breve a isso.

É natural que a senhora é humana naturalmente e que confunda interpelação com intervenção e que não tenha percebido o que a Sra. Deputada Zuraida Soares estava a fazer, porque aquilo que o Sr. Presidente do Governo fez não foi nenhuma interpelação à Mesa, foi uma pergunta ao Grupo Parlamentar do PSD. Portanto, fez uma intervenção. É natural que a senhora se tenha confundido.

De resto, Sr. Presidente do Governo, V. Exa. perdoar-me-á o que lhe vou dizer, mas temos que ser corretos nas nossas afirmações e no debate.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu citei-o!

O Orador: Eu não disse que o senhor tinha alienado um Q-400.

O que eu disse foi que o senhor tinha alienado um A-320 e o que eu disse é que estava previsto no plano, no *business plan*, a alienação de um Q-400 e até o Sr. Dr. Parreirão foi mais longe ao dizer que a frota da SATA Air Açores era uma frota ociosa. Estamos entendidos nessa matéria, Sr. Presidente.

Eu não estou aqui ... Não é depois da guerra não faltam os generais! Isso já disse eu antes, agora o que eu não estou disponível, Sr. Presidente, é para ir buscar despojos de guerra. Para isso não estou disponível. Para despojos de guerra não estou.

Sra. Secretária Regional, com toda a simpatia, volto-lhe novamente a colocar a questão: “não está, nem estará o Governo disponível para subordinar os interesses do povo açorianos aos interesses da SATA”. Quais são os outros interesses da SATA?

Quais são os interesses da SATA que a senhora se refere?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários: O Bloco de Esquerda já tem vindo a prever, ou já previa, desde há muito (não foi desde há pouco quando tive a oportunidade de descrever toda uma narrativa e uma lógica que tem como fim a privatização de ativos públicos) a privatização também da SATA e sempre confrontou o Governo Regional com essa possibilidade e foram os sucessivos governos regionais, até este Governo Regional, que sempre negaram essa possibilidade, mas agora este Governo Regional acabou hoje, através do Sr. Presidente, de afirmar e assumir que essa é uma possibilidade relativamente à Azores Airlines, ou SATA Internacional. Fica então aqui assinalado o início do processo de privatização da SATA, a começar, pelo menos por enquanto, pela Azores Airlines de forma parcial, ou seja, aos bocados, tal e qual como já assistimos noutras empresas públicas, no país e mesmo na Região.

O que virá a seguir? A privatização total da EDA, por exemplo?

O que é que o Sr. Vice-Presidente ... O que é que o Sr. Presidente (quero eu dizer) quer dizer quando assume que a Azores Airlines não será completamente privatizada, mas que a maioria do capital da Azores Airlines permanecerá público?

Será que estamos aqui perante uma solução semelhante à da TAP?

O que é que isso quer dizer também?

Que implicações é que isso tem?

Porque na TAP, apesar de termos uma empresa semiprivatizada ou semipúblico, conforme quiserem entender, na realidade o privado tem liberdade estratégica para fazer aquilo que quer da TAP.

Será que vamos assistir a uma solução semelhante também na Azores Airlines?

Todas as hipóteses sobre o futuro da SATA estão em cima da mesa. Não sei se será uma citação direta daquilo que o Sr. Presidente anunciou, mas penso que deverá ter sido algo semelhante que assumiu.

Será que fica claro que o acionista, neste caso o acionista único por enquanto da Azores Airlines, a Região, respeitará todos os compromissos passados, presentes e futuros, tal como foi aqui também assumido pelo Sr. Presidente?

Porquê? Porque é que eu faço essa pergunta?

Porque será que serão os açorianos e açorianas, num futuro mais ou menos próximo, a também pagar o passivo da Azores Airlines para se tornar assim mais apetecível a futuro comprador privado?

Ainda quanto a compromissos sabemos que o Sr. Presidente assumiu que honra os compromissos atuais, mas na realidade aquilo que acontece neste momento na SATA é que nem conseguem honrar os compromissos assumidos com os trabalhadores, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... daí as greves que têm vindo a ocorrer na SATA.

Respondendo um pouco àquela questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão uma boa forma de evitar uma greve é cumprir aquilo que está acordado.

Será que estamos perante duas soluções semelhantes: a solução do Partido Socialista e a solução do PSD?

É verdade que o Partido Socialista através do Sr. Deputado Carlos Silva acusou o PSD de pretender que a União Europeia interfira na gestão da SATA com

todo o prejuízo daí decorrente, nomeadamente a possibilidade de uma reestruturação que passe por despedimento.

Ora, uma reestruturação feita por um futuro privado na Azores Airlines será que passará pelo despedimento também de pessoal da SATA?

Ou seja, aquilo que o PSD propôs e que foi condenado e bem pelo Partido Socialista às tantas terá o mesmo resultado que a solução agora assumida pelo Governo Regional, suportado pelo Partido Socialista, com uma futura privatização apesar de parcial da SATA através da redução de pessoal, quem sabe por via, ou por responsabilidade de um futuro acionista privado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, peço-lhe que termine.

O Orador: Assim se percebe a total ineficácia do PSD a fazer oposição ao Partido Socialista e por isso é que se entretêm aqui nestes joguetes de carta por um lado, carta para o outro, porque não têm mais nada para discutir, porque no essencial estão de acordo. No essencial estão de acordo que se comece por privatizar uma empresa pública que deveria, pelo menos em teoria para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumprir um serviço público tão fundamental para todos nós.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra. Alerto que dispõe de apenas um minuto.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria dirigir-me à Sra. Secretária só para fazer um registo: que na minha primeira vez nesta Assembleia e também na sua primeira vez nesta Assembleia

tive o gosto de lhe poder fazer algumas perguntas que achava importantes e pertinentes para tranquilizar e informar os faialenses e não só e todos os açorianos e tive o desgosto de não obter qualquer resposta da sua parte. Aliás, limitou-se a fazer um rol daquilo que são os fluxos de passageiros que a SATA Airlines teve no último ano.

Agradeço e registo o desgosto.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não temos mais tempo!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não há desgosto como o primeiro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS também esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo inscrições, pergunto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se vai usar do tempo ainda que lhe resta para encerrar o debate.

Então, para encerrar esta interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Penso que o debate que estamos agora a concluir foi um debate positivo para o esclarecimento dos açorianos. Um debate onde foi colocado pelos diversos partidos da oposição um conjunto de questões, questões que considero relevantes e são questões que a opinião pública discutiu ao longo dos últimos meses nos Açores.

O nosso objetivo evidentemente é colocar a funcionar melhor a SATA, colocá-la ao serviço dos açorianos com competência, ultrapassando as atuais dificuldades e os atuais constrangimentos.

É evidente que foram aqui avançadas matéria que precisam de ser pormenorizadas, como por exemplo em relação à privatização da SATA Internacional.

Qual é modelo?

Quais são as garantias?

Quais são as contrapartidas?

Como é que se torna atrativa para o capital, para os acionistas privados, a entrada numa empresa com as dificuldades financeiras por que está atualmente a passar a SATA Internacional?

É um conjunto de questões que ficam por esclarecer. Não foram devidamente pormenorizadas, mas penso que vamos ter outras oportunidades.

De qualquer das formas também quero aqui registar que da parte do Governo e do Partido Socialista assistiu-se a uma desvalorização dos problemas que a SATA de facto enfrentou ao longo do verão (estão à vista de todos, é inquestionável) e que resultaram de uma má planificação evidente. Não foi apenas azar, não foi apenas um conjunto de circunstâncias em que a SATA não teve sorte ou os seus profissionais. Existiu de facto uma má planificação, existem de facto responsabilidades por parte do conselho de administração e de outras estruturas intermédias que são pagos (e muitos deles muito bem pagos) para exercer funções de forma competente e que têm de ser responsabilizados por resultados que não são os melhores para os açorianos.

Por isso, considero que este primeiro debate foi um debate fundamental. Deixo aqui o meu compromisso de voltar num prazo razoável a trazer este assunto à Assembleia Legislativa e colocar um conjunto de questões assim que existam

alguns desenvolvimentos práticos que permitam obter informação adicional sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai fazer um comunicado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos o ponto um da nossa Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Conforme foi definido pela Conferência de Líderes o ponto dois será debatido na quarta-feira de manhã e entramos agora no ponto três: **Projeto de Resolução n.º 28/XI – “Recomenda ao Governo Regional que reponha a comparticipação dos encargos com o transporte de gado vivo para exportação”**.

Este Projeto de Resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos também foram definidos pela Conferência de Líderes e para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em algumas ilhas da nossa Região existem condicionalismos geográficos que impossibilitam o acabamento da maioria do gado bovino, bem como o transporte marítimo impede muitas vezes que em menos de cinco dias após o abate a carcaça chegue ao continente, assim obrigando os produtores de bovinos a recorrer ao escoamento desses animais em vivo ao invés do abate.

Em algumas das nossas ilhas são conhecidas as limitações de capacidade da Rede Regional de Abate, bem como existem condicionantes do próprio mercado da carne que obrigam a que uma parte significativa dos animais seja exportado vivo. Esta exportação representa uma parte substancial do rendimento

de muitos agricultores da nossa Região, como acontece nas Flores, no Corvo e noutras ilhas.

Sabendo-se dos custos adicionais decorrentes da nossa situação ultraperiférica, para os produtores de bovinos que atrás mencionamos é muito importante que exista uma comparticipação dos encargos com o transporte do gado vivo para o exterior da Região.

Com o presente Projeto de Resolução, o PCP vem propor que se volte a incluir os animais vivos da espécie bovina na listagem de produtos relativamente aos quais se podem realizar candidaturas a apoios no Subsistema de Incentivo para Internacionalização, “Acesso aos Mercados”, do programa Competir +.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste Projeto de Resolução do PCP procedeu-se à audição do presidente da Federação Agrícola dos Açores. Relembremos então a este Plenário o que disse o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, citando o parecer da Comissão: “O presidente da Federação Agrícola dos Açores manifestou-se contra a retirada de apoios ao transporte de gado vivo, principalmente nas Flores, Corvo e noutras ilhas, devido essencialmente aos matadouros, transporte e clima. Deve haver uma discriminação positiva no apoio ao transporte de gado vivo em ilhas como as Flores e o Corvo”, afirmou o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores. Consideramos que o Governo Regional deveria dar muita atenção a estas declarações do Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi através do Despacho 250/2017, de 8 de fevereiro, que o Governo Regional decidiu excluir a exportação de animais vivos da espécie bovina da possibilidade de se candidatar a apoios do Subsistema de Incentivos para a Internacionalização – “Acesso aos Mercados”, do programa Competir +.

Os encargos com o transporte marítimo têm um elevado peso na estrutura de custos dos exportadores de bovinos vivos. Assim, consideramos que foi errada a decisão do Governo em terminar com o anterior apoio do programa Competir +. Com o presente Projeto de Resolução, o PCP vem propor então que se volte a incluir os animais vivos da espécie bovina na listagem de produtos relativamente aos quais se podem apresentar candidaturas a apoios no âmbito da “Medida Acesso aos Mercados” do já referido Subsistema do Competir +.

Mais, consideramos que o retomar desse apoio deveria ter efeito retroativo, pois alguns produtores realizaram investimentos com a expectativa legítima de serem apoiados na exportação do gado vivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que foi apresentada pelo PCP visa recomendar ao Governo Regional que inclua novamente a possibilidade de incluir os animais vivos para exportação da espécie bovina a listagem dos produtos que podem ser apoiados no âmbito do Decreto Regulamentar n.º 1/2016 e que possam realizar as candidaturas através do acesso aos mercados do programa Competir +.

Este apoio, sem dúvida, que é uma participação importante face aos encargos que existem no transporte dos produtos regionais no interior da Região, mas também para o exterior, compensando assim os custos adicionais que existem na situação ultraperiférica e no distanciamento dos mercados.

Esta opção tomada pelo Governo Regional passando do pressuposto de que seria no sentido de incentivar a que o abate fosse realizado localmente e de forma a que essa mais valia do abate ficasse no local e na Região como tem sido sempre defendido pelo CDS uma vez que é do conhecimento a

desvalorização que existe nos animais quando são exportados em vida, mas a verdade também é que é necessário, sendo esse o objetivo que se pretende alcançar a que essa mais valia fique na Região, também é necessário pensar na situação e na realidade de cada ilha, pois sabemos que é diferente de ilha para ilha por diversos fatores.

Portanto, para alcançar esse objetivo (que no nosso entender é bom), que essa mais valia fique na Região, a verdade é que as circunstâncias não são iguais e o caminho a percorrer muitas vezes é diferente de ilha para ilha.

Neste momento, esta opção que existe, apesar do objetivo deste Projeto de Resolução é de uma forma generalista, no entanto a sua fundamentação tem por base a realidade da ilha das Flores, é necessário primeiro esclarecer se o pretendido com esta iniciativa seria o abate dos animais, o apoio à exportação dos animais vivos indiferenciadamente, quer só para abate, qual seria o objetivo da inclusão novamente do apoio para a exportação de animais vivos, com que propósito.

Também dizer que efetivamente e sendo a realidade das Flores em que sensivelmente cerca de dois terços dos animais produzidos são para exportação, é claro e é natural que esta medida tenha causado um impacto negativo nos agricultores das Flores e do Corvo que geriram a sua empresa agrícola a contar e a partir de um pressuposto que era o pressuposto que existia na altura que era este abate. Portanto, criaram esse apoio. Criaram expectativas legítimas que assim o fosse e de repente verificaram que já não era possível.

O CDS estará sempre disponível e sensível às especificidades de cada ilha, defendendo sempre que a realidade de cada uma delas é necessário ter sempre presente para que possamos dar passos seguros no que é o objetivo final e, portanto, no caso das Flores e do Corvo este apoio é essencial e é um apoio importante e que é necessário considerar e reconsiderar os termos em que ele deve ser eventualmente repostos ou não.

De salientar também que em sede de comissão quando ouvimos o Presidente da Federação Agrícola que indicou e que nos informou de que não teria sido ouvido quando foi tomada a decisão e a opção da retirada desta medida e apesar do Competir + não estar na tutela da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, sem dúvida que é necessário ouvir os parceiros quando à partida e de antemão existe a possibilidade e sabemos que existem realidades em que os agricultores serão prejudicados e, portanto, esses parceiros também têm sempre uma palavra a dizer.

Portanto, o CDS, como disse e torno e a repetir, está disponível e está sensível às características de cada ilha. É necessário definir os contornos de como é que isto poderia ser agilizado.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários:

À partida o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não tem, neste momento, uma posição de voto definida até porque temos algumas dúvidas acerca daquilo que a proposta da Representação Parlamentar do PCP pretende.

Uma das dúvidas é partilhada pelo Grupo Parlamentar do CDS, é uma dúvida que é comum tanto ao Bloco de Esquerda, como ao CDS. A proposta em apreciação não define, por exemplo, nem clarifica a que se destina o gado a exportar. Está subentendido de facto no preâmbulo que será para abate.

Deputado João Corvelo (PCP): É!

O Orador: Está subentendido, é verdade. Tanto que na comissão isso também me escapou, porque parti do princípio que seria para abate, mas na parte resolutiva isso não está clarificado. Tanto é que um dos pareceres por escrito (e

aqui quero salientar um dos pareceres por escrito que chegou a esta Casa relativamente a esta proposta, a da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores) que no seu parecer o que assume é que de facto seria uma medida importante a ser implementada, mas só para gado reprodutor.

Portanto, quando vi esse parecer então aí sim fiquei mais atento e vi que o fim a que se destinava, ou seja, para abate estava somente subentendido nos considerandos e não na parte resolutiva e isso poderá trazer consequências imprevistas se assim for aprovado.

Mais! Nós entendemos que a prioridade deverá ser dada ao abate do gado quanto mais próximo do seu maneio melhor. É assim que deverá ser, mas é claro que também compreendemos que dadas as circunstâncias de algumas ilhas que não têm ainda, como no caso das Flores, um matadouro com uma capacidade de abate que satisfaça aquelas que são as necessidades atuais dos agricultores da ilha que esta medida pudesse ser uma medida transitória para satisfazer aquela que é uma necessidade que a meu ver também deverá ser transitória. Porquê?

Porque seria desejável que o Governo Regional continuasse a investir numa rede de matadouros e aumentar, no caso, por exemplo das Flores, a capacidade do atual matadouro.

Portanto, se não for acautelado esse carácter transitório na proposta tememos que no futuro esta mesma proposta, se aprovada, poderá ser até inclusive utilizada pelo Governo Regional como uma justificação para não investir mais no matadouro da ilha das Flores, porque há apoios para a exportação de gado vivo para abate. Penso que não é essa a intenção da Representação Parlamentar do PCP, creio que não é essa.

Portanto, não sendo essa a intenção (penso eu, pensamos nós), o Sr. Deputado João Corvelo haverá de esclarecer nesta Casa certamente qual será a intenção da proposta, mas se for a mesma intenção que nós temos então certamente

também poderá, de facto, admitir que a sua proposta a ser aprovada tal e qual como está poderá ter um efeito perverso no futuro.

A proposta ainda é imprecisa relativamente às ilhas onde esta medida se deverá aplicar.

É a toda a Região?

É só às Flores e ao Corvo?

No preâmbulo, de facto, está também subentendido que será para as Flores e para o Corvo, mas na parte resolutiva isso não está definido.

Compete agora ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo precisar se será de facto aplicável a toda a Região, ou se será aplicável somente a algumas ilhas.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, importa esclarecer aqui esta Casa que deu entrada nos serviços da Assembleia um requerimento apresentado pela Representação Parlamentar do PCP em 9 de março e com resposta a 11 de maio deste ano e, portanto, depois mais tarde, entre uma e outra coisa, deu entrada o Projeto de Resolução a 19 de abril.

Quer isto dizer que em parte aquilo que podemos aqui discutir em parte já foi referido e apreciado no próprio requerimento de resposta.

No âmbito da medida de acesso aos mercados do Subsistema de Internacionalização do Sistema de Incentivos Competir + para o triénio de 2016-2018 foram apresentadas candidaturas relativamente à comercialização de animais em vivo, tendo sido aprovado um apoio financeiro no montante de 1.1 milhões de euros, quer isto dizer que até 2018 este apoio está garantido.

Naquele momento o apoio serviu também para alavancar um setor tão importante para a nossa Região.

Como é do conhecimento de todos o POSEI também já prevê apoios financeiros para a expedição de gado em vivo para o exterior da Região.

Referir ainda que o apoio de acesso aos mercados é destinado à comercialização.

Atendendo ainda que existem estruturas de abate em todas as ilhas da Região é importante dar continuidade à política que tem sido defendida pelo Governo Regional, ou seja, a comercialização dos nossos produtos, neste caso particular da carne dos Açores.

Os resultados do último ano provam isso mesmo: um crescimento acentuado no abate e um decréscimo na expedição de gado em vivo.

O caminho a seguir é este: exportar o que de melhor temos, rentabilizar os nossos produtos e assim dar mais valias e maior riqueza aos nossos produtores.

Disse.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para clarificar esta matéria, porque penso que há aqui alguma confusão na forma como foi enquadrada e colocada.

O apoio que se está a referir não é um apoio aos agricultores, nem aos produtores. É um apoio às empresas que comercializam gado. Não é um apoio à produção, nem ao agricultor. É um apoio à comercialização.

Portanto, tudo aquilo que foi dito não faz sentido, por isso mesmo não foi ouvida a Federação Agrícola, porque não se trata de matéria do âmbito da intervenção da Federação Agrícola, porque não é um apoio ao agricultor, é um

apoio ao comerciante, ou quem comercializa gado que não é produtor. Primeiro esclarecimento.

Segundo, mais essencial.

Para além de todas as questões óbvias da valorização, da exportação do gado com mais valias depois de abatido, não é esta a questão só que está aqui nesta matéria.

O que está é uma questão essencial e é de enquadramento legal: é que o POSEI, através da Portaria n.º 14/2017, apoia o agricultor e o produtor na venda de gado vivo ao exterior, nomeadamente 40 € por animal, que acresce mais 130 € se for um bovino macho dos 7 aos 18 meses e que acresce ainda mais 30 € se for essa exportação feita de gado vivo para a Madeira e para as Canárias.

Ora bem, o que é que está em causa aqui: não pode haver uma duplicação de apoio ao mesmo animal com dois fundos distintos. Senão se tivesse retirado desta listagem este apoio à entidade que comercializa, estar-se-ia a comercializar dois apoios, de dois fundos, ao mesmo produto e à venda do mesmo produto, o que como compreendem não pode ter o devido enquadramento, porque seria uma duplicação de ajudas de estado.

É isto que está aqui em causa, portanto, todas as matérias que foram referidas não têm nada a ver com o que está em debate. O que está em debate é apoio às empresas que comercializam, não o apoio ao agricultor e produtor que se mantém no âmbito do POSEI e está estipulado esse mesmo apoio no âmbito do POSEI.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ficava muito bem ao Sr. Vice-Presidente que tivesse lido o que o Sr. Presidente da Associação Agrícola da ilha das Flores disse por escrito à comissão, que este reflexo, ou seja, refletia 0,20€ em quilo de carcaça ao produtor. Ou seja, um quilo de peso, não era carcaça, um quilo de peso vivo, ou seja, o Sr. Presidente da Associação Agrícola da ilha das Flores disse claramente, está escrito no relatório, reflete-se 0,20€ em quilo de peso de animal ao produtor, este apoio.

O apoio que nós pedimos, o apoio que nós achamos importante para a ilha das Flores e do Corvo é para exportação de gado para ser abatido no continente português por não existirem condições de acabamento na ilha das Flores e no Corvo, porque a carne demora mais de cinco dias a ser abatida nas Flores e a chegar ao mercado consumidor e perde grande parte do valor e que se vai refletir diretamente na algibeira dos agricultores e os agricultores que nos estão ouvindo sabem que o Competir +, que foi retirado o ano passado sem ninguém ser ouvido, refletiu-se durante este ano diretamente no preço de quilo de gado vivo ao produtor.

Em relação ao restante gado que não é para abate, que é para reprodutor, este gado já tem o apoio para entrar ou sair das ilhas onde é produzido. Portanto, não fazia lógica nenhuma que nós estivéssemos a apoiar no Competir + os animais reprodutores sem ser só o gado para abate.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PCP com vista a repor na lista de produtos candidatáveis a projetos de acesso aos mercados os animais vivos da espécie bovina permite-nos reafirmar o que temos defendido relativamente à fileira da produção de bovinos e de carne, mas

carece naturalmente da parte do PCP alguma objetividade pelo que se traduz em dúvidas para quem interpreta o objeto deste Projeto de Resolução.

Se olharmos os dados estatísticos anuais da saída de bovinos vivos e em carcaça de cada ilha dos Açores constatamos a diminuição da saída de gado vivo e do aumento da saída em carcaça. Parece-nos o percurso desejável, pese embora neste percurso, atentas as especificidades de cada ilha e dos seus produtores, o que é relevante é aumentar o valor médio do produto agrícola e o rendimento dos produtores e dos restantes intervenientes na cadeia de valor da produção de carne.

Não queremos que a fileira da carne em face do seu papel diferenciado em cada ilha seja uma manta de retalhos e sempre que possível se pautar pela estabilidade de uma produção regular e num modelo adequado à sua valorização.

Estratégia ou ausência dela volta a ser a razão do nosso objetivo que decorre da política agrícola que se pretende implementar em cada ilha na construção de um mercado interno cada vez mais exigente com o incremento do turismo, mas também o de exportação.

Não excluimos o facto da exportação de gado vivo constituir uma opção para alguns produtores em diversas ilhas que não procuram o acabamento para abate, ou porque a rede de abate não dá a resposta desejada, ou até mesmo porque os custos de produção são impeditivos, ou mesmo pela ausência de planeamento na oferta de bovinos.

São os instrumentos de apoio público que condicionam ou incentivam uma cadeia de valor agrícola de acordo com o potencial produtivo e de valorização do mercado.

Políticas de apoio a investimento privado no setor da carne, estruturas públicas modernas de apoio ao abate e em alguns casos à desmancha, mas dimensionadas corretamente com o mercado produtor, a logística de frio

adequada e transportes eficazes e competitivos são essenciais para o mercado interno, disperso e externo distante.

Em ilhas onde os custos de produção constituem um entrave à sua competitividade relativamente a outras, urge estudar com seriedade apoios à redução destes custos nos setores onde haja maior valia na referida ilha. Parece-nos que esta é em última estância o objetivo do Projeto de Resolução do PCP que não se obtém ou não se atinge exclusivamente por aquilo que propõe.

O Grupo Parlamentar do PSD vota em abstenção o referido Projeto de Resolução, por um lado salvaguardando o disposto no artigo n.º 12.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2016, de 27 de janeiro, que proíbe a duplicação de apoios inclusive com o POSEI que parece ter já sido esclarecido, mas principalmente porque releva a necessidade da requalificação urgente da rede de abate melhorando as suas condições e também para que se estimule o acabamento de bovinos para o mercado da carne acrescentando valor na economia local. É essa a nossa intenção.

A exportação de gado vivo é uma inevitabilidade em algumas ilhas até que as condições para acabamento e abate valorizem a economia em cada uma.

Deputados Bruno Belo e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Compensar o rendimento dos produtores é uma via; estimular a exportação de gado vivo é inverter uma política de melhoria no rendimento local.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para uma interpelação.

Deputado João Corvelo (PCP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, é para uma alteração ao diploma e peço 15 minutos de intervalo, se faz favor.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 35 minutos.

Eram 16 horas e 18 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 58 minutos.

Foi entregue na Mesa pelo PCP uma proposta de substituição integral que está neste momento a ser distribuída por todos, portanto, o nosso debate incidirá sobre esta proposta de substituição integral e será também ela que iremos votar. A Mesa tinha uma inscrição.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A intervenção era sobre a proposta anterior, mas agora posso ajustar e atualizá-la a esta proposta, porque eu penso que o cerne da questão mantém-se.

Não é neste âmbito que se discute, se deve ou não se deve ser apoiada a questão do gado vivo, não é se deve ser maior incidência de apoio para as ilhas de coesão consoante a capacidade da rede de abate.

A questão é uma questão de enquadramento legal de duplicação de apoios, ou seja, em termos técnicos duplicação de ajudas de estado exatamente ao mesmo bem, isto é, não pode haver dois apoios sendo entidades diferentes um que existe e que se mantém e que nunca esteve em causa o apoio ao agricultor/ produtor e haver para a exportação de um determinado animal e haver um outro apoio às empresas que comercializam a exportação do mesmo

animal, resultando uma duplicação de apoio ao mesmo bem para o mesmo efeito que é a exportação desse bem.

Trata-se uma duplicação de ajudas de estado que não deve, nem pode ocorrer.

Portanto, a minha intervenção anterior era para voltar e reforçar a clarificação, que é isto que está aqui em causa, e alteração que foi apresentada pelo PCP obviamente não altera a essência do que está em causa.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Até aqui este apoio tem sido concedido aos agricultores da nossa Região, ou seja, não houve duplicação até ao ano passado. O apoio era dado na íntegra e os apoios eram todos dados na íntegra.

O ano passado o Sr. Vice-Presidente, a sua Secretária, cortou este apoio aos agricultores da nossa Região.

Como disse na minha intervenção anterior e passo a citar o parecer da Associação Agrícola da ilha das Flores que diz (e passo a citar): “Considerando que a saída deste produto da lista de produtos ilegíveis significa uma redução de valor pago ao produtor uma vez que esta candidatura permite que se valorizem os animais sem ter em conta as despesas de transporte marítimo, logo, senão podermos candidatar este produto o valor pago ao produtor irá baixar entre 0,20€ a 0,25€ por quilo de peso vivo dos animais.”

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou estar aqui a repetir sempre a mesma questão ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faz bem!

O Orador: ... porque o efeito também pelos vistos ... Posso dizer o que disser o Sr. Deputado repete sempre a mesma conversa. Por isso, acho que isso não é propriamente um debate, é uma repetição.

Volto a referir e pela última vez: o apoio que está aqui em causa não é o apoio ao produtor de gado, porque o produtor de gado tem esse apoio através do POSEI.

Portanto, o que está aqui em causa é a duplicação desse apoio, dando também um apoio para o mesmo fim e para o mesmo bem às empresas que não produzem, não para os produtores agrícolas, mas às empresas que comercializam o produto.

Portanto, é isso que está em causa.

Deputado João Corvelo (PCP): Não é verdade!

O Orador: A não existência de duplicação e a não existência de duplicação faz com que não seja incluído o apoio a quem comercializa e mantenha-se tal e qual existe o apoio ao agricultor, produtor agrícola. Ponto final. É isso.

O senhor pode vir falar o que quiser. É isto que está em causa: é a não duplicação de ajudas de estado à mesma transação comercial e ao mesmo bem, que é uma questão, como se percebe, por regulamentação comunitária, é totalmente proibida.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa tem o mérito também de evidenciar as assimetrias que existem ao nível da produção de carne nas nossas ilhas, isto porque para além deste incentivo que agora é proposto pelo PCP anteriormente estar inscrito na lista de produtos a apoiar ao nível do Competir + e agora não estar lá contemplado por via de haver uma duplicação de apoios para o mesmo fim e isso entende-se, mas

é importante nunca esquecer que existem essas assimetrias na nossa Região e as ilhas mais periféricas não conseguem hoje produzir um quilo de carne ao mesmo preço que as ilhas de maior dimensão e é aqui que nós devemos centrar a nossa atenção.

Hoje é possível, e devemos caminhar no sentido, permitir que um agricultor das ilhas mais periféricas possa vir a ter a oportunidade de produzir um quilo de carne a um preço semelhante àquele que é produzido nas ilhas de maior dimensão e quando falo no preço de produção, falo no preço global de produção. É evidente que há custos de fatores numa ilha de valor superior ou da outra, ou vice-versa, mas o custo global tem de ser semelhante para que todos tenham essa mesma oportunidade.

Mais do que isso é importante que também não tenhamos um incentivo à exportação de gado vivo e isto não vejo como incentivo (e tendo agora a nova versão do diploma apresentado pelo PCP numa fase transitória) que seria um apoio que objetivamente também se reflete no preço de venda do gado aos produtores.

Contudo, não podemos andar a fazer investimentos ao nível da rede regional de abates para agora haver aqui um incentivo à exportação de gado vivo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, só para esclarecer aqui uma situação. Já referi isso há algum tempo atrás.

Percebo o que diz: produzir um quilo, ou seja daquilo que for, em qualquer uma ilha da Região tudo ao mesmo preço. É como se fosse na Região, é como se fosse de uma ilha para a outra, para o continente, para a Europa, para o mundo.

Um quilo de carne certamente será difícil. Vamos ver a base da alimentação que tem um custo numa ilha qualquer numa ilha maior, São Miguel, Terceira, comparativamente com Flores e Corvo – falando das nossas ilhas - e se formos ver o custo da terra. Há que pesar tudo isto. Não podemos só medir o custo da alimentação.

Um custo de um alqueire de terra em São Miguel e na Terceira tem um preço, nas Flores e no Corvo tem outro. O custo do aluguer da terra.

Se contabilizarmos isso tudo não sabemos onde é que custa produzir mais um quilo de carne se é nas Flores ou é na Terceira.

É isso que temos de ver. Não basta o senhor falar de alimentação.

Deputado Bruno Belo (PSD): Custo final!

O Orador: Tem que ter tudo isso em conta: a mão de obra, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é o que o Governo devia saber!

O Orador: Tudo isso.

Portanto, é importante a gente ter isso em referência. Não nos podemos basear só na alimentação do animal. Percebo o que diz perfeitamente bem, sim senhor, mas temos que questionar todas essas questões e tudo somado veremos a diferença se realmente aí é mais caro ou se é na ilha maior que é mais caro.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Venho a debate, porque obviamente não posso deixar passar em claro esta última intervenção por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Só quem não conhece a nossa Região é que pode equacionar aquelas que são as

questões de ultraperiferia que prejudicam gravemente ilhas como as Flores e Corvo.

O senhor não pode equacionar, não pode colocar em causa (não existem dados objetivos para isso) a situação em que se encontra desfavorável no conserto regional ... Aliás, essa é a política oficial do Governo, por isso é que criou as ilhas de coesão, em que se reconhecem essas diferenças e em que se reconhecem as diferenças do ponto de vista das infraestruturas existentes, das distâncias, de todo um conjunto de fatores que são fatores desfavoráveis para essas ilhas e até agora nunca o Governo Regional, nunca o Partido Socialista, colocou isso em causa.

Deputado António Parreira (PS): Com certeza!

O Orador: Aliás, se quiser colocar em causa então apresentem-se dados objetivos para se poder problematizar essa questão, embora não exista do ponto de vista meramente lógico e da informação disponível qualquer (repito: qualquer!) vertente em que essa perspetiva possa ser valorizada.

De qualquer das formas o que me parece a mim é que no âmbito desta discussão é que de facto o Sr. Deputado do PCP tem razão.

Há que diferenciar (e esse é um erro que se está a cometer muitas vezes na nossa Região) o facto de termos políticas muitas vezes idênticas para as diversas parcelas da Região e não temos em conta as características específicas, as dificuldades específicas e a conjuntura específica que cada ilha enfrenta.

Portanto, temos quer ter políticas diferenciadas e neste contexto o PCP apresenta aqui uma questão que afeta sobretudo as ilhas mais periféricas, nomeadamente por exemplo as Flores e o Corvo. Por maioria de razão se realmente nas Flores existe um conjunto de infraestruturas que neste momento não dão resposta, no Corvo a situação ainda é mais grave. Por isso, da parte do PPM pode V. Exa. contar com o voto favorável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não quero de maneira nenhuma deixar passar em claro a situação que foi colocada aqui.

Não quero acreditar que o trabalho que foi feito pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário das ilhas, das ilhas das Flores e do Corvo, para saber quanto custa produzir um quilo de carne naquela ilha e quanto custa produzir, por exemplo, em São Miguel, na Terceira, no Faial e nas outras ilhas. Não quero acreditar que tenha sido posto fora o trabalho árduo feito pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário das ilhas todas desta Região.

Não quero acreditar de maneira nenhuma que depois de ouvir aqui o Sr. Deputado e a bancada do Partido Socialista que hajam outros interesses envolvidos sem ser os interesses dos agricultores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Só para referir aqui que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e eu incluído apenas defendemos e só os interesses dos nossos agricultores.

Tudo faremos mas dentro daquilo que é razoável e dentro do que é possível. Já foi aqui discutido, já foi aqui enumerado pelo Grupo Parlamentar através de mim, pelo Sr. Vice-Presidente, que esta proposta não é viável pelas razões que já foram aqui explicadas e não me vou repetir.

Os interesses dos nossos agricultores estão acima de tudo. É para eles que trabalhamos e queremos o melhor para eles.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Secretário não falou!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estava a ver se ninguém dava por isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação da proposta de substituição integral ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra, para? Para intervir?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, para uma intervenção, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Antes de finalizar esta discussão considero da maior importância que o Governo também se pronuncie sobre esta matéria. Acho verdadeiramente inacreditável que estando aqui o Secretário da Agricultura no âmbito da sua ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Já falou!

O Orador: É evidente que tivemos uma intervenção do Sr. Vice-Presidente, várias intervenções do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional numa determinada vertente, mas é importante que o Sr. Secretário da Agricultura, numa área que lhe diz respeito, possa pronunciar-se sobre o tema e penso que é do interesse desta câmara e de todos os açorianos saber qual é a opinião da Secretaria da Agricultura nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação, como eu estava a dizer, da proposta de substituição integral a este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos ...

Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação, tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos a um quarto para as seis.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 52 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto quatro da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI – “Estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”.**

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Antes de mais e antes de iniciar a apresentação deste Decreto Legislativo Regional gostaria de cumprimentar o Sr. Deputado Rui Martins, que hoje iniciou funções enquanto deputado, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho dessas novas funções.

Relativamente ao Decreto Legislativo Regional que está agora aqui em apreciação o “PROMÉDIA 2020”.

Referir que este Decreto Legislativo Regional, esta proposta, decorre também de um conjunto alargado de auscultações e de reuniões que tive oportunidade de fazer com todos os órgãos de comunicação social da nossa Região, ouvindo as suas preocupações, não só a apreciação que faziam do programa anterior, mas também as suas preocupações para o futuro.

Ouvimos presencialmente muitos órgãos de comunicação social; outros não foi possível ouvir presencialmente, mas abrimos também um período de consulta pública, digamos assim, em que todos se pronunciaram, muitos deles também por escrito e o *feedback* que tivemos nessas reuniões foi de um balanço e o reconhecimento genérico de que o “PROMÉDIA III” era e foi um bom programa de apoio à comunicação social privada na nossa Região e que ao longo da sua vigência, ao longo dos últimos quatro anos, garantiu um volume significativo de apoio financeiro para a importantíssima atividade da comunicação social privada na nossa Região, sem prejuízo obviamente de tendo em conta as diferentes áreas de intervenção e o próprio de conceito de cada um dos órgãos de comunicação social houve também referências a algumas matérias que, não estando consagradas nesse programa, têm alguns opinião que deveriam estar consagradas.

Desse ponto de vista aquilo que fizemos foi garantir a manutenção de todos os programas que constavam no anterior “PROMÉDIA III”, alguns deles foram reformulados e revistos e outros foram até reforçados.

Em termos das medidas de apoio que constam no “PROMÉDIA 2020” destaco e refiro as seis.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento digital, que visa reforçar o apoio ao desenvolvimento de plataformas digitais e de novas tendências na área da comunicação social (e aqui sei que há um ponto de discordância que já foi aliás tornado público por vários agentes da comunicação social na Região relativamente à modernização tecnológica e ao apoio ao hardware).

Sempre foi nossa intenção que os apoios que existiam no âmbito da medida da modernização tecnológica se mantenassem exatamente como estavam também no “PROMÉDIA 2020”.

Admito que a redação que nós propusemos na Proposta de Decreto Legislativo Regional que está agora em apreciação não fosse clara. Definimos no diploma o apoio a equipamentos tecnológicos e aí, naturalmente, que incluímos também o apoio ao hardware. Admito que a redação que nós apresentámos aqui ao Parlamento careça de ser clarificada. Sei também que existem várias propostas de alteração que querem essa clarificação, portanto, da nossa parte julgamos que isso faz todo o sentido, porque é de facto nossa intenção que os apoios que existiam no âmbito da modernização tecnológica e no apoio à aquisição de programas informáticos e de hardware se mantenassem exatamente como existiam anteriormente.

Continuamos a apoiar o apoio à difusão informativa nos mesmos moldes e nos mesmos termos que existia anteriormente, sendo este apoio uma medida de apoio importante, um instrumento importante sobretudo para a imprensa, para a comunicação social escrita em papel.

Introduzimos uma nova medida de apoio naquilo que designamos por acessibilidade à informação em que majoramos projetos desenvolvidos para que melhorem e aumentem o acesso à informação para cidadãos com necessidades especiais, desde logo cidadãos que sofram de surdez, a pessoas que sofram de limitação visual. Portanto, garantimos também, porque julgamos ser uma matéria importante, o desenvolvimento (associado naturalmente às plataformas digitais) de iniciativas e de projetos que possam corresponder a esta necessidade.

Outra medida que apresentamos no PROMEDIA 2020 é a valorização dos profissionais da comunicação social e aqui esta é uma das medidas que foi reformulada porque pretendemos dar aqui ... Aliás, foi também referido por vários órgãos de comunicação social que ouvimos a necessidade de haver um mecanismo de apoio para apoio a formações de enriquecimento curricular, de aprendizagem prática e de questões que sejam úteis para o dia a dia dos agentes da comunicação social, valorizando naturalmente aquelas que se possam realizar aqui na nossa Região e até promover a articulação e o entendimento entre vários órgãos de comunicação social e desta forma promover que essas formações aconteçam numa determinada ilha, mas que possam envolver agentes da comunicação social e profissionais da comunicação social de vários órgãos dessa ilha.

Outra medida que mantemos e aumentamos é o apoio especial à produção, em que aumentamos a percentagem de comparticipação no pagamento de despesas de comunicação.

Por fim, outra medida de apoio, apoiamos iniciativas de formação na área da comunicação social que possam ter associadas a si também a promoção da Região, como trazer aos Açores órgãos de comunicação social que tenham especificidades como tem a nossa Região e que se possa desses eventos retirar e

partilhar conhecimentos, aprendizagens e que melhorem também as competências da comunicação social açoriana privada.

Portanto, de grosso modo, muito resumidamente, são estas as seis medidas que constam no programa de apoio à comunicação social, PROMÉDIA 2020.

Dizer também que há uma alteração no âmbito da comissão de análise. Nós pretendemos que essa comissão de análise tenha as suas competências alargadas, passando a designar-se por Comissão de Análise e Acompanhamento deste programa e revemos também a sua composição, ou seja, propomos que esta Comissão de Análise e Acompanhamento passe a ser composta por um representante do membro do Governo que tutela esta pasta, por um representante da Delegação Regional do Sindicato dos Jornalistas, por um representante da Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores, por um representante eleito aqui na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e por uma personalidade que seja entendida na matéria e que é cooptada pelos quatro outros elementos desta comissão.

Também já vi em alguns debates públicos sobre esta matéria algumas referências ao facto de deixar de estar na comissão de análise um representante das rádios e um representante da comunicação social escrita.

Esta opção decorre de algumas referências, na nossa perspetiva, legítimas de profissionais de alguns órgãos de comunicação social que entenderam e que entendem que é injusto que um concorrente direto estando em funções na comissão de análise possa ter acesso privilegiado e premeditado ao projeto de outro concorrente apresentado a essa comissão de análise.

Isto foi referido por vários órgãos de comunicação social numa queixa e num alerta que nos parece legítimo e a nossa opção foi para salvaguardar qualquer tipo de acesso premeditado e privilegiado a informação de projetos de órgãos de comunicação social concorrentes, entendemos que esta nova composição é

equilibrada e garante os pressupostos que nos parecem importantes que tenha uma comissão de análise e no caso de acompanhamento.

Reforçamos também uma matéria que nos parece importante que é a de prestação de contas e de transparência perante o Parlamento.

Esta nova proposta prevê que seja feito um relatório anual com todos os apoios concedidos no âmbito do PROMÉDIA, sobre a execução do PROMÉDIA, que contenha a identificação das entidades beneficiárias, o valor total discriminado dos apoios atribuídos, os níveis de execução do regime de apoios e o grau de cumprimento dos projetos apoiados. Este relatório terá que ser feito anualmente. Terá que ser remetido ao Parlamento, e naturalmente se as Sras. e Srs. Deputados assim o entenderem o Secretário virá à comissão competente as vezes que as Sras. e os Srs. Deputados assim entenderem para discutir o relatório.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fazer o quê?

O Orador: Portanto, é esta a nossa opção. Julgamos que mantém um conjunto de opções reconhecidas como positivas por parte da esmagadora maioria da comunicação social que foi auscultada e introduz também algumas inovações e algumas questões que, na nossa perspetiva, melhoram este tipo de apoio.

É certo, naturalmente, que o PROMÉDIA 2020 não será com certeza um programa que tenha o acordo de todos, não será com certeza um programa que corresponde às ambições e preocupações de todos, mas aquilo que nos parece evidente é que o PROMÉDIA 2020 continuará, à semelhança daquilo que foi o PROMÉDIA III, a ser um instrumento importante para a atividade da comunicação social privada na nossa Região, com os pressupostos que nos parecem importantes para a qualificação da nossa democracia com independência, com imparcialidade e com a consistência intelectual que se exige nos dias de hoje, sendo certo que, na nossa perspetiva isso é também uma matéria muito relevante, estamos a falar de um programa de apoio à

comunicação social privada, mas não temos dúvidas que também a comunicação social privada na nossa Região presta um importantíssimo serviço público.

Portanto, Sra. Presidente, como apresentação do diploma eram estas as considerações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! Está em grande forma, Sr. Secretário!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A existência de uma comunicação social livre e independente é algo absolutamente fundamental.

Não existe democracia, não existe liberdade, sem a existência de uma comunicação social privada livre para mais nas circunstâncias especiais que esta Região está a viver.

Tenha-se em conta que na nossa Região existe um Gabinete de Apoio à Comunicação Social que custa meio milhão de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que custa?

O Orador: Meio milhão de euros que é exatamente a verba que está prevista neste PROMÉDIA 2020.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: É preciso ter em conta que se contabilizarmos os jornalistas que integram o Governo, os diversos gabinetes do Governo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos são?

O Orador: ... podemos chegar a uma verba de cerca de 1 milhão de euros, ou seja, o dobro do que está prevista para o PROMÉDIA 2020.

Ora, nestas condições, o que interessava, o que era fundamental, o que era estratégico para promover o pluralismo na nossa Região, para promover a democracia, para promover a liberdade era de facto aumentar os apoios a uma comunicação social nos Açores que vive um contexto muito difícil.

Aliás, tenha-se também em conta as circunstâncias políticas em que vivemos.

O ex-Presidente do Governo Regional, Carlos César, dizia em 96 que “em qualquer lugar do mundo 20 anos de governação é demais”.

Nós aqui no final desta legislatura vamos somar 24 anos de domínio político de um só partido e esse domínio político radica (não tenho qualquer tipo de dúvida) num domínio da administração regional, no domínio dos diversos mecanismos de influência dos diversos agentes sociais e domina e radica nos meios que o Governo tem ao seu dispor no âmbito da informação.

Por isso, meus senhores, para mim este PROMÉDIA 2020 é uma desilusão. É uma desilusão, porque não tem a escala da ambição que é necessária, que é fundamental para a nossa Região.

Mais do que isso, tem um conjunto de problemas que foram apontados por diversos órgãos de comunicação social que, na minha perspetiva, apontaram diversos erros que têm toda a lógica do ponto de vista da argumentação em termos de exclusão deste conjunto de medidas que são prejudiciais.

Vou aqui referenciar algumas.

Por exemplo não faz absolutamente nenhum sentido que desapareçam os apoios à modernização, que são essenciais e que este PROMÉDIA 2020 retira.

Também não fazem sentido os condicionalismos introduzidos às candidaturas e aos apoios à difusão. É também um erro crasso desta proposta do PROMÉDIA 2020.

Também não faz nenhum sentido que estas novas normas do PROMÉDIA 2020 obriguem os jornais, obriguem as instituições à adesão a uma instituição privada. Esta matéria não faz qualquer tipo de lógica e o Governo Regional na sua proposta erra gravemente ao condicionar os órgãos de comunicação social privados a uma adesão prévia a uma instituição privada, como bem é referido em vários documentos que nos foram apresentados. É uma norma inconstitucional e que de facto prejudica gravemente a independência destes órgãos de comunicação social.

Também não faz sentido que exista a possibilidade do conjunto de candidaturas que são apresentadas poderem não ter realmente a capacidade de serem aprovadas pura e simplesmente por falta de verba. Portanto, por existência, por obrigatoriedade de existência de rateio.

Ou seja, numa segunda intervenção vou pormenorizar mais alguns assuntos do ponto de vista técnico.

Deputado André Bradford (PS): Não vale a pena!

O Orador: Ou seja, esta proposta tem um conjunto de condicionalismos que evidentemente não permitem a sua aprovação nestes moldes, nos moldes que foi apresentada a este Parlamento.

Deputado André Bradford (PS): Não se pode exigir muito mais! O senhor teve a interpelação, não teve tempo para se preparar!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, também por economia de tempo eu farei uma breve referência às propostas de alteração que o CDS já entregou na Mesa e que devem estar a ser distribuídas.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a Constituição da República Portuguesa estabelece no quadro dos “Direitos, liberdades e garantias” a liberdade de imprensa e meios de comunicação social.

É assim porque a liberdade de imprensa desempenha um papel funcional no quadro dos estados de direito democrático.

É assim porque a liberdade de imprensa é ao mesmo tempo liberdade de expressão. É o direito de informar e o direito de ser informado.

A existência de uma comunicação social independente é, nestes termos, uma garantia de participação cívica, livre, democrática, um pilar essencial da democracia pluralista que todos nesta Casa da autonomia temos obrigação de diariamente construir, defender e aprofundar.

A proposta do regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada apresentada pelo Governo é na sua essência conformada com a vontade do universo dos agentes do setor, centralizou no Governo todas as competências de fiscalização e reduziu a pluralidade existente em sede da Comissão de Análise e de Acompanhamento.

Por consequência, algumas propostas de alteração que o CDS apresenta são, em primeiro lugar, um dever deste Parlamento.

Garantir nos termos da nossa Constituição que este Programa Regional de Apoio seja um instrumento de aprofundamento da liberdade e da independência dos nossos meios de comunicação social privados.

Neste sentido, procurámos que neste quadro de apoio permita um efetivo exercício do direito à liberdade de imprensa e garanta os meios necessários para que a sua aplicação seja real, pluralista e democrática nos nossos meios de comunicação social privados.

Queremos que no quadro dos apoios a conceder que os nossos meios de comunicação social privados sejam efetivamente independentes do poder político.

Queremos no quadro das modalidades dos subsídios a atribuir que não haja discriminação entre ilhas, uma vez que a importância da comunicação social é necessária e transversal em toda a Região.

Queremos, porque entendemos como fundamental, no quadro dos processos de concessão do apoio e na sua fiscalização que seja garantida a representação de todos os agentes profissionais e de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia.

Para além de se propor a reposição da Comissão de Análise e Acompanhamento dos representantes das associações de imprensa e radiodifusão o CDS vai mais longe no espírito de uma verdadeira dignificação das instituições e da transparência na gestão dos dinheiros públicos propondo a inclusão nesta comissão não apenas de um representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, mas de um representante de cada grupo e representação parlamentar.

Só assim estaremos a prestar de facto um serviço à nossa democracia e a cumprir um dever que é de todos nós perante os açorianos: assegurar a liberdade e a independência da sua imprensa e da sua comunicação social.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação, por exemplo, às questões que foram levantadas aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão queria já referir que uma das propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista retira essa obrigação de inscrição na Associação Portuguesa de Controle de Tiragem.

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional mantém a filosofia e a coerência dos programas anteriores que ao longo do tempo e, em nossa opinião, através da sua vigência provaram as suas virtualidades.

Na feitura desta proposta registre-se que o Governo ouviu e reuniu com todos os órgãos de comunicação social privados da Região, na maior parte das vezes presencialmente, algumas vezes, porque não foi possível presencialmente, por escrito, quer com os chamados tradicionais órgãos de comunicação social, quer com os chamados da nova geração, ou seja, da geração digital.

Nesta medida foram acolhidas muitas das sugestões sendo certo, que estando nós no campo dos interesses legítimos, a diferente natureza e suporte dos órgãos de comunicação social também se traduz em motivações diferentes, a respeito deste programa e do que deve ser este programa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo e o Partido Socialista mantiveram abertura durante todo este processo, sendo prova disso as propostas de alteração que demos entrada, designadamente a eliminação da obrigação de inscrição na Associação Portuguesa de Controle de Tiragem, bem como o esclarecimento, através da alteração da respetiva redação de que os apoios à modernização tecnológica mantêm a mesma amplitude.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Apoiar os fatores de produção seria, em nossa opinião, pagar os custos naturais inerentes ao funcionamento de qualquer empresa, de qualquer negócio, o que em nossa opinião não faz qualquer sentido.

Apoiar a modernização tecnológica, a divulgação, nomeadamente na diáspora e a valorização profissional parece-nos a opção correta como aliás o tempo tem vindo a demonstrar.

De referir ainda, por exemplo, que no n.º 7, artigo 3.º, não se permite o despedimento durante o período do apoio, mantendo-se assim o nível de

empregabilidade dessas empresas. Isto conjugado com as medidas que são também aqui preconizadas e estabelecidas no apoio à formação profissional, tudo isto no conjunto parece-nos ser um excelente e um bom instrumento de apoio para que os órgãos de comunicação social produzam de forma efetiva e de forma independente informação e mantenham a sua independência.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É inegável o papel que a comunicação social desempenha numa sociedade.

É mesmo indispensável para o normal funcionamento de uma sociedade democrática e para o exercício da democracia.

O papel acometido a todos os órgãos de comunicação social, com particular incidência os jornais e as rádios, assumem particular importância quando desenvolvem a sua atividade numa região isolada e descontínua territorialmente.

Por tudo isso, os órgãos de comunicação social nos Açores cumprem uma missão de verdadeiro serviço público, contribuindo de forma ativa para a sua coesão social.

Reconhecendo tão importante papel, os sucessivos governos, desde a governação do PSD, criaram um conjunto de mecanismos de apoio ao desenvolvimento das suas atividades de modo a, por um lado, garantir a sua sustentabilidade e por outro, dotá-los dos meios adequados de maneira a responderem às necessidades inerentes à adequação e desenvolvimento tecnológico.

A proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo agora apresenta e que aqui está em apreciação, o PROMÉDIA 2020, vai já na sua quarta edição com esta denominação.

Após onze anos da sua criação seria, no mínimo, expectável que a cada nova proposta o Governo introduzisse alterações ajustadas às necessidades sentidas e transmitidas pelos destinatários do diploma.

O documento que está em apreciação nesta câmara conta-nos, infelizmente, uma história bem diferente!

A cronologia dos acontecimentos resume-se desta forma:

Janeiro de 2017:

“O Governo dos Açores está a desenvolver um conjunto de reuniões e audições com as empresas de comunicação e informação da Região, com vista à recolha de informações sobre o novo programa de apoio à comunicação social privada.”

Citei notícia do GaCS.

4 de agosto de 2017: entrega nos serviços desta Assembleia da Proposta de Decreto Legislativo Regional – Estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada – PROMÉDIA 2020.

É incompreensível, que um processo que aparentemente teve um início promissor e ilusoriamente ágil com o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares a reunir com todos os órgãos de comunicação social privada da Região tenha levado 8 meses a concluir.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem e muito mal!

O Orador: É incompreensível que se tenham criado expectativas aos responsáveis das empresas do setor que viram uma oportunidade de ter um instrumento de apoio melhorado e dotado de mecanismos adequados.

É inadmissível tamanha demagogia depois de se afirmar e passo a citar: “Queremos, desta forma, fazer um balanço aturado dos programas anteriores, perceber o seu impacto e ouvir sugestões para o que deve ser acautelado no

futuro” (...) “é tempo de fazer um balanço do programa adotado até agora e perceber da parte das empresas do setor qual deve ser o caminho a seguir e de que forma os instrumentos de apoio podem servir melhor as empresas de comunicação social e minimizar os constrangimentos desta atividade, numa Região com as nossas especificidades.” Salientou Berto Messias, que falava no final de uma reunião com a Administração da Rádio Atlântida.” Fim de citação. É inqualificável a falta de sensibilidade para os graves problemas de gestão com que se deparam muitos órgãos de comunicação social da Região que viram agravadas as suas dificuldades pela demora na aprovação deste diploma.

Mas, tristemente, a história não termina por aqui...

Este foi um processo atípico em que a demora da sua conclusão condicionou o normal procedimento de apreciação de uma iniciativa nesta Casa.

Em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para além do Membro do Governo com competência em matéria de comunicação social, tivemos apenas a oportunidade de ouvir o representante da Associação Portuguesa de Rádios, que não representa a totalidade das rádios privadas nos Açores e de apreciar por escrito o parecer do Sindicato dos Jornalistas e, por iniciativa própria, o parecer de 4 dos 5 Jornais Diários.

Em comum, releva o facto de “existirem alterações na nova proposta de diploma, bem como omissões relevantes das propostas indicadas pelos órgãos de comunicação social nas audições efetuadas pelo Senhor Secretário Regional, e que podem criar constrangimentos acentuados ao setor da Comunicação Social privada dos Açores”, isto no caso dos Jornais.

Ou ainda “que com a presente proposta perde-se a oportunidade de se rever de forma efetiva o PROMÉDIA 2020” (...) e que “era preferível ficar como estava no PROMÉDIA III”, citando o representante da Associação Portuguesa de Rádios.

São dois exemplos bem demonstrativos de como o Governo ignorou as preocupações expressas pelos profissionais do sector!

É, por isso, legítimo concluirmos que a proposta do Governo, da forma como se apresenta neste Parlamento, não espelha os interesses daqueles a quem em primeiro lugar deveria servir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este Governo de maioria socialista comportou-se como um mau aluno: ouviu a lição, mas não aprendeu. Fingiu estar atento, quando na verdade nem estava interessado na aula. E na altura do exame copiou, mas pior, copiou mal e falhou!

É um péssimo aluno que apenas merece um enorme “chumbo”, não havendo PROSUCESSO que o valha!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está inspirado!

O Orador: O Governo tratou desta matéria da pior forma possível, condicionando esta Assembleia de se debruçar de forma responsável e aprofundadamente sobre tão importante instrumento que condicionará a atividade do sector de informação nos Açores nos próximos 3 anos e 3 meses. É, também por isso, merece da nossa parte um “chumbo” pela sua incompetência.

Mas, o PSD, numa atitude responsável, como sempre o tem demonstrado nesta Casa, dará a possibilidade de um “recurso” e irá abster-se na generalidade.

Da nossa parte, fizemos o trabalho de casa possível, ouvindo em tempo recorde, profissionais da informação e representantes das diversas áreas da comunicação, pelo condicionalismo imposto na urgência de aprovar este documento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as propostas de alteração?

O Orador: É com o sentido de responsabilidade por que nos pautamos, que apresentaremos as propostas de alteração que julgamos adequadas e que vão de encontro às preocupações do sector.

É com o mesmo sentido de responsabilidade que apresentamos soluções, em coerência com as nossas posições assumidas no passado, e que o tempo nos presenteia com a razão.

Estamos em crer que a maioria socialista que suporta este Governo viabilize as propostas que apresentaremos em sede de discussão na especialidade, pois é por demais evidente que acusa e reconhece as fragilidades deste documento.

Falta de tempo não foi de certeza. Nem queremos acreditar que a causa da demora na apresentação tenha sido outra que não mesmo a INCOMPETÊNCIA. Lamentamos que assim seja e que no mínimo o Governo reconheça o seu erro, evitando-o no futuro, porque, Sr. Secretário e Srs. Membros do Governo, os bons alunos aprendem à primeira; os maus alunos aprendem à segunda e há aqueles que nunca aprendem!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A propósito desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que pretende estabelecer o regime jurídico da comunicação social privada na nossa Região eu acho que é quase inevitável trazer à nossa memória uma expressão que consta do nosso léxico comum desde a presidência da Dra. Assunção Esteves na

Assembleia da República e esse léxico comum integrou a expressão “inconseguinto frustracional”. Todos nos lembramos disso!

Ora, na opinião e na análise do Bloco de Esquerda esta proposta do PROMÉDIA 2020 é na realidade um “inconseguinto frustracional”.

É um “inconseguinto” desde logo, porque na realidade e na boca dos seus principais destinatários é uma oportunidade perdida e é “frustracional”, porque mais uma vez os seus principais destinatários não estão satisfeitos com esta proposta.

Portanto, mais “inconseguinto” e mais “frustracional” seria difícil e tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, ao fim de nove meses de um aturado trabalho que eu não ponho em causa, mas que gostaria de lembrar uma coisa, é possível fazer um ser humano. Não me digam que não é possível fazer um regime jurídico para a comunicação social privada nesta Região que não tenha tantos anticorpos como este tem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há o trabalho do GaCS!

A Oradora: No preâmbulo ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... desta proposta, deste diploma, há dois parágrafos que eu faço questão de ler nesta câmara, porque me parecem muito, muito importantes e dizem o seguinte:

“O valor público que constitui a existência de uma comunicação social regional ativa, dinâmica e plural, particularmente numa região arquipelágica enquanto veículo difusor das diferentes realidades de ilha, não pode deixar de ser reconhecido e estimulado.”

O Bloco de Esquerda subscreve integralmente esta constatação.

“Uma comunicação social imparcial, independente e prestadora de um dos mais relevantes serviços públicos como é o de informar, é também um importante contributo para a qualificação da nossa democracia.”

Mais uma vez o Bloco de Esquerda subscreve esta constatação, mas Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, aquilo a que o Sr. Deputado Pedro Moura na sua intervenção chamou de interesses legítimos que pretensamente explicarão a dificuldade ou a impossibilidade de haver um consenso mais alargado relativamente ao conteúdo deste diploma pelos seus destinatários, interesses legítimos é uma coisa; objetivos que permitem, honram e são condição *sine qua non* para a democracia e para a prática democrática, não são interesses, são objetivos obrigatórios, que são estes que estão aqui absolutamente e claramente expressos neste preâmbulo e estes não podem depender de mais ou menor consenso, de um consenso mais ou menos alargado. Não! Têm que ser o objetivo fundamental do desiderato deste diploma ou de qualquer outro diploma que pretenda estabelecer o regime jurídico dos apoios públicos à comunicação social privada.

“O Governo dos Açores [diz também o preâmbulo] apresenta um novo programa de apoio à comunicação social privada dos Açores que, por um lado, mantém alguns dos pressupostos existentes no programa anterior, e por outro, induz algumas inovações.”

E agora reparem bem, Sras. e Srs. Deputados, “tendo em conta [repito: tendo em conta] os contributos recebidos pelo Governo dos Açores no processo de auscultação promovido junto de todas as empresas da área da comunicação social privada nos Açores que desenvolvemos.”

Sr. Secretário Regional Adjunto, permita-me duas ou três perguntas sobre esta afirmação que aliás o senhor reiterou em sede de comissão de CAPAT na sua audição no dia 31 de agosto e agora fê-lo também na sua primeira intervenção.

Primeira pergunta: quais contributos?

Eu questionei o Sr. Secretário Regional em sede de comissão, perguntando se tinha conhecimento dos contributos ou do contributo escrito que tinha sido

enviado por quatro dos cinco jornais diários da nossa Região e o Sr. Secretário disse que não tinha conhecimento.

No entanto, eu tenho conhecimento de que aquelas propostas e aquele contributo são exatamente iguais àqueles contributos e propostas que a mesma comunicação social e os mesmos órgãos fizeram ao Sr. Secretário durante as conversações para se chegar à elaboração de um diploma a que se chama PROMÉDIA 2020.

Portanto, o Bloco de Esquerda não compreende afinal quais são os contributos: ou houve contributos e foram levados em consideração, ou houve contributos e não são levados em consideração, o que o Sr. Secretário Regional não pode dizer é que os desconhece, porque os conhece desde janeiro, quando começou o seu périplo (e bem!) pelos órgãos de comunicação social privados da nossa Região.

Depois, de que forma é que estes contributos foram recebidos?

Foram recebidos pelo Governo Regional, foram recebidos por escrito, foram numa conversa amena, foi em carta, em fax, por mail, como é que foram recebidos?

É que nós recebemos por escrito, nós deputados e deputadas desta Casa. Temos-os em mão e por escrito e são clarinhos como água e se nós os conhecemos, volto a dizer, considero estranho que o Governo Regional, nomeadamente o Sr. Secretário, os desconheça.

Finamente eu gostava de saber se algum órgão de comunicação social privado nesta Região teve conhecimento e se pronunciou sobre o diploma que agora temos em mãos.

Se este diploma é conhecido ou foi conhecido pelos órgãos de comunicação social privados da nossa Região para sobre ele se poderem pronunciar, fazendo as suas propostas diretamente e sendo ouvidos nesse sentido.

É porque a informação que eu tenho, Sr. Secretário Regional, é que os órgãos de comunicação social privados tomaram conhecimento deste diploma através do site da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e quem tem como objetivo a democracia, a imparcialidade, a independência e a pluralidade, Sras. e Srs. Deputados, está a fazer muito pouco para a alcançar.

Dito de outra maneira, há propostas de alteração?

Há, sim senhor, e provavelmente há do Bloco de Esquerda, há do PSD, há do Partido Socialista, há do CDS, há propostas de alteração, mas, Sras. e Srs. Deputados, eu não quero acreditar que o Governo demore nove meses a elaborar um diploma contando que os partidos da oposição vão elaborar uma quantidade de propostas de alteração para corrigir o trabalho mal feito por esse mesmo Governo.

Deputado André Bradford (PS): O que é mal feito? É a sua opinião! Tem direito a ela!

A Oradora: Não acredito que isso seja verdade. Não acredito! Porque isso nunca aconteceu e espero que nunca venha a acontecer.

Finalmente, o Bloco de Esquerda propôs em sede de comissão que este diploma fosse melhor analisado, fosse melhor consensualizado com os destinatários e são muitos, uma vez que a maior parte deles (estamos a falar de 14 rádios em 20, representante de 14 rádios em 20) disse claramente “era preferível o PROMÉDIA III”.

Deputado André Bradford (PS): Esse é o problema!

A Oradora: Disse-o em sede de comissão, está registado. Estamos a falar de quatro dos cinco jornais diários que dizem que “este diploma tem muito para ser apurado, este diploma não levou em consideração a tal auscultação ao longo de nove meses que o Governo Regional diz que fez”.

Estamos a ter em conta o Sindicato de Jornalistas que também chama a atenção por escrito para uma quantidade de omissões e outras coisas que não são

omissões, mas que são propostas que não respondem às necessidades desta mesma comunicação social.

Portanto, eu pergunto: qual é a pressa, Sras. e Srs. Deputados?

Qual é a pressa e porque é que este diploma não pode de facto ... Em vez de vir agora aqui num esforço de pressa que ninguém compreende ...

Desde janeiro! Nós estamos em agosto. Agosto! Agosto, Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário vai explicar!

A Oradora: Já agora também dizer uma coisa: agosto é um mês em que todos nós sabemos que temos direito a algum tempo de férias.

Portanto, entregar a 4 de agosto e exigir um parecer no dia 31 de agosto parece-me tudo menos democrático, imparcial, independente e todos esses objetivos bonitos que estão inscritos neste diploma.

Dito de outra maneira “inconseguinte frustracional”, oportunidade perdida, mas sobretudo uma forma de trabalhar que pretende garantir a democracia nesta Região através e a partir de uma comunicação social independente e isenta, mas que tem uma atuação profundamente antidemocrática e os nove meses de audições não colhem nenhum tipo de apreço, nem da parte do Bloco de Esquerda e pior do que isso nem da parte dos destinatários deste diploma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tão depressa não apresenta nada nesta Casa!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, minhas senhoras e meus senhores:

Eu gostaria de, na sequência do muito que já foi dito sobre este diploma, designadamente na sua apresentação pelo Sr. Secretário Regional e também

pelo Deputado Pedro Moura, lembrar dois ou três pontos que me parecem essenciais.

O primeiro é que este diploma, conforme se reclama e não poderia ser de outra maneira, é um diploma de continuidade, é um diploma que reclama e tem coerência com os PROMÉDIAS anteriores, designadamente com o último que aqui aprovámos há quatro anos e traz algumas inovações.

Há aqui questões que podemos discutir sempre, porque elas são legítimas, porque elas são importante, porque elas são recorrentemente levantadas por alguns dos seus interessados, mas também a verdade é que o PS e o Governo têm dado coerentemente e fundadamente explicado a sua opção.

Por exemplo, uma questão aqui essencial que voltou e que volta sempre: porque é que são estas, e por uma determinada ordem, as áreas e os motivos de apoio ao nível da modernização digital, ao nível da difusão, ao nível da valorização profissional e não são os fatores de produção, não é o papel, não são as chapas? É uma velha discussão que o PS e o Governo, coerentemente e com todo o direito, já tiveram oportunidade de explicar porque é que vão por esse caminho. Concorde-se, não se concorda. É uma posição coerente e que acho que se percebe que sendo esses fatores de produção o custo de qualquer empresa e de qualquer iniciativa privada não devem ser estes que devem ser apoiados. O apoio deve ir para exatamente aquilo que as entidades públicas devem sinalizar ao nível da modernidade e que deve ser prosseguido.

Portanto, dentro destas condicionantes este diploma é coerente, é absolutamente perceptível, mantém coisas que alguns não gostam, mantém coisas que tivemos oportunidade de discutir e de consensualizar há quatro anos, mantém, por exemplo, para os órgãos de comunicação social a obrigação que há quatro anos deu muita polémica, mas que ainda bem que ficou e que continua, de que os beneficiários destes apoios não podem, sob pena de os perder, ter uma diminuição líquida do número dos seus trabalhadores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Fizemos e mantemos essa opção. Sabemos que ela foi alvo de críticas, porque (é fundamental que isto fique aqui dito) nós, quer o Governo, quer o Partido Socialista, sempre tivemos dispostos a ouvir e a prova disso é o conjunto de propostas de alteração que apresentámos, mas não temos vocação (e várias vezes também a respeito de várias matérias o temos dito) para ser apenas catavento das corporações.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Nós ouvimos. Há coisas que dizemos “sim senhor, tem razão, se calhar pode ser aperfeiçoado”. Há coisas que nós não concordamos, mantemos a nossa posição, somos politicamente responsáveis por ela e por elas e disso, naturalmente, havemos, como temos sido, de ser politicamente julgados.

Sra. Presidente, aproveitando o facto, sob pena desta conversa ficar um pouco ininteligível e ser verdadeiramente um caso de insucesso escolar, eu gostava de numa interpretação lata do Regimento fazer alguma referência às propostas de alteração.

O Partido Socialista e o Governo gostavam, por exemplo, que houvesse uma maior fiabilidade a respeito do número exato das tiragens de jornais. Percebemos, no entanto, que a solução inicialmente proposta levanta dúvidas jurídicas e por isso também nos mostrámos abertos à sua alteração.

Percebemos que, embora desde o início o Sr. Secretário tenha explicado o que é que o desenvolvimento digital queria dizer, a expressão levantou dúvidas, designadamente de ser mais limitada, por isso mesmo também alterámos, mas gostava de dizer o seguinte: para lá da espuma dos dias, das horas e das intervenções eu vejo com algum agrado, sem qualquer ironia, pego nas propostas do Partido Socialista que deram entrada hoje nesta Casa, pego nas propostas do BE e vejo que elas têm exatamente as mesmas preocupações, a mesma sistematização, com redações diferentes, se excetuarmos a última

proposta do papel e da chapa que tem haver com os fatores de produção que já falei.

Portanto, Sra. Deputada Zuraida Soares, havemos de convir modestamente que estamos muito próximos dos nossos “inconseguintos”. A verdade é essa. A verdade é que as nossas propostas de alteração são muito próximas. Ainda bem! Quer dizer que afinal, em termos práticos, depois de tudo e de todos os que ouvimos, estamos muito próximos naquilo que entendemos que devem ser as alterações possíveis e que melhoram efetivamente esta proposta.

Gostava também de dizer o seguinte: é verdade, por unanimidade e por acordo informal, que demos alguma celeridade à emissão de parecer (nós, CAPAT, à emissão de parecer) desta proposta. Também gostava de dizer o seguinte: não ficou nenhuma entidade organizada por ouvir; gostava também de dizer que não houve ninguém na CAPAT que propusesse uma diligência concreta que não tivesse sido feita e que tenha ficado por fazer. Também gostava de dizer outra coisa: o Partido Socialista, do alto da sua arrogante maioria, disse que se considerava esclarecido e que achava que este diploma tinha todas as condições para subir a plenário, mas que se porventura alguém achasse que essa era uma grande questão para si e assim não fosse, apesar de não ter aparecido nenhuma diligência concreta proposta, o Partido Socialista na prática viabilizaria, com a sua abstenção, o adiamento da subida a plenário deste diploma. É bom que isso fique claro.

Também gostava de fazer ao Sr. Secretário Regional uma pergunta muito concreta, porque nós estamos a falar numa conversa mais ou menos mole em que parece que isto é uma tragédia, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é mais uma tragédia mole!

O Orador: ... que afinal não damos apoio aos órgãos de comunicação social. Portanto, nada melhor talvez do que perguntar ao Sr. Secretário que, se fosse possível, me indicasse números concretos relativamente ao PROMÉDIA III

acerca dos apoios concretos que foram dados a algumas rádios e, designadamente pela sua importância, aos diários da imprensa escrita dos Açores ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... para termos uma ideia mais concreta acerca do que tem sido o PROMÉDIA e de que é o apoio do Governo dos Açores viabilizado legislativamente por este Parlamento aos órgãos de comunicação social e à santa liberdade de informar e de ser informado que nós muito prezamos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, sobretudo Sr. Deputado Paulo Parece e Sra. Deputada Zuraida Soares:

Eu tenho todos os dias muito a aprender com toda a gente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é um mau aluno!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E falta às aulas!

O Orador: ... no âmbito da minha atividade política e até da minha atividade cívica, portanto, tenho muito a aprender sempre, todos os dias.

Também não posso deixar de dizer que não deixa de ser estranho e não quero ser deselegante, eu nunca neste Parlamento utilizei argumentos sobre se um ou outro deputado leu ou não leu, fez ou não fez o seu trabalho. O trabalho de cada um diz respeito a essa pessoa.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, a conclusão que eu retiro da intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares e do Sr. Deputado Paulo Parece é que não leram o diploma que está aqui em discussão, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas as rádios e jornais leram!

Deputado Francisco Coelho (PS): Leram, leram! E com muita atenção!

O Orador: ... nem tão pouco ouviram a minha intervenção, quer na comissão, quer aqui no plenário.

Eu já disse e volto a dizer: os apoios que estavam no PROMÉDIA III estão todos no PROMÉDIA 2020 e alguns deles até têm a percentagem de participação aumentada e, portanto, Sras. e Srs. Deputados, eu confesso que não percebo onde é que foram buscar a conclusão de que antes o PROMÉDIA III.

O PROMÉDIA 2020 tem os apoios que estavam no PROMÉDIA III e até tem mais apoios. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a única conclusão a que eu chego é que os senhores, o Sr. Deputado Paulo Parece, a Sra. Deputada Zuraida Soares, ou leram de forma enviesada, ou a leitura do diploma acaba por se revelar um “inconseguinto”, porque em boa verdade a vossa avaliação e os argumentos em que se sustentou a vossa avaliação não corresponde àquilo que consta no diploma como eu acho que expliquei exaustivamente na minha primeira intervenção e como eu acho que é fácil de concluir lendo os apoios que constam no PROMÉDIA 2020.

Relativamente a algumas das questões que foram levantadas.

A inscrição na APCT, proposta feita pelo Governo. O Governo entendeu propor que os jornais para se candidatarem ao PROMÉDIA deveriam estar inscritos na Associação Portuguesa de Controle de Tiragens e Circulação, mas quando propôs isso na alínea logo a seguir diz que o apoio concedido no âmbito do PROMÉDIA paga na íntegra a inscrição do jornal em causa na APCT, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas a questão não é essa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Por que não outra associação qualquer?

O Orador: ... porque é a associação portuguesa devidamente creditada para controlar as tiragens no nosso país.

Mas admito, reconheço e concordo com os alertas que foram feitos por quatro jornais diários sobre a legalidade e a ilegalidade dessa medida, as reservas jurídicas que essa medida contém e é por isso (já vi, aliás, o Bloco fê-lo, o Partido Socialista fê-lo e julgo que todos o fizeram) que existem propostas de alteração para eliminar e ainda bem que assim é. Acabam-se as dúvidas, acabam-se as reservas e, portanto, essa questão é perfeitamente ultrapassada.

Relativamente às questões da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Quais foram os contributos? Foram vários, muitos deles aqui consagrados, desde logo a manutenção dos apoios à difusão, desde logo a manutenção dos apoios à modernização tecnológica que eu na minha intervenção inicial disse que queríamos manter os apoios, mas admiti que a redação devia ser clarificada. Eu disse isso na minha intervenção inicial.

Mas também disse que quando nós consagramos no diploma apoio a equipamentos tecnológicos, na nossa perspetiva, estamos a consagrar apoios a hardware também. É entendimento da grande maioria dos partidos que isso deve ser clarificado, pois muito bem, que seja clarificado através de propostas de alteração.

Quanto à sua referência da carta que eu disse na comissão que não tinha conhecimento. A Sra. Deputada (acredito que involuntariamente) está um pouco a confundir os conceitos e aquilo que se passou ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Estou a confundir as cartas!

O Orador: ... e as cartas, que está muito na moda hoje, diga-se.

Aquilo que se passou foi ... Foi remetido (soube nesse dia) aos vários grupos parlamentares uma carta por quatro jornais diários da nossa Região manifestando um conjunto de preocupações em reação àquilo que consta na

proposta e a grande maioria delas tirando a do papel e das chapas não foi referida nas auscultações iniciais que nós fizemos.

Portanto, aquela carta remetida aos grupos parlamentares que é agora pública foi em reação ao diploma e eu disse na comissão que naturalmente que não tinha conhecimento da carta, porque a carta foi remetida aos grupos parlamentares e, portanto, eu não poderia obviamente ter conhecimento daquilo que constava nessa carta e nessas preocupações, mas pelo que vejo essas preocupações estão todas materializadas nas vossas propostas de alteração.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado André Bradford devia ter-lhe feito chegar!

O Orador: Depois há outra questão, Sr. Deputado Artur Lima.

Então diz o senhor que nós acabamos com o pluralismo na comissão de análise?!

Então nós alteramos o conceito da comissão de análise, nós alargamos as suas competências, nós definimos na comissão de análise que tenham ao seu alcance mecanismos de fiscalização aos apoios concedidos, nós definimos que tenha o representante do gabinete do Secretário, que tenha um representante da Delegação Regional do Sindicato dos Jornalistas, um representante da Associação dos Consumidores da Região Autónoma dos Açores, um representante eleito pelo Parlamento, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não existe nos Açores!

O Orador: ... e uma personalidade cooptada pelas quatro pessoas que referi antes. Isto não é pluralismo? Em que as pessoas fora do espectro governativo e até fora do espectro parlamentar estão sempre em minoria na comissão de análise.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é o pluralismo do PS!

O Orador: Portanto, eu não percebo em que é que isto tem a ver com qualquer redução do pluralismo.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos ter uma discussão séria e acredito que todos querem ter uma discussão séria sobre esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vá por aí!

O Orador: Os senhores têm a vossa perspetiva, muitas delas exatamente iguais à perspetiva que tinham há quatro anos. Nós concordamos em algumas, discordamos de outras. É legítimo que assim seja, agora temos a certeza, é nossa convicção, que este diploma tem uma filosofia importante, útil e pertinente para a nossa comunicação social privada na Região que naturalmente quererá sempre mais. É legítimo que assim seja, é normal que assim seja, mas nós acreditamos e vai-se comprovar um bom sistema de apoio à comunicação social, mantendo aquilo que tinha no PROMÉDIA III e nalguns casos até aumenta, refiro-me, por exemplo, no apoio aos custos à produção a percentagem de comparticipação do valor das ligações móveis e introduz até novas linhas de apoio.

Relativamente à pergunta que me foi feita pelo Sr. Deputado Francisco Coelho e tenho também que dirigir-me ao Sr. Deputado Francisco Coelho referindo-me também ao papel e à forma irrepreensível como geriu este processo na comissão e devo dizer que o Governo não condiciona coisíssima nenhuma a ação do Parlamento, até porque acho que nenhum dos deputados estaria disponível para estar sujeito a esse condicionamento.

Nós remetemos o diploma ao Parlamento manifestando a importância que ele tinha e a importância que ele tinha para a comunicação social e aquilo que me foi transmitido pelo Sr. Presidente da CAPAT foi que este diploma só seria agendado na CAPAT e só seria tramitado internamente pela comissão se houvesse unanimidade por parte de todos os coordenadores de todos os partidos com assento na comissão parlamentar. E assim foi. Essa unanimidade aconteceu e eu fui convocado para ir à comissão parlamentar e depois cada partido fez

aquilo que entendeu, propôs as diligências que entendeu, disse aquilo que entendeu como saudavelmente deve ser.

Relativamente aos apoios concedidos no âmbito do PROMÉDIA III nos últimos quatro anos. Estão divididos em seis áreas de ação: modernização tecnológica, difusão informativa, qualificação profissional e apoio especial à produção.

Entre 2013 e 2016 posso especificar alguns. Depois posso também entregar à Mesa estes dados para serem distribuídos.

O *Açoriano Oriental* recebeu 865 mil euros; o *Correio dos Açores* recebeu 644 mil euros; o *Diário dos Açores* 294 mil euros; o *Diário Insular* 179 mil euros; o *Incentivo* 122 mil euros; o *Baluarte* 31.900 euros; a *Norevista* 30 mil euros; *Diário da Lagoa*, *Tribuna das Ilhas*, etc. etc. ...

Depois posso fazer ... Aliás, estes dados, muitos deles, são públicos. Talvez não com esta organização, mas poderei fazer chegar os apoios que foram concedidos no âmbito do PROMÉDIA III a todos os órgãos de comunicação social à Mesa do Parlamento para que seja entregue.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, reitero aquilo que já disse. É para nós importante este mecanismo de apoio. Temos consciência da importância que ele tem para a comunicação social e também devo dizer, porque essa é outra matéria que já foi aqui referida, que consta das propostas de alteração e que foi também referida no âmbito do debate público à volta desta questão que tem que ver com a consagração e a letra de lei dos rateios. Também dizer-vos que apenas por uma vez nos últimos quatro anos os apoios que foram concedidos no âmbito do PROMÉDIA ultrapassaram o valor que lhe estava destinado no âmbito do plano de investimentos da nossa Região, apenas por uma vez. No âmbito da gestão adequada que temos que fazer do plano de investimentos consagramos aqui em letra de lei a figura do rateio que já tinha acontecido por iniciativa da comissão de análise e que já estava prevista que pudesse acontecer.

Portanto, aquilo que nós introduzimos aqui não é nada de novo. É a consagração dos rateios que já existia também no âmbito do PROMÉDIA III. Resumindo para que fique claro: aquilo que consta no PROMÉDIA 2020 é igual ao que constava no PROMÉDIA III e além dessa manutenção aumentámos algumas percentagens de comparticipação nalguns apoios e introduzimos também questões novas.

Não é, nunca poderá ser, do acordo de todos, mas entendemos que é importante e é um bom programa de apoio à comunicação social privada como se verificará ao longo da sua execução.

Dizer também que este diploma é retroativo e, portanto, a partir do momento que é publicado e entra em vigor tem também efeitos a 1 de janeiro de 2017.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já estão há 9 meses à espera!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** [*corte na gravação*]

Estava eu a tentar esclarecê-lo, Sr. Secretário Regional Adjunto.

Na audição do representante da Associação Portuguesa de Rádio Difusão a Deputada Zuraida Soares (eu) perguntou a este senhor se, em sua opinião e perante as críticas por ele apresentadas ao diploma que nós estamos a analisar, deveria deixar o diploma como era, o PROMÉDIA III, em vez de se fazerem as atuais alterações.

O representante da Associação Portuguesa de Rádio Difusão respondeu afirmativamente, dizendo que no seu entender era preferível ficar como estava no PROMÉDIA III.

Não foi a Zuraida! Não foi a Zuraida Soares que disse, porque não leu! Não, não!

É o representante de 14 das 17 rádios desta Região que o diz e, portanto, eu penso que isto talvez o obrigasse, Sr. Secretário Regional, a pensar mais um bocadinho e a não aligeirar tanto a situação.

Depois, a carta. Voltamos exatamente à mesma questão. Aquilo que eu perguntei e volto a perguntar ao Sr. Secretário Regional é que as propostas, as críticas, a análise feita na tal carta assinada, subscrita pelo *Correio dos Açores*, o *Diário Insular*, o *Incentivo* e o *Diário dos Açores* reflete, na opinião destes jornais, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... todas as preocupações críticas e alertas que esta mesma comunicação social fez chegar ao Sr. Secretário ou partilhou com o Sr. Secretário aquando das audições e, portanto, não deixa de ser estranho que durante as audições elas tenham sido partilhadas e depois venham outra vez para as nossas mãos porque não foram respondidas.

Portanto, mais uma vez não há aqui nenhum problema com a carta. Há um problema de receção ou não daquilo que foi dito durante as audições.

Vou terminar, Sra. Presidente.

Repito duas perguntas que lhe fiz, Sr. Secretário Regional, e que ainda não me deu resposta.

Primeiro: os destinatários deste diploma conheciam ou não o diploma antes dele entrar nesta Casa no dia 4 de agosto?

É verdade ou é falso que os órgãos de comunicação social privada conheceram este diploma através do site da Assembleia Legislativa dos Açores?

Esta é uma pergunta concreta.

Segunda pergunta concreta: qual é a pressa?

Porque é que este diploma tem de ser agora e porque é que não pode ser ponderado, não poderia ter sido ponderado mais uma vez e adiado, por exemplo, para o plenário de outubro?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Não se tinha inscrito, Sr. Deputado?

Falha minha. Estava aqui escrito. Por alguma razão o devo ter colocado.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos de acordo que deve existir a comunicação social privada, mas gostaríamos que o Sr. Secretário Regional nos informasse se no orçamento regional para o corrente ano existe verba suficiente para que em 2017 seja aplicado integralmente o Decreto Legislativo Regional que estamos a apreciar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário e Membros do Governo:

Apetece-me dizer aqui, não querendo ser confundido com um esquerdista, viva a santa liberdade de informar e ser informado. Viva a santa liberdade!

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Viva a conquista de abril, Sr. Deputado Francisco Coelho!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Bem-vindo!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco Coelho)

O Orador: Isso, Sr. Deputado Francisco Coelho. Exatamente! Todos! Não reste um!

Portanto, talvez me socorresse aqui relativamente à liberdade de imprensa de algumas capas bem recentes de Armando Vara e companhia limitada.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso não tem nada a ver!

O Orador: Mas talvez não valha a pena entrar por esse caminho. Talvez não valha a pena, mas ainda cá estamos se necessário for.

Sr. Secretário, qual é o seu problema ...

É verdade que há um representante deste Parlamento que é eleito e pode ser eleito apenas pela maioria do Partido Socialista. Ponto. É o Partido Socialista a controlar tudo, Sr. Secretário.

Qual é o seu problema de cada grupo parlamentar ter um representante na comissão de análise, Sr. Secretário Berto Messias? Qual é o seu problema?

E mais! O senhor diz que o artigo 32.º da proposta, Sr. Secretário, o n.º 1, “determina que ficam sujeitos a ações de fiscalização determinadas pelo Membro do Governo”. O poder fica todo em si.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas está muito bem entregue, Sr. Deputado!

O Orador: Porque não há de ir para a comissão de fiscalização, Sr. Secretário? O que é que o incomoda a democracia? O que é que o incomoda o pluralismo?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nada! A mim!

O Orador: Sr. Secretário, o que é que o incomoda.

Portanto, se não o incomoda aprove essas propostas, porque o senhor acabou ... Essa é de *monsieur de la Palisse*, Sr. Secretário.

O senhor acabou de fazer referência a estas propostas da comissão de análise. Porque é que não há de ser a comissão de análise a fazer a fiscalização e a propor? Porque é que não há de ser?

Porque é que há de ser o senhor a propor? O senhor é que propõe, são determinadas por si, pelo Membro do Governo Regional competente em matéria de comunicação social. É o senhor. Artigo 32.º da proposta original, Sr. Secretário.

Portanto, o que nós propomos é pluralismo.

Qual é o seu problema e o problema do Partido Socialista com o pluralismo e a liberdade de imprensa?

É isso que nós queremos saber.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva substitui a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder a algumas das questões que foram colocadas e tecer algumas considerações.

Relativamente àquilo que foi referido pela Sra. Deputada Zuraida Soares, eu acho que fui claro, mas volto a referi-lo.

Aquilo que eu disse foi que quando a senhora refere que os responsáveis da rádio dizem “mal por mal antes que fique o PROMÉDIA ou antes fique o PROMÉDIA III”, eu disse e insisto que aquilo que consta no PROMÉDIA 2020 também constava no PROMÉDIA III, exatamente da mesma forma.

Os representantes das rádios levantaram outras questões que no nosso entendimento não têm enquadramento neste diploma: a questão da requalificação das infraestruturas, a questão do apoio à pintura e requalificação infraestrutural das sedes das rádios, a questão da publicidade institucional pelos serviços e departamentos do Governo. Nós entendemos que essa matéria não cabe neste diploma, no âmbito do PROMÉDIA 2020. Isso foi, aliás, referido em várias reuniões com várias rádios, mas isso não quer dizer que esteja correta a

avaliação, seja pelo Bloco, seja pelo representante das rádios de que em vez deste que seja o PROMÉDIA III, mas eu estou a dizer que este é igual ao PROMÉDIA III, tem tudo o que tinha no PROMÉDIA III. As outras questões que foram referidas, que eu acabei de referir (publicidade institucional, requalificação infraestrutural, etc.) é que nós entendemos que são questões que não cabem no âmbito deste diploma, daí a diferença e daí a nossa discordância, mas segundo vejo estávamos até a dizer mais ou menos a mesma coisa.

Quanto à sua questão sobre o conhecimento público desta proposta.

Sra. Deputada, fizemos auscultação, aprovámos o diploma no Conselho de Governo salvo erro no mês de junho, remetemos o diploma ao Parlamento que depois teve a tramitação interna. Quando deu entrada foi tornado público no site da Assembleia e aí passa a ser público, conhecido por todos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então tenho razão?

O Orador: Sra. Deputada, permita-me dizer-lhe não me parece que ser público no site do Parlamento dos Açores seja uma questão pouco relevante ou pouco importante.

Deputada Zuraída Soares (BE): É relevante para o destinatário!

O Orador: É um diploma que é público no site do Parlamento dos Açores, ou seja, é público onde na nossa perspetiva tem que ser.

Qual é a pressa?

Nós fizemos o trabalho interno que tínhamos que fazer. Demorou mais, demorou menos tempo, nós entendemos que foi o período adequado para podermos realizar o nosso trabalho. Remetemos o diploma ao Parlamento e agora as Sras. e os Srs. Deputados têm à sua disposição os mecanismos regimentais que muito bem entenderem para tratarem estes diplomas.

Nós entendemos que a aprovação e publicação deste diploma é urgente para que possam começar a garantir os apoios que neles constam, a atividade dos órgãos de comunicação social.

Relativamente à pergunta do Sr. Deputado do PCP.

Como sabe consta do plano de investimentos o valor que está definido de apoio ao PROMÉDIA e que agora espera-se que os vários órgãos de comunicação social se candidatem aos apoios que são concedidos no âmbito do PROMÉDIA 2020 e isso depois será enquadrado no plano de investimentos no valor que consta do plano de investimentos para fazer face a esta despesa. Se não chegar terá que haver rateio, mas volto a dizer: isso só aconteceu uma única vez nos últimos quatro anos e, portanto, na nossa perspetiva não nos parece que isso venha a acontecer.

Sr. Deputado Artur Lima, para lhe dizer que nós discordamos. Eu entendo que a composição da comissão de análise que nós propomos é uma composição adequada, plural, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Toda determinada por si!

O Orador: ... que tem um representante de um Membro do Governo, que tem um representante eleito pela Assembleia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Maioria socialista!

O Orador: ... que tem um representante pelo Sindicato de Jornalistas, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... tem um representante pela Associação de Consumidores dos Açores e que tem ainda uma outra personalidade cooptada pelas quatro pessoas que eu acabei de referir e ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é?

O Orador: ... que passa a ser ... Aliás, as competências estão todas referidas no diploma e que passa a ter competências de análise e acompanhamento.

Depois há outra questão no âmbito da transparência e da pluralidade. Eu também disse no início, mas pelos vistos o Sr. Deputado esqueceu-se (acredito que de forma involuntária), que passa a ser obrigatório a entrega neste Parlamento de um relatório anual sobre os apoios que são concedidos e a

execução do PROMÉDIA para que sejam garantidos um conjunto de informações ao Parlamento sobre os apoios concedidos, os seus beneficiários, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também tem alguma coisa positiva!

O Orador: ... os projetos apoiados e também disse que o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência que tutela esta pasta virá ao Parlamento sempre que os senhores entenderem para explicar ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem sempre! Essa não é verdade!

O Orador: ... pormenorizadamente aquilo que consta neste relatório, ...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Secretário.

O Orador: ... mas o senhor curiosamente esqueceu-se desta parte.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Informo que o Governo também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias, devo dizer que o Governo ultimamente habituou-nos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é bom ou mau aluno?

O Orador: Aquilo que temos assistido ultimamente e aquilo a que o Governo nos tem habituado nesta câmara é que quando alguma coisa não corre bem para os seus lados tentam fazer um número, uma manobra de diversão, fazendo devolver a crítica a quem a faz.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor está agressivo!

O Orador: Sr. Secretário, aí da sua bancada disse que nós não tínhamos lido o diploma.

O Sr. Secretário deve estar ligeiramente enganado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Parecia!

O Orador: Então devolvo isso!

Acho que o que aconteceu foi que o senhor e o Governo não ouviram foi os órgãos de comunicação social. É ligeiramente diferente. Isto é que é ligeiramente diferente, mas já estamos habituados a estes pequenos números. Aliás, tanto maior é a vossa ofensa, quanto maior é o vosso erro. Portanto, pelos vistos não entenderam sequer o erro em que estão metidos.

Já agora, Sr. Secretário, falava a Deputada Zuraída Soares acerca de qual era a pressa.

O PROMÉDIA III terminou a sua vigência em 31 de dezembro de 2016. Portanto, acho que o Governo devia ter tido toda a pressa em produzir um documento que se adequasse pelo menos àquilo que são as expetativas dos órgãos de comunicação social.

Não foi isso que aconteceu e obviamente que agora a pressa é porque há que reconhecer e os senhores não querem reconhecer, ou pelo menos não querem admitir, que há empresas de comunicação e órgãos de comunicação social que atravessam algumas dificuldades devido ao atraso, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Claro!

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é um número que está a fazer!

O Orador: ... porque não está em vigor este documento.

Aliás, agosto foi tarde. Devia ter sido apresentado mais cedo.

O PROMÉDIA III relembro que foi apresentado na altura em abril, foi devidamente discutido e aprovado em junho. Portanto, já na altura considerava

essa câmara que seis meses era muito tempo. Portanto, oito meses, com a entrada em vigor estaremos em dez meses.

Mais uma vez refiro, Sr. Secretário, que não fomos nós que não lemos, foram os senhores que não ouviram.

E só para dar ali uma achega ao Sr. Deputado Francisco Coelho, eu pelo menos da minha parte não disse que até parecia que não havia apoios. Obviamente que há. Aliás, eles são públicos e são conhecidos. Portanto, a pressa foi aquela que referimos e que achamos por bem de forma consciente em sede da CAPAT não prolongar por mais tempo. Era aquilo que era necessário, era aquilo que entendíamos ser necessário, mas nós entendendo também a urgência exatamente porque ouvimos os órgãos de comunicação social, aqueles que foram possíveis, percebemos a urgência de aprovar este documento.

Quem apresentou tarde foi o Governo e, portanto, fazemos votos que a regulamentação não leve até ao final do ano, porque isso seria muito mau.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Adjunto da Presidência:

O debate já foi praticamente todo feito, já houve oportunidade de ouvirmos as posições dos vários partidos, mas há uma ou duas notas que eu gostava de acrescentar, porque acho relevante e o Partido Socialista faz questão de poder dizê-lo ainda durante o debate na generalidade.

Em primeiro lugar, eu por circunstâncias diversas já assisti nesta Casa a debates de três PROMÉDIAS e os debates são sempre iguais ...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Os PROMÉDIAS são sempre maus!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Deputado já está aqui há muito tempo!

O Orador: ... do ponto de vista da oposição.

O que acontece é que os senhores fazem uma espécie de coro da oposição: umas vezes mais afinado, outras vezes menos afinado, mas é uma espécie de coro da oposição, que começa sempre por “cantar loas” à liberdade de imprensa (e muito justamente, nós associamo-nos a esse cântico) e depois passam à fase seguinte que é o *requiem* da comunicação social privada. De cada vez que se faz um PROMÉDIA vai acabar a comunicação social privada na Região: não há liberdade, não há condições económicas e financeiras de existência no mercado, as empresas não são capazes de subsistir e eis-nos aqui no quarto PROMÉDIA e a comunicação social existe e, no entanto, ela move-se e felizmente existe ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A maioria é o GaCS!

O Orador: ... e é plural e faz o seu trabalho com maiores ou menores dificuldades, atravessando fases de maiores ou menores dificuldades. Também por causa disso o PROMÉDIA, em certos momentos, criou apoios excecionais porque se percebeu que as empresas atravessavam períodos de dificuldades excecionais.

Curiosamente esses apoios excecionais depois foram tornados regulares e ordinários e continuam a fazer parte do PROMÉDIA, nomeadamente no que diz respeito às comunicações e à energia elétrica.

Portanto, os senhores dizem basicamente sempre a mesma coisa anunciando a morte da comunicação social privada e ela continua a existir.

Seria de presumir que ao quarto PROMÉDIA os senhores já tivessem um modelo alternativo de apoio à comunicação social privada, porque quem discorda dos outros todos, numa vigência de três vezes, três anos, ou seja, nove anos, já deu tempo dos senhores terem um sistema alternativo de apoio à

comunicação social nos Açores, mas é que não têm e dizem sempre a mesma coisa sobre o mesmo assunto.

A principal crítica que ouço ao Governo é que, do meu ponto de vista, não será propriamente uma crítica, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... mas os senhores acham que é, que é o Governo leva muito tempo a ouvir e muito pouco tempo a decidir. Pois, acho que é mesmo assim que o Governo deve atuar.

Deputado Paulo Parece (PSD): Não foi isso que dissemos!

O Orador: O Governo deve perder o tempo todo que for possível para ouvir os interessados e os parceiros do setor. Foi o que fez. Ouviu-os.

Agora, Sra. Deputada Zuraida Soares, o Governo não é o anotador da sociedade açoriana. O Governo não vai lá com bloco de notas ouvir os interessados, toma nota e depois executa.

O Governo deriva de uma maioria, essa maioria tem uma maneira de conceber o sistema de apoios à comunicação social. Ouve o que os parceiros dizem, debate com os parceiros e toma as suas decisões.

O que a senhora aqui diz é que parece que o Governo tem a obrigação de se sentar com os parceiros e depois fazer tudo o que eles dizem sem ter uma posição própria, sem debater, sem argumentar, sem defender o seu lado da questão. Não é esse o nosso entendimento, portanto, o que foi feito, foi muito bem feito. Sentaram-se, conversaram, foram expostas as motivações dos vários parceiros do setor. Cada um disse o que achava. O Governo argumentou da maneira que entendeu e no final do processo acolheu algumas sugestões e não acolheu outras sugestões.

E mais! Já aqui a maioria que sustenta, apoia o Governo, introduziu melhorias e alterações à própria proposta governamental e neste sentido eu gostava de tranquilizar o Sr. Deputado Artur Lima.

Se a questão da falta de pluralidade, de democracia e transparência no sistema de apoios da comunicação social é o facto do representante desta Assembleia poder ser eleito só pela maioria do Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está disposto a abdicar dessa capacidade ou dessa prerrogativa. Portanto, fazemos uma proposta de alteração, fazemo-la entrar em devido tempo, a considerar que o representante da Assembleia passa a ser eleito por dois terços deste Parlamento ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: ... e assim o Sr. Deputado não pode resumir a crítica que permanentemente faz aos PROMÉDIAS ao facto de nós não aceitarmos pluralismo.

Nós aceitamos, temos muito gosto e na prática provamos que somos capazes de conviver com esse pluralismo e até o desejamos.

Portanto, o Partido Socialista, que poderia sozinho decidir quem seria o representante desta Casa, não o fará, porque aceita e convive muito bem com esse facto de ser uma eleição plural.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Artur Lima tinha pedido a palavra para participar no debate.

Sendo assim, para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o teria o máximo prazer em responder às invetivas do Sr. Deputado André Bradford, mas o Bloco de Esquerda não tem tempo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Fica registada a sua interpelação e também para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos também interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas com a Agenda.

Eram 19 horas e 23 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, referente à Ação Social Escolar, incluindo a oferta de bebida vegetal no âmbito do programa de leite escolar - n.º 585/XIII/2.ª (PAN) – n.º 102/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 08;

Assunto: Garante a disponibilização de bebidas vegetais no serviço de bufete escolar, através da alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março - n.º 586/XIII/2.^a (PEV) – n.º 103/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 08;

Assunto: Programas de gestão ambiental dos campos de golfe - n.º 588/XIII/2.^a (PEV) – n.º 104/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 08;

Assunto: Fixa o regime de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (6.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas) - n.º 589/XIII/2.^a (PCP) – n.º 105/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 17;

Assunto: Regularização de pessoal contratado a título precário na Administração Autárquica e no Setor Empresarial Local - n.º 590/XIII/2.^a (PCP) – n.º 106/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 17;

Assunto: Altera a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (Lei de Enquadramento Orçamental) - n.º 571/XIII/2.ª (CDS-PP) – n.º 108/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 08 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 09 – 07.

2 – Propostas de Lei:

Assunto: Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15/03, retificado pela Declaração de Retificação n.º 26/2006, de 28/04, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24/03, retificado pela Declaração de Retificação n.º 15-A/2011, de 23/05, e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21/10, que regula a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - n.º 92/XIII/2.ª (ALRAM) – n.º 98/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 08;

Assunto: Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro -

alteração ao Pagamento Especial por Conta - n.º 93/XIII/2.^a (ALRAM) – n.º 99/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 08;

Assunto: Altera o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios - n.º 94/XIII/2.^a (GOV) – n.º 101/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 08;

Assunto: Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de agosto, que cria o passe sub23@superior.pt, aplicável a todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos - n.º 95/XIII/2.^a (ALRAM) – n.º 107/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 08 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 23.

3 – Projetos de Resolução:

Assunto: Reforçar as ações de mercado - n.º 990/XIII/2.^a (PSD) – n.º 100/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 08.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Hortícolas, transpondo a Diretivas de Execução (UE) n.ºs 2016/1914 e 2016/2109 - MAFDR - (Reg. DL 246/2017) - n.º 39/XI - OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 07 – 25

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 04;

Assunto: Estabelece um regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas - MTSSS (Reg. DL314/2017) - n.º 40/XI - OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 08 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 21;

Assunto: Altera o Transporte terrestre de mercadorias perigosas, e transpõe a Diretiva (UE) 2016/2309 - MPI - (Reg. DL 267/2017) n.º 41/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 08 – 09

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 21;

Assunto Estabelece as regras de segurança a que devem obedecer os aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo a Diretiva n.º 2014/34/UE - ME - (Reg. DL282/2017) – n.º 42/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 08 – 09

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 21;

Assunto: Estabelece as regras aplicáveis à disponibilidade no mercado de equipamentos sob pressão, transpondo a Diretiva n.º 2014/68/EU - ME-(Reg. DL 290/2017) n.º 43/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 08 – 09

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 21;

Assunto: Estabelece um sistema de registo obrigatório aplicável aos sistemas de aeronaves pilotadas remotamente - MPI - (Reg. DL 304/2017) n.º 44/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 08 – 25

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 09 – 17.

5 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Décima primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico de atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional – n.º 13/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2017 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 31.

6 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020 – n.º 9/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 04

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 31.

7 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Proteção, dignificação e divulgação dos dialetos açorianos - n.º 46/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 07 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 31;

Assunto: [Recomenda a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de um grupo de trabalho que analise e avalie as respostas públicas regionais na área](#)

[de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens, dirigidas a jovens com mais de 12 anos de idade - n.º 47/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 31;

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional, na qualidade de único acionista do Grupo SATA, que dê orientações específicas à Azores Airlines, no sentido de impedir a concretização da decisão unilateral de acabar com a rota Terceira-Porto-Terceira, em outubro de 2017 - n.º 48/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 07 – 20

Pedido com urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Criação de um Domínio de Primeiro Nível para a Região Autónoma dos Açores – n.º 49/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 07 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 31;

Assunto: [Recomenda a criação do "Portal da Transparência e Participação Cidadã" no âmbito do sítio eletrónico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – n.º 50/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2017 – 07 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 31.

8 – Propostas de Resolução:

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2018 – n.º 6/XI](#)

Proveniência: Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2017 – 08 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

9 – Petições

Assunto: Pelo aumento das condições de operacionalidade do aeroporto da ilha do Pico - n.º 13/XI

Proveniência: Ivo Sousa

Data de Entrada: 2017 – 07 – 24

Comissão: Economia

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Contra o recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores - n.º 14/XI

Proveniência: José Eduardo Pedro Gaspar

Data de Entrada: 2017 – 07 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Criação de uma Escola Alternativa nos Açores - Projeto Novas Rotas - n.º 15/XI

Proveniência: Conceição Medeiros

Data de Entrada: 2017 – 07 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Alteração às áreas geográficas das freguesias de Fenais da Luz e de S. Vicente Ferreira (Bairro Nossa Senhora da Luz) – n.º 16/XI

Proveniência: Bruno Alexandre Aguiar da Costa

Data de Entrada: 2017 – 08 – 11

Comissão: Política Geral

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Pela continuidade das sessões de conto dinamizadas pelos atuais contadores de histórias na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro - n.º 17/XI

Proveniência: Fernanda Maria Correia de Sousa

Data de Entrada: 2017 – 08 – 25

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade.

10 – Requerimentos:

Assunto: [Abandono da rota Lajes-Porto pela Azores Airlines](#)

Autores: Mónica Seidi, Luís Rendeiro, César Toste e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 14

Referência: 54.03.03 – N.º 270/XI;

Assunto: [Azores Airlines pondera abandonar rota Terceira-Porto](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 14

Referência: 54.01.03 – N.º 271/XI;

Assunto: [Relatórios sobre o setor das pescas](#)

Autores: Luís Garcia e Jaime Vieira (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 17

Referência: 54.03.00 – N.º 272/XI;

Assunto: [Requalificação da Zona Balnear da Calheta, em Santa Cruz da Graciosa](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 18

Referência: 54.03.04 – N.º 273/XI;

Assunto: [Continuam os problemas operacionais no Aeroporto da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 19

Referência: 54.03.07 – N.º 274/XI;

Assunto: [Fiscalização do Centro de Recolha Oficial de Ponta Delgada](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 20

Referência: 54.06.02 – N.º 275/XI;

Assunto: [Taxas de ocupação de todas as rotas operadas pela Azores Airlines](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 20

Referência: 54.01.00 – N.º 276/XI;

Assunto: [Reforço de lugares nas ligações aéreas com o Faial](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 21

Referência: 54.03.07 – N.º 277/XI;

Assunto: [Irregularidade do serviço medicina veterinária desempenhado na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 21

Referência: 54.07.09 – N.º 278/XI;

Assunto: [Postos de Turismo na ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 24

Referência: 54.01.05 – N.º 279/XI;

Assunto: [Rede de frio do matadouro da ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 25

Referência: 54.04.08 – N.º 280/XI;

Assunto: [Obras de melhoramento do Porto do Topo](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 25

Referência: 54.03.05 – N.º 281/XI;

Assunto: [Dificuldade em reservas aéreas de e para as Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 25

Referência: 54.04.08 – N.º 282/XI;

Assunto: [Obras no Largo do Relógio na cidade da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 26

Referência: 54.03.07 – N.º 283/XI;

Assunto: [Mamarracho em cimento armado, na berma da Estrada Regional de ligação da freguesia dos Cedros a Ponta Delgada, na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 27

Referência: 54.04.08 – N.º 284/XI;

Assunto: [Enfermaria de retaguarda na ilha das Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 27

Referência: 54.04.08 – N.º 285/XI;

Assunto: [Transporte aéreo de macas e incubadoras nas ligações entre os Açores e o Continente](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras, e Alonso Miguel
(CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 27

Referência: 54.01.00 – N.º 286/XI;

Assunto: [Irregularidade do serviço de medicina veterinária desempenhado na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estevão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 07 – 31

Referência: 54.07.09 – N.º 287/XI;

Assunto: [Realização de autópsias na ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel
(CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 02

Referência: 54.01.05 – N.º 288/XI;

Assunto: [Porto das Ribeiras](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 03

Referência: 54.03.06 – N.º 289/XI;

Assunto: [Melhoria da Gestão Administrativa de Áreas Protegidas incluídas nos Parques Naturais da Região](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 290/XI;

Assunto: [Promoção de Hábitos Alimentares Saudáveis em Ambiente Escolar](#)

Autores: Maria João Carreiro e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 291/XI;

Assunto: [Plano Geral da Juventude](#)

Autores: Mónica Seidi e Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 292/XI;

Assunto: [Câmaras Hiperbáricas](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 11

Referência: 54.04.00 – N.º 293/XI;

Assunto: [Bombeiros nos aeroportos administrados pela Região](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 14

Referência: 54.04.00 – N.º 294/XI;

Assunto: [Parque Arqueológico do Slovenia](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 18

Referência: 54.04.08 – N.º 295/XI;

Assunto: [Terrenos da Falca](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 18

Referência: 54.04.08 – N.º 296/XI;

Assunto: [Grua do porto de Ponta Delgada, Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 18

Referência: 54.04.08 – N.º 297/XI;

Assunto: [Problema ambiental em Ponta Delgada, Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 298/XI;

Assunto: [Valeta da estrada de Ponta Delgada, Flores](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 299/XI;

Assunto: [Listas de espera cirúrgicas](#)

Autor: Luís Maurício Santos (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 300/XI;

Assunto: [Situação laboral na SATA Gestão de aeródromos](#)

Autores: António Viveiros, Jorge Jorge, Marco Costa, António Pedroso, Luís Rendeiro e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 301/XI;

Assunto: [Cumprimento do art.º 8.º do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2017 - Integração nos Quadros Regionais de Ilha](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 28

Referência: 54.06.00 – N.º 302/XI;

Assunto: [Relatórios de atos inspetivos à PT/MEO nos Açores](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 08 – 28

Referência: 54.06.00 – N.º 303/XI.

11 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Presença da bactéria de Legionella no Hospital da Horta II](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 17

Referência: 54.06.07 – N.º 220/XI;

Assunto: [Proteção e recuperação do Forte de São Caetano do Pópulo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 17

Referência: 54.07.02 – N.º 234/XI;

Assunto: [Custos de utilização de Gruas, Rampas e equipamentos de apoio aos Pescadores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 17

Referência: 54.03.00 – N.º 237/XI;

Assunto: [Casas de banho mistas no edifício do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 17

Referência: 54.07.02 – N.º 253/XI;

Assunto: [O investimento estrangeiro nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 17

Referência: 54.07.00 – N.º 254/XI;

Assunto: [Relatórios trimestrais de execução orçamental, relativos às empresas do setor público empresarial - 2016](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 233/XI;

Assunto: [250 milhões de euros em redução de impostos e benefícios sociais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 07 – 27

Referência: 54.03.00 – N.º 213/XI;

Assunto: [Trilhos turísticos em mau estado prejudicam turismo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 04

Referência: 54.03.05 – N.º 243/XI;

Assunto: [Futuro dos apoios regulamentados para a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico - Produção em Curraletas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 04

Referência: 54.03.06 – N.º 250/XI;

Assunto: [Fiscalização do Centro de Recolha Oficial de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 04

Referência: 54.06.02 – N.º 275/XI;

Assunto: [Irregularidades no funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 21

Referência: 54.03.05 – N.º 248/XI;

Assunto: [Centro de interpretação de aves da ilha do Corvo 2](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 21

Referência: 54.07.09 – N.º 252/XI;

Assunto: [Funcionamento regular de um serviço de medicina dentária na Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 21

Referência: 54.07.09 – N.º 259/XI;

Assunto: [Apoios à Paisagem Protegida da Ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 21

Referência: 54.06.06 – N.º 268/XI;

Assunto: [Passageiros em trânsito no Aeroporto João Paulo II de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 21

Referência: 54.01.02 – N.º 269/XI;

Assunto: [Enfermaria de retaguarda na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 21

Referência: 54.04.08 – N.º 285/XI;

Assunto: [Realização de autópsias na Ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 21

Referência: 54.01.05 – N.º 288/XI;

Assunto: [Rede de frio do matadouro da ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 23

Referência: 54.04.08 – N.º 280/XI;

Assunto: [Transporte aéreo de macas e incubadoras nas ligações entre os Açores e o Continente](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 23

Referência: 54.01.00 – N.º 286/XI;

Assunto: [Classificação do Forte de São João Baptista, na ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 29

Referência: 54.03.01 – N.º 221/XI;

Assunto: [Listagem de número de crianças, pré-adolescentes e jovens intervencionados com metilfenidato](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 235/XI;

Assunto: [Acompanhamento permanente de intérpretes na língua gestual, no ensino pré-escolar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 239/XI;

Assunto: [Hospital Privado São Lucas e Hospital Internacional dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 247/XI;

Assunto: [Sistema de acondicionamento dos subprodutos em contentores refrigerados, da Casa de Matança da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 255/XI;

Assunto: [Tanques de salmoura do entrecosto frigorífico da Horta avariados por falta de manutenção](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 29

Referência: 54.03.07 – N.º 266/XI;

Assunto: [Revisão da carreira e enquadramento funcional do Corpo de Guardas Florestais dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 263/XI;

Assunto: [Porto Comercial e de Recreio Náutico das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 31

Referência: 54.04.08 – N.º 223/XI;

Assunto: [Porto das Ribeiras](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 08 – 31

Referência: 54.03.06 – N.º 289/XI.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: Email sobre a identificação dos processos e técnicas de construção do bote baleeiro açoriano

Proveniência: José Carlos Garcia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 12;

Assunto: Ofício a remeter Voto de Recomendação – Tolerância de Ponto “Terça-Feira das Lajes”

Proveniência: Paulo Manuel da Silva Codorniz, O Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2017 – 07 – 13;

Assunto: Ofício a remeter Voto de Protesto – Aplicação de taxas pela Sociedade Portuguesa de autores no Carnaval da ilha Terceira”

Proveniência: Paulo Manuel da Silva Codorniz, O Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória

Data de Entrada: 2017 – 07 – 13;

Assunto: Carta de agradecimento pelo envio do Voto de Congratulação do PS – 100 Anos de “Almanaque do Camponez”

Proveniência: Luiz Filipe de Matos Andrade

Data de Entrada: 2017 – 07 – 14;

Assunto: Carta de agradecimento pelo envio do Voto de Congratulação do PSD – 100 Anos de “Almanaque do Camponez”

Proveniência: Luiz Filipe de Matos Andrade

Data de Entrada: 2017 – 07 – 14;

Assunto: Ofício sobre comentário do CNADS sobre a Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 - ENEA2020

Proveniência: Filipe Duarte Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável - CNADS

Data de Entrada: 2017 – 07 – 18;

Assunto: Ofício a enviar remessa de relatórios aprovados

- Relatório n.º 07/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 17-403VIC4) – Tesouraria de Angra do Heroísmo

- Relatório n.º 08/2017-VIC/SRATC Ação n.º 17-404VIC4– Tesouraria da Horta

- Relatório n.º 09/2017-VIC/SRATC Ação n.º 17-405VIC4– Tesouraria de Ponta Delgada

Proveniência: Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 07 – 24;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária por motivo relevante, a partir do dia 1 de setembro de 2017

Proveniência: Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa, Deputado

Data de Entrada: 2017 – 07 – 25;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária por motivo relevante, a partir do dia 1 de setembro de 2017

Proveniência: Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

Data de Entrada: 2017 – 07 – 25;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária por motivo relevante, a partir do dia 1 de setembro de 2017

Proveniência: Alonso Miguel, Deputado

Data de Entrada: 2017 – 07 – 25;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária do Sr. Deputado Alonso Miguel pelo Sr. Rui Miguel de Oliveira Martins, a partir do dia 1 de setembro de 2017

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 07 – 25;

Assunto: Ofício a enviar para conhecimento a Resolução intitulada – “Pela Defesa de uma estratégia Nacional de Combate aos Incêndios Florestais que englobe a Região Autónoma da Madeira e dos Açores”

Proveniência: Valério Gonçalves, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Data de Entrada: 2017 – 07 – 28;

Assunto: Ofício n.º 99, de 31 de julho a solicitar a retirada do requerimento n.º 278/XI - Irregularidade do serviço de medicina veterinária desempenhado na ilha do Corvo

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 07 – 31;

Assunto: Ofício n.º 1446-S_GAP_17, a agradecer o Voto de Pesar por ocasião do flagelo no Município de Pedrógão Grande

Proveniência: Jaime Soares, Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses

Data de Entrada: 2017 – 07 – 31;

Assunto: Carta de agradecimento pelo envio do Voto de Congratulação do PS – 50 Anos de Jubileu Sacerdotal do Padre António Machado Alves

Proveniência: Padre António Machado Alves

Data de Entrada: 2017 – 08 – 01;

Assunto: Carta de agradecimento da audiência com a senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na sua primeira visita oficial à Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Ioana Bivolaru, Embaixadora da Roménia

Data de Entrada: 2017 – 08 – 01;

Assunto: Ofício a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento das vítimas dos trágicos incêndios ocorridos em Portugal, nomeadamente em Pedrógão Grande

Proveniência: Eduardo Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 08 – 02;

Assunto: Ofício a solicitar interpelação ao Governo Regional a respeito do caos instalado na SATA e as ligações aéreas nos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2017 – 08 – 02;

Assunto: Email a agradecer o Diploma relativo à Insígnia Autonomo de Mérito Cívico

Proveniência: Maria da Conceição de Melo Neves Pereira, Escola Regional de Artesanato de Santo Amaro do Pico

Data de Entrada: 2017 – 08 – 02;

Assunto: Carta a agradecer o Voto de Congratulação – 50 Anos de Ordenação Sacerdotal do Padre António Machado Alves

Proveniência: Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, Vigário Geral da Diocese de Angra

Data de Entrada: 2017 – 08 – 03;

Assunto: Carta a agradecer o Voto de Congratulação – Ordenação Sacerdotal do Padre Jacob Vasconcelos

Proveniência: Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, Vigário Geral da Diocese de Angra

Data de Entrada: 2017 – 08 – 03;

Assunto: Ofício a acusar a receção de Voto de Protesto - Contra o facto da Força Aérea Portuguesa não ter ao seu dispor recursos financeiros e humanos para cumprir as suas funções de forma segura e eficaz nos Açores

Proveniência: Rita Faden, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2017 – 08 – 04;

Assunto: Ofício a remeter documentos de Prestação Anual de Contas do Setor Público Empresarial Regional relativos ao exercício económico de 2016

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe de Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 08 – 07;

Assunto: Carta a agradecer o envio de correspondência, referente ao ofício de 17 de julho

Proveniência: Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República

Data de Entrada: 2017 – 08 – 10;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Contra o facto de a Força Aérea Portuguesa não ter ao seu dispor recursos financeiros e humanos para cumprir as suas funções de forma segura e eficaz nos Açores

Proveniência: Eugénio Francisco Nunes Henriques, Chefe de Gabinete do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Data de Entrada: 2017 – 08 – 11;

Assunto: Ofício a solicitar a inscrição na agenda da reunião plenária de setembro de perguntas orais referentes a perguntas com pedido de resposta escrita não respondidas no prazo legal

Proveniência: João Paulo Corvelo, Deputado da Representação Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2017 – 08 – 25;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento de um Debate de Urgência sobre Pescas

Proveniência: Zuraida Soares, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2017 – 08 – 31;

13 - Relatórios:

Assunto: [Projeto de Lei n.º 561/XIII/2.ª \(PCP\) - Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade \(6.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas\) – n.º 90/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 07 – 14;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 562/XIII/2.^a \(PCP\) - Regularização excecional da situação dos trabalhadores sem vínculo jurídico com funções permanentes nas autarquias locais – n.º 91/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 07 – 14;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 937/XIII/2.^a \(PS\) – Pela promoção das Ilhas na Política de Coesão Europeia – n.º 92/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 07 – 14;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros de Estado às artes visuais e performativas – MC – \(REG.DL 249/2017– n.º 38/XI-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 07 – 26;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 09 – 01;

Assunto: [Audição da gestora pública indigitada para a recondução na presidência do Conselho de Administração da Empresa Ilhas de Valor, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 21;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 537/XIII/2.ª \(PEV\) -Estabelece medidas de proteção aos carvalhos e a outras espécies autóctones da flora portuguesa – n.º 89/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 24;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 32/XI – Recomenda ao Governo a Criação de um regime de apoio às práticas agrícolas tradicionais com valor educativo e cultural](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 07 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto Lei que Altera o Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Hortícolas, transpondo a Diretivas de Execução \(UE\) n.ºs 2016/1914 e 2016/2109 - MAFDR - \(Reg. DL 246/2017 – n.º 39/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 08 – 10;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 990/XIII/2.ª \(PSD\) – Reforçar as ações de mercado – n.º 100/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 08 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Altera o transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpõe Diretiva \(EU\) 2016/2309-MI” – n.º 41/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 09 – 01;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Estabelece as regras segurança a que devem obedecer os aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo a Diretiva n.º 2014/34/EU - ME – \(Reg. DL 282/2017” – n.º 42/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 09 – 01;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamentos sob pressão, transpondo a Diretiva n.º 2014/68/EU -ME – \(Reg. DL 290/2017” – n.º 43/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 09 – 01.

14 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta sessão plenária, os Diários n.ºs 24, 25 e 26.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 27, 28 e 29 e o Suplemento ao Diário n.º 27, bem como a Separata n.º 4/XI.

A redatora, Ana Machado